



CADERNOS DO

Ceas

Revista crítica de humanidades

Especial

Cláudio Perani e a Amazônia

n. 244 | 2018

ISSN 2447-861X

<http://dx.doi.org/10.25247/2447-861X.2018.n244>

<https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php>

EXPEDIENTE

CADERNOS DO CEAS – Revista Crítica de Humanidades

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO
SOCIAL - CEAS

Coordenador Geral
Prof. MS. Clóvis Cabral

**Coordenador de Pesquisas e
Publicações**
Prof. Dr. Iraneidson Costa

Secretária Executiva
Patrícia Verônica

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO
SALVADOR - UCSAL

Reitor
Prof. Dr. Pe. Mauricio da Silva
Ferreira

**Pró Reitora de Pesquisa e
Pós-graduação**
Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho

PPG Políticas Sociais e Cidadania
Profa. Dra. Ângela Borges

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PERNAMBUCO - UNICAP

Reitor
Prof. Dr. Pe Pedro Rubens Ferreira
Oliveira, SJ

**Pro-Reitora de Pesquisa e Pós-
graduação**
Profa. Dra. Valdenice José
Raimundo

Instituto Humanitas
Prof. Dr. Pe. Lúcio Flávio Ribeiro
Cirne, SJ

EDITORES

- Ângela Borges (UCSal)
- Joaci Cunha (CEAS-UCSal)

COMITÊ EDITORIAL

- Ângela Borges (UCSal)
- Clóvis Cabral (UNICAP)
- Inaiá Carvalho (UCSal)
- Iraneidson Costa (CEAS-UFBA)
- Joaci Cunha (CEAS-UCSal)
- Lúcio Flávio Ribeiro Cirne (UNICAP/Humanitas)
- Maria Aparecida Craveiro Costa (UNICAP)
- Mariano Vicente da Silva Filho (UNICAP)
- Odalisca Cavalcanti da Moraes (UNICAP)

- Valdênia Brito Monteiro (UNICAP)
- Valdenice José Raimundo (UNICAP)

EQUIPE TÉCNICA DA UNICAP

Revisão

- Fernando José Castim
Pimentel

Edição

- Mariano Vicente da Silva Filho

Editor Geral do Portal de Periódicos

- Mariano Vicente da Silva
Filho

SARES

- Pe. Paulo Tadeu, SJ

EQUIPE TÉCNICA DA UCSAL E CEAS

Revisão e normalização

- Marize Marques Pitta
- Nídia M. L. Lubisco

Suporte Técnico

- Rogério Pacheco (UCSal)
- Luis Paixão (UCSal)

Secretaria

- Patrícia Verônica (CEAS) (71)
3247-1232

Consultora Editorial

- Nídia M. L. Lubisco

Diagramação

- Lúcia Valeska Sokolowicz

CONSELHO EDITORIAL

Acácia Batista Dias (UEFS/PPG), **Albene Miriam Ferreira Menezes** (UnB), **Alberto Arroyo Picard** (UAM-MX), **Alberto Rocha Valencia** (Univ. de Guadalajara-MX), **Alfredo Ferro** (Proj. Pan-Amazônico), **Ana Fernandes** (UFBA – PPGAU); **Ana Maria Pitta** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais); **Ana Mota** (UFF-PPGD), **Angela Borges** (UCSal) **Carla Appollinario de Castro** (UFF/PPG em Sociologia e Direito), **Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho** (PUC/SP), **Carlos Eduardo Soares Freitas** (UFBA – UNEB), **Carlos Fritzen** (Fé e Alegria), **César Sanson** (CEPAT / UNISINOS), **Clóvis Crispiniano do Carmo Cabral** (UNICAP), **Corina Echavarría** (Univ. de Córdoba-ARG), **Elaine Rossetti Behring** (UERJ-PPG), **Eliana Rollemberg** (CESE), **Elsa de Sousa Kraychete** (UFBA/Mestrado Relações Internacionais), **Eurelino Coelho** (UEFS/PPGH), **Gabriel Kraychete Sobrinho** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais), **Geraldo Luiz De Mori** (FAJE - MG), **Gilca Garcia de Oliveira** (UFBA - PPG em Geografia), **Horácio Martins de Carvalho** (ABRA), **Humberto Miranda** (UNICAMP/Instituto de Economia), **Ignácio Neutzling** (Unisinos); **Inaiá Maria Moreira de Carvalho** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais), **Isabela de Matos Pinto** (UFBA/PPG Saúde Coletiva), **Ivo Folmann** (Unisinos), **Joaci de Souza Cunha** (CEAS/UCSal); **José**

Aldemir de Oliveira (UFAM), **Katia Siqueira de Freitas** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais), **Lúcio Flávio Ribeiro Cirne** (UNICAP - Inst. Humanitas), **Luis Filgueiras** (UFBA/PPG Economia), **Luiz Bassegio** (SPM), **Luiz Fernando Krieger Merico** (União Internacional para a Conservação da Natureza), **Marcia Esteves de Calazans** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais), **Maria Carmelita Yazbeck** (PUC/SP), **Maria Cecília Velasco Cruz** (UFBA-PPGH), **Maria da Graça Druck de Faria** (UFBA/PPG em Ciências Sociais), **Mary Garcia Castro** (UCSAL/PPG em Políticas Sociais), **Pedro Rubens** (UNICAP), **Ricardo Luiz Coltro Antunes** (Unicamp), **Roberto Vêras de Oliveira** (UFPB/PPG em Sociologia), **Rodrigo Montoya Rojas** (Univ. de San Marcos, Lima-PERU), **Rubens Siqueira** (CPT), **Ruy Medeiros** (UESB- PPG em Direito).

OBSERVAÇÃO

Os *Cadernos do CEAS* recebem submissões a fluxo contínuo.

Cadernos do CEAS [recurso eletrônico]. Centro de Estudos e Ação Social, Universidade Católica do Salvador, Universidade Católica de Pernambuco. - N. 1(1969)- . - Dados eletrônicos. - Salvador : CEAS : UCSal ; Recife : UNICAP, 1969-

Modo de acesso: Word Wide Web.

Versão impressa até o n. 231.

Os números 232 e 233 foram editados online, mas suspensos.

A revista é retomada no n. 234, em versão online, em dez. de 2015.

ISSN 0102 0711 (versão impressa).

ISSN 2447-861X (versão online).

1. Problemas sociais. 2. Ação social. 3. Economia. 4. Direitos sociais. 5. Meio ambiente. 6. Movimentos sociais. 7. Política social. 8. Relações raciais. 9. Relações étnicas. I. Centro de Estudos e Ação Social. II. Universidade Católica do Salvador. III. Universidade Católica de Pernambuco.

CDD 361.1 - 23. ed.

EDITORIAL: AMAZÔNIA: 10 ANOS DEPOIS DE CLÁUDIO PERANI

A Amazônia exige de nós um diálogo constante com as outras culturas;
um diferente conceito de território e ambiente;
um diferente conceito de natureza;
um diferente conceito de relações;
um diferente conceito de propriedade;
um diferente conceito de produção
(Cláudio Perani).

Ao contrário do que pensava Cláudio Perani sobre a Amazônia, o Estado e as classes dominantes brasileiras veem a Amazônia sob a ótica do capital. A julgar por seus projetos e ações, estão empenhados em transformar a maior floresta tropical do mundo em propriedade privada de pecuaristas, mineradoras, hidrelétricas e investidores endinheirados de vários tipos. Para isso, evidentemente, precisam subjugar os povos e culturas com quem Perani propunha o diálogo constante e a quem dirigiu, ao chegar à região, sua atenção político-social e pastoral. Dez anos depois de sua morte, compreender a Amazônia continua a exigir, talvez mais que antes, prestar atenção, em meio à floresta, ao caminho do dinheiro, que, em geral, coincide com o caminho do sangue.

Desde que Michel Temer está no poder, há um assassinato por conflito de terra a cada seis dias na Amazônia Legal. E a tendência é de crescimento. Conforme o *Atlas de Conflitos na Amazônia 2017*, lançado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o apoio da Rede Eclesial Pan-Amazônia (REPAM), 76 pessoas foram assassinadas na Amazônia por conflitos de terra desde que Dilma Rousseff (PT) foi tirada da presidência por um *impeachment* com base legal inventada (pedalada fiscal). A violência na região já era alta nos governos anteriores, mas piorou muito e aceleradamente no desgoverno Temer. Em 2016, houve 48 homicídios (19 ainda com Dilma). No país inteiro, ocorreram 61 mortes por conflitos agrários nesse ano. Em 2017, segundo a CPT, foram 71 assassinatos, sendo que a Amazônia concentrou cerca de 80% do total.

Na região, desde o assassinato da missionária Dorothy Stang, em 2005, a trilha do sangue indica que os assassinatos estão diretamente ligados à conversão da floresta em propriedade privada. Há uma conexão evidente entre grilagem, desmatamento e mortes por conflitos de terra. Se há grilagem, há desmatamento, pais da escravidão moderna. É isso que

se expande na Amazônia neste momento. Diferente das relações sociais e conceito de propriedade desejadas por Perani.

O atalho da lei talvez seja o mapa das trilhas sinistras do dinheiro e do sangue. O programa Terra Legal é um marco no processo de legalização da grilagem na Amazônia. Criado no segundo governo Lula através de Medida Provisória (depois Lei 11.977/2009) a pretexto de regularizar imóveis em terras públicas com até 1.500 hectares e com ocupação anterior a dezembro de 2004, na prática, serviu para regularizar a grilagem praticada pelos grandes. Na época, foi apelidado de “MP da Grilagem” e, depois, de “Lei da Grilagem”.

Os números ajudam a evidenciar os objetivos: os pequenos eram quase 90%, mas ocupavam menos de 19% do território; já os grandes eram menos de 6%, mas ocupavam 63% do território. Para os pequenos, a lei anterior era capaz de solucionar a situação e corrigir injustiças, pois autorizava a titulação de até 500 hectares para quem trabalhasse e residisse na terra. Por isso, a Medida Provisória (e a Lei que se seguiu) foi pensada para legalizar a grilagem.

Com Temer, a grilagem foi ampliada com a Lei 13.465/2017. Sob o mesmo argumento de antes – regularizar posses de boa-fé –, permitiu aos grileiros de terras públicas regularizarem seus “grilos”, agora, até 2.500 hectares. Simples assim: basta expandir a produção de “laranjas” e os “grilos” são legalizados de 2.500 em 2.500 hectares. Desse modo, o Congresso Nacional e Temer anistiam grileiros e converteram criminosos em proprietários legais.

Para reafirmar o conceito de natureza desse setor, em todo distinto do que propunha Perani, o governo e próceres da bancada ruralista, mais uma vez, propõem legalizar o “grilo”, também, onde hoje existem unidades de conservação ambiental. Atualmente, isso é juridicamente impossível. Por isso, pressionam cada vez mais para reduzir o tamanho dessas unidades de conservação ou mesmo desprotegê-las. Enquanto isso, apostam na estratégia de ocupá-las e desmatá-las. Seguindo esse ideário, Temer e os ruralistas patrocinam um Projeto de Lei pelo qual 354 mil hectares deixem de ser Floresta Nacional, uma categoria legal mais protegida, para se tornarem Área de Proteção Ambiental (APA), isto é, áreas onde seriam legalmente permitidas atividades como agricultura e pecuária. Enfim, o Estado se esforça para promover a legalização do crime e expor os povos tradicionais à violência do latifúndio.

Voltando a atenção para o capital, pode-se ver o boi pavimentando a trilha do dinheiro. Estudos revelam a existência de 400.000 fazendas pecuárias na Amazônia, um território mais de boi do que de gente. Eram 85 milhões de cabeças em 2016, contra uma população humana de 25 milhões de habitantes, ou cerca de três bois por pessoa. No extremo, em São Félix do Xingu, essa proporção chega a 18 por 1. São 99 empresas, com 128 frigoríficos, responsáveis por 93% do abate desse gado (equivalente a 40% do rebanho nacional), ou 12 milhões de cabeças por ano transformadas em bifes e outros cortes.

Desastradamente, o conjunto desses frigoríficos, operando a plena capacidade, demandaria uma área de pasto de 68 milhões de hectares, algo superior às pastagens existentes na região, indicando que o capital gerará mais desmatamento no futuro. Para o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), "se entre 2016 e 2018 a taxa de desmatamento recente se repetir, 90% das novas perdas de floresta estarão dentro da área de influência de compra de 128 frigoríficos". Por isso, o "boi de desmatamento", como é chamado esse gado, levou à formulação de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público Federal (MPF) aos frigoríficos, desde 2009, buscando fazer com que essas empresas sejam obrigadas a fiscalizar a origem do gado que compram e barrem o boi-mercadoria que derruba a floresta. Todavia, sem sucesso. Afinal, como o capital dispensaria a mercadoria que ampliadamente o reproduz? Tanto que a análise das regiões de influência de compra dos 128 frigoríficos demonstrou que nelas se encontram 88% do desmatamento ocorrido na Amazônia entre 2010 e 2015, abrangendo a quase totalidade das áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Mantida a primazia política desse capital, as próximas áreas a serem desmatadas estão claramente localizadas. Isso porque o mapa de probabilidade de desmatamento cartografado pelo Imazon coincide em 90% com as zonas de influência de compras desses frigoríficos.

Negando essas relações de propriedade e com a Natureza, na trilha amazônica que Perani se propôs a caminhar, estão os povos tradicionais, os que não veem a terra como propriedade, mas como reprodução da vida. Todavia, justamente eles, os indígenas, ribeirinhos, quilombolas e camponeses são os que estão sendo vitimados por esse processo de transformação da nossa floresta tropical em propriedade privada do capital.

Ao longo dos artigos publicados nesta edição especial, alguns dos quais pouco conhecidos ou de difícil acesso, Perani partilha suas reflexões acerca da Amazônia, bem ao seu estilo: ao mesmo tempo sintético e questionador, objetivo e inspirador. Antes que produzidos para ambientes acadêmicos, são textos oriundos das inúmeras assessorias, palestras, debates e cursos de formação realizados por ele no decorrer de sua duradoura presença solidária junto aos povos amazônidas.

Para início de conversa, ele chama a atenção reiteradas vezes para a necessidade de conhecermos a Amazônia para além do estereótipo de lugar de grandes riquezas, ricas tradições folclóricas e paisagens exuberantes, o qual, em que pese ser verdadeiro, impõe-se geralmente em detrimento do mais importante: seus habitantes, suas culturas e iniciativas. Atravessa o seu pensamento a convicção profunda da singularidade, vitalidade e criatividade da região, “de onde poderão surgir respostas aos mais graves problemas com que se debate a sociedade mundial”. Migrando o raciocínio para o mundo eclesial, afirma que “a Igreja de palha pode fornecer soluções criativas para todas as Igrejas-irmãs”.

Segundo ele, é preciso quebrar a noção de uma região atrasada, com grandes riquezas mas incapaz de administrá-las, o que significa dizer: sempre dependente e sem autonomia própria. Diante da visão de uma Amazônia que precisa do resto do mundo, Perani provoca: não seria exatamente o contrário?

Para ilustrar tal concepção, fiquemos apenas num caso concreto. Sem negar a grande contribuição aportada pelo Movimento dos Sem Terra (MST) à organização dos pequenos camponeses em diversas regiões da Amazônia, ele alerta para o fato de que, em alguns lugares, “isso pode ter sido um erro porque os camponeses do Sul não conseguem produzir de acordo com a vocação da floresta. Eles estão acostumados a derrubar para plantar”. Afortunadamente, isso tem mudado, como o demonstra a experiência da Rede de Agricultores Tradicionais da Amazônia (REATA), que reúne diversas famílias de agricultores para fortalecer a sua organização e aprender com os povos indígenas e ribeirinhos como cultivar alimentos sem destruir a floresta: “o MST tem aprendido muito com a Amazônia e tem levado esses ensinamentos para outras regiões do Brasil”.

Outra importante consideração de Perani diz respeito à constatação de que o atual modelo de desenvolvimento fracassou: “a riqueza aumenta sempre mais e, com ela, também a pobreza de muitos”. Importado do Ocidente e corroborado, inclusive, por muita gente que se considera de esquerda, tal conceito de desenvolvimento “visa à produção e ao lucro,

criando, em todo lugar, sociedades de trabalhadores e consumidores. Resultado: as desordens sociais e a destruição ambiental aumentaram”. Seu olhar acurado para a Amazônia localizou precisamente o problema: o agronegócio, a mineração e a biopirataria estão roubando até a água; os projetos energéticos e viários das grandes rodovias e hidrovias são concebidos para favorecer interesses externos; o trabalho escravo, o narcotráfico, a militarização e a violência só fazem crescer.

Ele tinha ciência de que a superação deste paradigma representa um desafio imenso e complexo, um “caminho muito comprido”, mas estava igualmente convencido da urgência em pensar e realizar outro tipo de desenvolvimento, “que saiba respeitar e integrar melhor as diferentes culturas”. Perani sempre confiou no futuro, via a Amazônia criando estruturas produtivas e sociais próprias, com demandas particulares, e não apenas como uma simples fronteira para a expansão da economia e da população.

Não era do seu feitio apresentar “receitas” ou “fórmulas prontas” de conduta, mas é possível desentranhar de seus escritos um rosário de preciosas observações. Começemos pelo Perani pastor, que nos oferta uma “Santíssima Trindade” teológica:

- a) Deus fala pelas margens.
- b) Jesus considera fundamental a sabedoria de vida e iniciação à fé dos pequenos.
- c) O Espírito Santo sempre nos precede e abre caminho, agindo antes de nós.

Já o Perani assessor brinda-nos com um decálogo metodológico:

- a) É fundamental aprender a arte da escuta e do diálogo.
- b) O caminho da inculturação passa por não dizer muitas coisas e repensar o que está na cabeça.
- c) Muitas vezes, o povo fala pelo silêncio e se manifesta pelo corpo encurvado sob o peso da opressão.
- d) O povo se expressa em cochicho para não ser impedido de falar.
- e) Para ouvir os clamores do povo é preciso silenciar e prestar mais atenção.
- f) Há que olhar direito e deixar-se descolonizar para poder enxergar as maravilhas que o povo faz.

- g) Quem quer conhecer um povo precisa visitar, ficar um tempo; não é somente passar uma vez e ir embora, é preciso retornar sempre e andar por aí no meio do povo.
- h) É preciso viver de igual para igual em nosso estilo de vida pessoal e institucional segundo a causa que defendemos.
- i) A evangelização da presença consiste em favorecer a vida e a cultura do povo e, acima de tudo, deixar-se ensinar pela sua sabedoria.
- j) O caminho da libertação é sempre difícil, apresentando avanços e retrocesso, mas é um caminho já traçado.

Para mais, somente se deliciando com a escrita mesma de Perani...



Na sequência dos textos autorais do nosso homenageado, seguem artigos que refletem a sua trajetória na Amazônia (e, eventualmente, antes dela¹), seu legado aos movimentos sociais e pastorais católicas na região Norte do país.

Em “Cláudio Perani e o papel da educação popular nos paradigmas de libertação e transformação social na Amazônia”, a socióloga Márcia Maria de Oliveira discute o método de formação para a ação social em processos de educação popular. Para a professora da Universidade Federal de Rondônia, o método desenvolvido por Cláudio Perani, em diálogo com Paulo Freire, emprega técnicas que promovem maior participação e envolvimento das lideranças na formação, possibilitando pensar a “eficácia da mudança” que vem das bases, das quais o povo participa de forma efetiva e não é apenas mero espectador ou receptor.

Ressalta que para Perani, a eficácia política da educ(ação) se relaciona mais a favorecer novos tipos de sociabilidade que integram melhor o econômico-político com o cultural, tradições com novidades, espaços e tempos. Como Freire, ele apontava para uma mudança profunda capaz de transformar a sociedade a partir de mulheres e homens, novos portadores de sonhos, utopias e projetos.

¹ Sobre o período em que Cláudio Perani atuou no Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), de Salvador, e, a partir deste, não apenas na Bahia como em vários outros Estados do país, ver a edição especial dos *Cadernos do CEAS* (número 233, janeiro-junho, 2009).

Com certeza, o artigo é uma contribuição importante ao mesmo tempo à compreensão do método de Cláudio Perani e aos grupos, lideranças e assessorias populares que desejarem refletir sobre sua prática política e formativa junto a novos ativistas e movimentos sociais.

Logo depois, em “Cláudio Perani SJ, profeta da Amazônia: da Equipe Itinerante (1998) à Rede Itinerante da REPAM (2018)”, de autoria coletiva dos membros da Equipe Itinerante da REPAM², afirma-se que a região continua sendo considerada uma grande reserva de riquezas a serem exploradas e, ao mesmo tempo, algo de maravilhoso e folclórico a ser admirado. Num caso e no outro, não se considera sua população, menos ainda a personalidade cultural muito forte do seu povo. Noutra perspectiva, a Equipe Itinerante percebe a modernidade do capitalismo na Amazônia, revelando sua cara ainda mais violenta que em outras plagas. E, citando Perani, reconhece que “a Companhia tem uma dívida histórica para com os povos indígenas”, pois “de suas fileiras saíram projetos de evangelização nocivos ao índio”.

Hoje, não por acaso, não veem outra opção de trabalho evangélico senão pela ótica da justiça e da opção pelos pobres, recentemente reconfirmada pela Companhia de Jesus. Reconhecem, brotando da realidade amazônica, o conflito existente entre explorados e exploradores, definindo-se, enfaticamente, do lado dos injustiçados, não como uma opção pastoral facultativa, mas como uma opção necessária.

Para dar conta dessa missão, a Equipe Itinerante, criada por Perani e atualmente com vinte anos de trajetória, define-se como integrante da REPAM. Essa, por sua vez, aqui é metaforicamente explicada pela imagem da malhadeira ou malha de pescar, equipamento que os ribeirinhos esticam nos rios, com os seus três elementos fundamentais: as boias que a fazem flutuar, os chumbos que a fazem afundar até os peixes e o pano que conecta as boias e os chumbos da malhadeira. Por sua vez, as boias e os chumbos mantêm a malha esticada, evitando que fique enrolada, podendo assim capturar os peixes.

² A Equipe Itinerante é um espaço interinstitucional de serviço aos povos e à Igreja da Pan-Amazônia. Presta um serviço missionário itinerante que tenta complementar os outros serviços da Igreja mais institucionais e inseridos da sua missão na Amazônia, especialmente onde os outros não chegam, onde as feridas estão mais abertas e a vida mais ameaçada. Na atualidade, a Equipe está formada por nove pessoas enviadas por oito instituições.

E quais peças da REPAM corresponderiam aos elementos da malha de pescar? Para os autores, os “entralhos de chumbo”, que levam a Rede até o fundo, seriam “uma infinidade de paróquias e pastorais sociais, de comunidades de base e equipes missionárias, de comunidades religiosas masculinas e femininas, de leigos e leigas...”, espalhadas pelas entranhas da Amazônia; enquanto as “boias”, que dão estabilidade e continuidade à missão, seriam as instituições, a começar pela própria Secretaria da REPAM, que logrou articular importantes organizações na construção da Rede, como o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), a Confederação Latino-Americana de *Religiosos* (CLAR), o *Secretariado Latino-Americano e Caribenho* da Cáritas (SELACC) e a Comissão para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); e, finalmente, o “pano de pescar”, que seria a própria Rede Itinerante, conectando comunidades e aldeias, o campo e a cidade, dando visibilidade às realidades mais distantes, isoladas, aproximando-as das instituições e inserções. Atuando dessa maneira, a REPAM buscaria facilitar uma (cosmo)visão territorial conectada, geopolítica, desde dentro, com os povos que cuidam da Amazônia e do bem comum (bem-viver) de todos os seus seres.

Noutra perspectiva, coube ao professor de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Iraneidson Santos Costa, lançar um olhar mais amplo e matizado sobre a trajetória intelectual do homenageado. Em “O que disse Cláudio Perani sobre Karl Marx? (reflexões a partir de um documento inédito)”, esse atento pesquisador da trajetória dos jesuítas na sociedade brasileira retoma a relação de Perani com a filosofia do materialismo histórico, o método de análise marxista e o socialismo, em que pese reconhecer o fato deste nunca ter dedicado um texto específico ao tema.

Todavia, a partir de uma carta de 1979, descoberta durante a pesquisa em curso, Cláudio Perani procurou responder a um instigante questionamento advindo do Superior da Sociedade de Jesus: “Um cristão pode adotar a análise marxista, distinguindo-a da filosofia e da política marxista?”. Partindo desse problema, o artigo traça o percurso do missivista em direção ao marxismo e *entre* os marxistas, analisando não apenas o referido documento, como também toda a sua produção intelectual (tese, artigos, entrevistas etc.). Nessa trajetória, ressalta a capacidade de diálogo, de convivência com o diferente, de busca do equilíbrio entre posições conflitantes, fiel ao princípio inaciano de “estar mais disposto a salvar a proposição do outro do que condená-la”, mostrando como em diversos escritos ele reconheceu o caráter pedagógico do outro, sobretudo o não-crente.

Assim, o esforço do autor direciona-se a esclarecer, afinal, o que disse Cláudio Perani sobre Karl Marx. O leitor que não conheceu o padre Perani, certamente se surpreenderá com passagens nas quais afirma que a análise marxista não só lhe permitiu aprimorar o conhecimento da realidade em que vivemos e o caminho da história, mas também aprofundar a sua “interpretação do Evangelho e da prática de Jesus, inspiradora da minha prática hoje”, sem, contudo, deixar de apontar o que considerava falhas e insuficiências do marxismo. O artigo deixa evidente que, para Perani, as dificuldades de compatibilizar as práticas cristãs com o marxismo estariam não propriamente nos meios de luta a serem empregados, mas, principalmente, na maneira de se conduzir a luta, “que pode tornar-se antidemocrática, com consequências muito nefastas. Aqui, sem dúvida, está a parte mais questionável”.

Este artigo, seguramente, representa uma importante contribuição da pesquisa histórica para uma compreensão mais acurada da prática social e pastoral de Cláudio Perani, tanto na Bahia quanto na Amazônia.

Por sua vez, o cientista social e teólogo Ivo Poletto, em “Padre Perani: profeta do povo”, lembra-nos as advertências que ouvia desse jesuíta durante o agravamento das crises sociopolíticas, sempre que o desânimo político afligia o autor: “Ainda ouço sua voz estridente e seu sorriso quase irônico: *você está esquecendo que os dominadores não terão a última palavra? Lembre que é junto com o povo empobrecido que está a chave da história, a permanente possibilidade de futuro*”.

Poletto relembra as parcerias de juventude com Perani, suas aproximações e divergências durante o processo de criação da CPT e, também, os tempos de trabalho de Cláudio Perani na região Norte. Enfoca a sua decisão de provocar um processo de articulação de pastorais e movimentos sociais amazônicos em favor da estratégia de “convivência com a Amazônia”, inspirado e provocado pelos avanços construídos na Caatinga, com as iniciativas de promoção da convivência com o Semiárido brasileiro. Tentaria uma articulação em favor de iniciativas adequadas ao bioma, que devem ser base para a “Amazônia que a gente quer”. Como já percebemos, o ponto culminante dessa iniciativa é, hoje, a formação da REPAM.

Observa, com acerto, que, para a REPAM, será fundamental examinar o quanto e como está contribuindo com o processo de convivência com a Amazônia, porque, sem isso, não haverá crescimento do protagonismo popular; e, sem esse protagonismo, não será nem

a Igreja, nem outro tipo de instituição que garantirá que a Amazônia continue existindo e sendo a fonte de água para ela própria e para os demais biomas do Brasil e da América do Sul.

Em seguida, José Ricardo Wendling, ex-vereador de Manaus e atualmente deputado estadual pelo Amazonas, rememora em “Cláudio Perani, um Paulo Freire dos Movimentos Sociais” a atuação política cidadã de Cláudio Perani e sua contribuição para a formação de lideranças populares no espaço urbano de Manaus, uma face pouco comentada da trajetória do jesuíta. Registra o autor que “ele foi muito importante na minha caminhada política. Foi inspiração. Deu incentivo. Cobrou”.

Aqui, aparece o Cláudio preocupado com os processos político-eleitorais, apoiando candidaturas comprometidas e, principalmente, orientando a formação de consciências críticas para participar das disputas políticas, mas sem se deixar cooptar pelas tentações do espaço institucional.

Encerrando a seção de artigos dessa edição, o professor de Teologia do Instituto de Teologia, Pastoral e Ensino Superior da Amazônia (*Itepes*) e de Filosofia da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Ricardo Gonçalves Castro, que trabalhou com Claudio Perani no Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social (SARES), enfatiza, em “Aporias de educação popular nas entrelinhas da práxis educativa de Pe. Cláudio Perani”, os contextos e conteúdos retirados da vivência concreta do projeto de ação e reflexão promovido pelo Sares, principalmente nos anos de 2005 a 2010. À luz dessas experiências, enfatiza quatro aspectos fundamentais que nascem do trabalho de equipe do Sares, então coordenado por Perani: os *processos políticos na Amazônia*; o desafio de elaborar *políticas públicas* com o povo, de modo organizado e com ética; a valorização da *sabedoria popular*, base da história dos *movimentos sociais na Amazônia*.

Lastreado numa visão de identidade antiessencialista, o autor valoriza a convergência histórica das culturas indígena e ibérica, afro e nordestina, que teriam constituído um contexto pluricultural e intercultural particular, com convergências e divergências, porém, marcado por um dinamismo relacional em esforço contínuo para se reconhecerem, para eliminar preconceitos e estereótipos.

Outra perspectiva posta em foco neste artigo provém das teorias pós-coloniais, propugnando uma política de resistência transformacional para formas injustas e desiguais das práticas coloniais, adotando uma visão política pluralista e anti-hegemônica.

A partir dessa perspectiva, as características históricas dos povos da Amazônia resultariam da confluência, das releituras feitas nas práticas cotidianas, de ritmos, cores, danças, linguagens e experiências do transcendente. Assim, na Amazônia, sociedade, política e religiosidade seriam compostas das contribuições de saberes de origens diversas. O autor, então, propõe-se a conectar essa leitura com a análise da realidade amazônica feita por Perani, vinculando alguns princípios que fundamentavam a prática educativa do Sares à complexidade cultural da formação identitária abordada pelas lentes da teoria pós-colonial. Para dialogar esse intento com a leitura de Perani, Ricardo Castro recorre a aspectos da metodologia de trabalho popular por ele desenvolvidas.

Desse modo, proposições como fazer o possível com as pessoas e recursos disponíveis, valorizar as práticas cotidianas, priorizar os processos que conduzem à ação, sonhar a utopia mas trabalhar com o que se tem na realidade, manter contato com a realidade da vida das pessoas, a conversa gratuita com os moradores das localidades, ação e reflexão realizadas entre teorias e práticas, entre a biblioteca e contato com o povo, são aproximadas aos pressupostos da pós-colonialidade.

Ao leitor, caberá fornecer uma resposta à questão: se cabe ou não ler Cláudio Perani com as lentes das teorias pós-coloniais ou, ainda, como sugere o autor, se a construção de uma sociedade pós-colonial ocorrerá através de processos democráticos cotidianos, baseados no melhoramento da comunicação, do diálogo e do saber analisar as causas dos problemas e planejar e agir juntos em equipes, organizações e movimentos sociais.

Finalizando esta edição, são disponibilizados depoimentos de pessoas que conviveram com Cláudio Perani, dentre os quais destacamos os relatos de Ruben Siqueira (CPT), Ivo Follmann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos) e de Dom Sérgio Eduardo Castriani, arcebispo de Manaus.

Joaci de Sousa Cunha (CEAS/UCSal)*

Iraneidson Santos Costa (UFBA)**

* Coeditor da revista *Cadernos do CEAS* e realiza estágio pós-doutoral na Universidade Católica do Salvador (UCSal).

** Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

APRENDENDO COM OS POVOS DA AMAZÔNIA*

Cláudio Perani, SJ

Informações do artigo

Recebido em 05/05/2018

Aceito em 05/06/2018.

doi> 10.25247/2447-861X.2018.n244.p208-218

Resumo

Inspirado pelos resultados da Campanha da Fraternidade de 2007, cujo tema foi “Vida e missão neste chão”, Cláudio Perani nos convida neste texto a uma instigante reflexão a partir da ótica das diversas lutas e clamores dos povos da Amazônia. Elegendo como guia o projeto de uma sociedade mais solidária e de um novo modelo de cidadania, integrado pela visão de *florestania* e pelo sonho da *Terra sem Males*, o Autor questiona a noção de uma região atrasada, incapaz de administrar suas grandes riquezas e sempre dependente do resto mundo, e nos deixa com a seguinte provocação: não seria exatamente o contrário?

Palavras-Chave: Lutas Populares. Povos Amazônicos. Florestania.

Introdução

Este breve texto é um convite à reflexão. De maneira especial sobre as diversas lutas e clamores dos povos da Amazônia. Nele, retomamos os resultados da Campanha da Fraternidade de 2007, “Vida e missão neste chão”. Ao menos a parte mais visível recolhida nos grupos de reflexão, nas celebrações comunitárias, nas rodas de conversa com os diversos grupos nas comunidades que acompanhamos. A outra parte são algumas anotações que realizamos durante os encontros de formação que assessoramos no decorrer do ano, especialmente com alguns grupos da Vida Religiosa. Por fim, há também reflexões que realizamos na Comissão Episcopal para a Amazônia, da qual participamos de alguns encontros em preparação para elaboração do Texto Base da Campanha da Fraternidade 2007.

Iniciamos a reflexão com algumas frases da poesia “quando a verdade for flama”, da coletânea “Faz escuro, mas eu canto”, do poeta amazonense Thiago de Mello que diz o seguinte:

* Este texto foi elaborado para aula inaugural da IV turma do Curso de Formação para Ação Social – FAS - do Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social – SARES, realizada em Manaus – AM, em 19 de fevereiro de 2008.

Quando a verdade for flama
As colunas da injustiça,
sei que só vão desabar
quando o meu povo, sabendo
que existe, souber achar
dentro da vida o caminho
que leva à libertação.
Vai tardar, mas saberá
que esse caminho começa
na dor que acende uma estrela
no centro da servidão.
De quem já sabe, o dever
(luz repartida) é dizer.
Quando a verdade for flama
nos olhos da multidão,
o que em nós hoje é palavra
no povo vai ser ação.

A força do povo

Retomando a poesia por partes, propomos algumas reflexões pontuais que podem ajudar no aprofundamento dos desafios dessa nossa realidade tão sofrida e, ao mesmo tempo, carregada de lições de libertação.

- a) “As colunas da injustiça – sei que só vão desabar quando o meu povo, sabendo que existe, souber achar dentro da vida o caminho – que leva à libertação. Vai tardar, mas saberá – que esse caminho começa na dor que acende uma estrela – no centro da servidão”. Nestas palavras do poeta, em síntese está toda a Campanha da Fraternidade de 2007, “vida e missão neste chão”. As “colunas da injustiça” representam a triste situação da Amazônia desde a invasão dos portugueses. Terra injustiçada porque não reconhecida em sua identidade e valor. Explorada em favor de interesses alheios.
- b) “Meu povo”: a Amazônia é uma terra habitada por um povo querido, que vive e sobrevive.
- c) “Achar dentro da vida o caminho que leva à libertação”: é esse povo, injustiçado, que no cotidiano de sua vida e de sua luta encontra o caminho da libertação. De fora, somente por alguém que souber reconhecer isso e se colocar a serviço de um projeto local.
- d) “Na dor que acende uma estrela no centro da servidão”: exatamente porque injustiçado o povo amazônida torna-se semente de libertação. Vários autores da

teologia da libertação nos lembram essa realidade evangélica: no sofrimento, na cruz aparece o caminho da libertação, da ressurreição.

As palavras do poeta são muito atuais. Representam bem a caminhada do povo nessa imensa Amazônia e nos faz refletir profundamente sobre o papel da Igreja nessa região. São palavras que nos calam e nos convidam a uma profunda conversão. Conversão aqui, significa reconhecer o valor do povo. Um povo de muitos rostos e de muitos clamores. A conversão nos conduz a respeitar sua caminhada, seu tempo histórico e seu protagonismo.

Um povo de muitos rostos e de muitos clamores. A conversão nos conduz a respeitar sua caminhada, seu tempo histórico e seu protagonismo.

A Campanha da Fraternidade de 2007

A CF 2007 foi pensada para despertar a sociedade brasileira e os povos do mundo para conhecerem os valores e a criatividade dos povos da Amazônia, frente às agressões do atual modelo econômico e cultural, favorecendo a conversão à solidariedade, a um novo estilo de vida e de desenvolvimento humano.

Na conjuntura mundial atual, é algo de providencial, é um grito profético de alerta para o mundo inteiro, para o Brasil e para o próprio povo da Amazônia. A partir desta terra vem a denúncia, lúcida e violenta, deste modelo econômico neoliberal. Não somente, pois, também aparecem os caminhos, ainda tímidos, para uma nova sociedade mais solidária, para um novo modelo de cidadania, aqui integrado pela visão de *florestania* e pelo sonho da *Terra sem Males*, sonhado pela maioria dos povos indígenas e ribeirinhos da Amazônia. Para eles, a Amazônia é uma casa acolhedora de todos os povos das cidades e das florestas.

Não se trata, então, de ajudar a Amazônia para ela respeitar mais a floresta ou colaborar com a Igreja para crescer em sua organização. Trata-se de perceber a necessidade de uma profunda conversão da humanidade inteira e dos cristãos, em particular, questionados e iluminados pelo povo da Amazônia. A CF 2007 deve levar a uma tomada de consciência universal das grandes injustiças contra as populações da terra, não somente no sentido econômico, roubando a riqueza aqui existente, mas sobretudo pela visão falsa, pueril e discriminatória que existe em relação à Amazônia e seu povo, no Brasil e no mundo inteiro. Mesmo entre intelectuais e lideranças eclesiais. Mesmo para muitos bispos ainda permanece

a visão muitas vezes internalizada na população local. Aquela visão de que a Amazônia precisa do resto mundo. Será que não seria exatamente o contrário? Imaginem quanta coisa bonita as outras regiões poderiam aprender com os povos da Amazônia!

Na Amazônia existe um povo

Desde o início da colonização os portugueses apareceram como uma civilização superior. Ignoraram totalmente a história milenares dos povos indígenas. Os estudiosos dizem que existiam na Amazônia brasileira de 5 a 20 milhões de indígenas. Não só, mas, consideravam os habitantes locais primitivos, selvagens, chegando a colocar em dúvida a existência da alma. Não deixavam, porém, de utilizar os indígenas para um trabalho escravo em suas fazendas de cacau e de gado. Coisas do passado?

A exploração econômica e política continua hoje, evidentemente, com novas formas e sutilezas consideradas por nós mais “civilizadas”. O texto da CF é muito claro sobre isso. Lembra o desmatamento para o agronegócio, a mineração, a biopirataria. Hoje estão roubando até a água! Os projetos energéticos e viários das grandes rodovias e hidrovias para favorecer interesses externos. E podemos acrescentar o trabalho escravo, o narcotráfico, a militarização, a violência sempre maior, as cidades inumanas.

Só para lembrar um dado da perversão do modelo capitalista aqui implantado: a produção pecuária gera somente um emprego utilizando 30 km², enquanto a agricultura familiar pode sustentar 100 pessoas em 2,5 km².

O que mais nos interessa nessas breves linhas é considerar a visão folclórica e ideológica que ainda hoje permanece sobre a Amazônia veiculada na televisão em muitas partes do mundo e, infelizmente, na cabeça de muitos leigos, missionários, missionárias padres e bispos que aqui chegam. Não querem saber que aqui existe um povo! Sim. Aqui existe um povo! A Amazônia não é somente um ambiente físico, mas também um ambiente humano, com uma história social, política e econômica, com uma cultura própria, ou melhor, com várias culturas bem diversificadas entre si. Os índios não são personagens exóticos a serem contemplados por turistas, mas povos com grandes tradições, sabedoria e formas de vida criativas.

Quando o povo é lembrado, claro, não é mais chamado de “selvagem”, mas as interpretações também de alguns setores de intelectuais não divergem muito da visão dos

primeiros colonizadores. É interessante lembrar afirmações desses últimos dias, também de sociólogos famosos, em relação à votação maciça em favor de Lula pelo povo amazonense. Eis a explicação dada: “trata-se de uma população sem cultura, atrasada”. É de se perguntar quem é o mais ignorante e quem o mais lúcido? Quem é selvagem é o capitalismo que invade, desmata, se apropria de terras, de minérios e da biodiversidade. Mata índios e posseiros, destrói as formas locais de vida. Lucra, não somente pelo trabalho, mas sobretudo pelo *surplus*, o excedente da ilegalidade de todos os jeitos de apropriação da riqueza, evasão fiscal, contrabando, corrupção dos cartórios e da justiça.

Na Amazônia existe um povo. Um povo que se mexe e com grandes tradições culturais e religiosas. À sua maneira, vai dizendo as coisas. Muitas vezes, fala pelo silêncio, pelo corpo encurvado como aquela viúva que foi falar com Jesus. Tão oprimida estava que o corpo estava todo encurvado. Mas, mesmo como o peso da opressão que encurva o corpo, o povo se manifesta. Não é de fazer muito barulho. Muitas vezes se organiza em *cochichos* para não serem impedidos de falar. Para ouvir os clamores desse povo é preciso silenciar e prestar mais atenção.

É preciso calar para ouvir a voz baixinha, quase um sussurro das mulheres que se articulam nas rodas de conversas, nos quintais, na porta das casas, nos becos das palafitas nas periferias de praticamente todas as cidades da Amazônia. A voz dos jovens que às vezes se apresenta nas danças, nas rodas de capoeira, nas frases improvisadas e criativas do *hip hop*. Nos pequenos grupinhos de jovens que se reúnem nas comunidades e até mesmo nas próprias casas para falar sobre “coisas de jovens” que nem sempre compreendemos. Na voz dos operários e das operárias que levantam de madrugada para chegar ao chão das fábricas, aos canteiros de obras, aos barcos de pesca, aos seringais e castanhais. É lá que está o povo. Não esperem o povo apenas nas missas, com suas igrejas cheias. É preciso ir ao encontro do povo.

Com muito acerto o Texto Base da CF 2007 demora em apresentar os diferentes povos da Amazônia e seus valores. Fala dos muitos povos indígenas que desenvolveram formas de convivência com a floresta e, recentemente, várias organizações em defesa de seus direitos. Fala dos quilombolas, comunidades de negros que resistiram à exploração dos brancos. Calcula-se que existam cerca de mil comunidades quilombolas, sobretudo no Maranhão e no Pará. São apresentados os migrantes do ciclo da borracha e a partir deles, com a liderança de Chico Mendes, o mártir floresta, surgiu e foi celebrada a Aliança dos Povos da Floresta, entre

os Povos Indígenas e os Povos Extrativistas. São lembrados os ribeirinhos, que em vários lugares conseguiram preservar seus lagos, introduzindo uma legislação das águas considerada vanguarda no Brasil e respeitada em muitas partes do mundo.

Mais adiante, o texto fala dos posseiros e dos migrantes recentes que vieram e continuam vindo do Sul e do Sudeste, empurrados de um canto para outro do Brasil, mergulhado nos conflitos agrários. O governo joga o povo de um extremo ao outro do país para não resolver o problema da terra. É um problema muito antigo. Para resolver teria que fazer uma ampla reforma agrária que os governos nunca quiseram fazer. Os que tentaram, deixaram muito a desejar.

Por fim, o texto fala da população urbana das pequenas cidades localizadas às margens e beiradões dos grandes rios e dos igarapés. Também às margens das cidades, pequenas ou grandes. Nas periferias a população urbana sofre os efeitos de uma migração rápida e desordenada vinda diretamente das florestas ou das beiras para as cidades.

Por toda parte da Amazônia, encontramos um povo explorado. É verdade. Mas, como vimos, é um povo que se mexe. Um povo que vive e sobrevive. Cria novas formas de vida, novas solidariedades. A todo tempo se mobiliza para conquistar seus direitos. Se organiza nas formas tradicionais e inventam outras, segundo as novas necessidades.

Para além da Campanha da Fraternidade

A caminhada continua depois da CF 2007. A campanha ajudou muito. Principalmente ajudou a tornar a Amazônia mais conhecida e quem sabe mais respeitada. Mas, uma campanha, como o próprio nome diz, é apenas uma campanha. Logo termina e ninguém mais se lembra. Mas, o povo continua se mexendo, mesmo depois da campanha. Podemos lembrar as muitas organizações indígenas, as tradicionais e as novas em nível local, regional e pan-americano. Se organizam para fazer frente ao poder econômico e político que deseja o extermínio dos índios. Essa é uma luta de todos os países da grande Amazônia. Há mais de 500 anos eles lutam e resistem aos diversos tipos de colonizadores que vieram e continuam chegando até nos dias de hoje. Os índios lutam do seu jeito. Às vezes saem das suas comunidades, se pintam para guerra e acampam na Funai para exigir seus direitos. Outras vezes apenas rezam baixinho com seus pajés. Passam noites em vigília. Essa é sua forma de lutar. O Conselho Indigenista Missionário, o CIMI tem acompanhado todo esse processo e

seus agentes são dignos de todos respeito. São homens e mulheres que deixam suas terras de origem e passam o resto da vida morando nas aldeias com os índios. Aprendem suas línguas, compartilham das suas crenças e comem com eles. Isso é profético.

As periferias das cidades da Amazônia estão repletas de índios. A presença deles nas cidades denuncia que alguma coisa não está indo bem nas suas comunidades. Principalmente para os jovens indígenas que caem na bebida para suportar o desemprego e a falta de oportunidades nas periferias das cidades. Muitos não vão à escola, caem nas drogas. O suicídio é outro problema entre os jovens indígenas nas cidades. Mas, eles também têm reagido. Criam alternativas. Ensinam a língua para as crianças. Exigem escolas nas numerosas comunidades indígenas nas cidades. Se preocupam com a educação, mesmo que ela seja uma imposição dos não-indígenas. Algumas etnias distintas têm se juntado para formar comunidades inter-étnicas. Isso é muito bonito. É a forma que eles têm encontrado para juntos enfrentar as dificuldades. Mesmo diante disso ainda tem gente que não consegue ver a luta dos povos indígenas. Por isso que é preciso olhar direito. Ver com outros olhos. Se deixar descolonizar para poder enxergar as maravilhas que o povo faz.

Em algumas regiões da Amazônia o Movimento dos Sem Terra, o MST, tem tido grande ênfase na organização dos pequenos camponeses. Em alguns lugares isso pode ter sido um erro porque os camponeses do Sul não conseguem produzir de acordo com a vocação da floresta. Eles estão acostumados a derrubar para plantar. Mas, tem muitos mudando a cabeça. Basta olhar para a Rede de Agricultores Tradicionais da Amazônia, a REATA. Ela reúne várias famílias de agricultores para fortalecer a sua organização e aprender com os povos indígenas e ribeirinhos como cultivar alimentos sem destruir a floresta. O MST tem aprendido muito com a Amazônia e tem levado esses ensinamentos para outras regiões do Brasil. É isso, a Amazônia também ensina e ainda tem muito a nos ensinar.

Muitas outras organizações camponesas têm aparecido na Amazônia. Muitas delas, animadas nas suas bases pelo pessoal da Comissão Pastoral da Terra, a CPT. Seus agentes têm enfrentado muita perseguição na região. Muito sangue tem sido derramado injustamente. Mas, é gente com coragem profética capaz de enfrentar até a morte. Uma delas todos conhecem. A Irmã Dorothy Stang. Uma missionária Americana assassinada em fevereiro de 2005, num assentamento no município de Anapu, no estado do Pará. Uma velhinha, da minha idade, covardemente assassinada porque se aliou à luta dos camponeses. Tem que ter coragem para ficar do lado do povo.

Tem muitos grupos da Amazônia se organizando em nível nacional e até internacional. De modo especial os camponeses, os seringueiros, os povos indígenas, as mulheres. Lembramos alguns, mas, são muitos. Tem o Conselho Nacional de Comunidades Tradicionais, o Conselho Nacional dos Seringueiros, o Movimento Nacional dos Pescadores, a Coordenação Nacional dos Quilombolas, a Associação Internacional dos Ribeirinhos da Amazônia, o Movimento Nacional dos Sem Teto, o Movimento Nacional pela Educação, e assim por diante.

Em nível mais local, tem ainda inúmeras associações de mulheres que se juntam ao redor das castanheiras, piaçabeiras, tecedeiras de arumã, quebradeiras de coco de babaçu, pescadoras e as muitas iniciativas nos bairros de periferia das grandes cidades, sem esquecer as experiências da assim chamada “economia solidária” animada nas bases pela Cáritas e pela pastoral operária. Tem homens participando, mas, a maioria são mulheres que assumem a sua própria organização. Não esperam por ninguém. Vão abrindo caminhos. Do seu jeito e no seu tempo.

Muitos estudiosos estão atentos a estes movimentos que surgem nas bases e têm escrito muito sobre isso. Talvez o mais relevante nos últimos tempos tem sido o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Projeto vinculado às universidades locais que reúne muitos pesquisadores, professores, jovens estudantes com o objetivo de realizar a “auto-cartografia” dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. É um projeto que abrange todos os estados e até os países da região amazônica. Depois de acompanhar por um tempo as comunidades e grupos nas bases, os coordenadores elaboram um caderninho junto com o grupo. Nele, colocam suas histórias de vida, desenham o mapa da sua realidade, apontam os desafios e as expectativas dos grupos locais. Isso tem fortalecido e animado muito os movimentos sociais, tanto das cidades quanto do campo.

Desejo trazer aqui o parecer da professora Bertha Becker, livre-docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faz muitos anos que ela estuda a Amazônia e integrou a equipe de elaboração do Texto Base da Campanha da Fraternidade 2007. Cultiva grande admiração e respeito pela Amazônia e afirma que está crescendo o capital social da Amazônia, entendendo com isso a rede durável de relações humanas, mais ou menos institucionalizadas, de mútua familiaridade e reconhecimento. Ao observar o avanço da organização da sociedade civil, a descentralização política, a problemática ambientalista e os projetos alternativos de desenvolvimento, Becker afirmar que a Amazônia está se tornando

uma “região em si”, quer dizer, com estruturas produtivas e sociais próprias, com demandas particulares, e não uma simples fronteira para a expansão da economia e da população.

Essa afirmação é muito importante, pois permite quebrar aquela visão de uma região sempre dependente, sem autonomia própria, região atrasada, com grandes riquezas, mas incapaz de administrá-las. Segundo a professora Berta Becker, este capital social é recente, está em formação e tem origem na ação das Comunidades Eclesiais de Base, do Conselho Indigenista Missionário, da Comissão Pastoral da Terra e de outras pastorais, sem querer diminuir a importância de outras forças como os sindicatos, as associações, o Partido dos Trabalhadores. Isso só confirma nossa afirmação de que o povo tem se mexido e organizado. E a igreja tem aprendido muito com o povo.

Conclusão

Evidentemente, os desafios não faltam e são bem lembrados no texto da CF 2007. O caminho da libertação é sempre difícil, apresentando avanços e retrocesso, mas, é um caminho já traçado. É o povo que acha dentro da vida o caminho que leva à libertação, como afirma o poeta. Quem deseja ajudar a Amazônia, em primeiro lugar, deve reconhecer tudo isso.

Esse crescimento do capital social da Amazônia foi e está sendo possível pela capacidade de seu povo, por sua sabedoria, sua paciência, sua capacidade de luta, sua criatividade. Isso deve ser conhecido e valorizado, em primeiro lugar pelos próprios habitantes da Amazônia por séculos considerados como incapazes e deixados em segundo lugar. Pelos outros que pretendem colaborar neste caminho de libertação. Será possível na medida em que se deixar uma atitude colonialista, ainda existente, para uma atitude de verdadeiro diálogo.

A Igreja desde o tempo da colonização está presente nessa região, participando desses desafios e dessas contradições. Como vimos, sobretudo a partir do documento de Santarém, 1972, onde opta pelo caminho da encarnação e da libertação, e do documento de Manaus, “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”, 1997, no qual apresenta um rosto mais pobre e amazônico. Estes documentos contribuíram e ainda estão contribuindo para uma caminhada de libertação. Não podemos negar suas fraquezas, suas necessidades de novos instrumentos materiais e humanos, suas contradições, mas, é uma Igreja já adulta,

criativa e com experiências que podem ajudar e ser de modelo para outras igrejas em outras regiões do Brasil e do mundo.

A Igreja amazônica valoriza o aspecto sacramental da liturgia da palavra e do serviço concreto aos irmãos mais necessitados. É uma Igreja mais leiga, seja porque dinamizada em milhares de comunidades por leigos e leigas, seja porque preocupada em se abrir à problemática social com as muitas pastorais sociais.

É uma Igreja preocupada com a problemática da inculturação, procurando dialogar mais com as outras religiões, sobretudo com a espiritualidade indígena.

O caminho a ser percorrido é muito grande, mas não faltam experiências promissoras que podem servir de exemplo também para outros lugares. É uma Igreja que pisa no chão e na lama da Amazônia. Uma Igreja que quer conhecer a Amazônia e precisa ir ao encontro das pessoas para caminhar junto com o povo. Para isso, é preciso visitar e ficar tempo com eles nas suas comunidades, nas aldeias e nas periferias das cidades. Não é somente passar uma vez e ir embora. É preciso retornar sempre e andar por aí no meio do povo. Ouvir mais e falar menos. Contemplar o povo, acolher seus clamores, rezar junto, somar-se com eles e, acima de tudo, deixar-se ensinar pela sua sabedoria.

Por todas essas razões, o documento da CF 2007, na parte do “julgar”, afirma que é verdade que a Amazônia precisa de todos nós. Mas, é também verdade que todos nós precisamos da Amazônia. Não somente por sua importância para a sobrevivência do planeta, mas, sobretudo porque seus povos podem nos ensinar os segredos da vida para as futuras gerações.

Falei no início da necessidade de uma profunda conversão nossa. A Amazônia exige de nós um diálogo constante com as outras culturas; um diferente conceito de território e ambiente; um diferente conceito de natureza; um diferente conceito de relações; um diferente conceito de propriedade; um diferente conceito de produção.

E, por fim, retomo novamente o poeta que diz: “o que em nós hoje é palavra, no povo vai ser ação”. Eis então os desafios!

Referências

BECKER, Berta K. Organização e conflitos na sociedade civil da Amazônia. In: TADA, Cecília; MATA, Raimundo Possidônio C. (Org.) **Amazônia** – Desafios e Perspectivas para a Missão. São Paulo: Paulinas, 2005, p.83-108.

MELLO, Thiago de. *Faz escuro, mas eu canto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

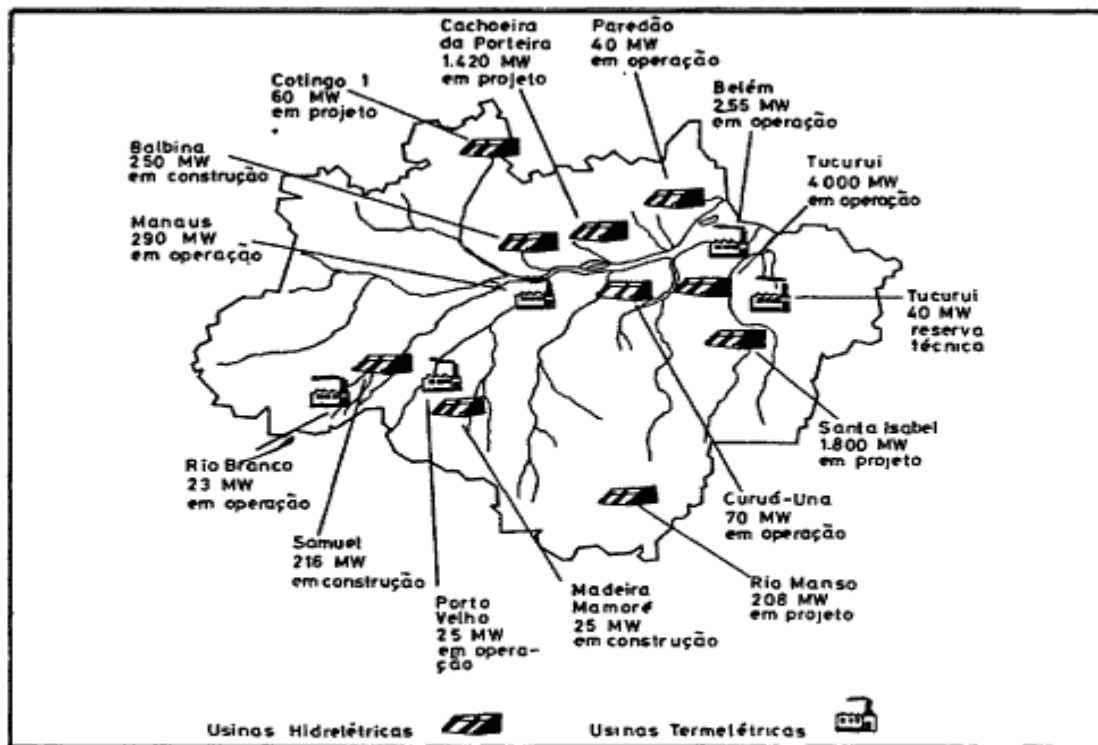


Figura 1: Situação atual da produção da energia elétrica nas bacias dos rios Amazonas e Tocantins/Araguaia (Fonte: Eletronorte)

Dados do autor

Cláudio Perani

Homenageado desta Edição Especial.

SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS SOCIAIS E ONGs NO BRASIL

Cláudio Perani, SJ

Informações do artigo

Recebido em 10/05/2018

Aceito em 30/05/2018

 10.25247/2447-861X.2018.n244.p219-230

Resumo

Elaborado em 2008, numa conjuntura política similar à atual no que diz respeito à desconfiança e ao pessimismo em relação aos partidos e às instituições em geral, Cláudio Perani levanta neste artigo, de maneira bastante lúcida e sintética, os principais problemas e desafios da realidade brasileira, sempre fundamentado numa concepção que privilegia a importância do poder da base social da sociedade e a organização popular.

Palavras-Chave: Sociedade Civil. Movimentos Sociais. Organização Popular.

O tema Sociedade civil, movimentos sociais e ONGs no Brasil é extremamente interessante, atual e muito debatido hoje na conjuntura política brasileira. Penso que a razão principal seja, de um lado, a desconfiança em relação à política partidária. Está presente no meio popular um grande pessimismo ao considerar os políticos e suas instituições. Afirmar-se facilmente que a política não muda nada, que os políticos são corruptos e visam somente seus interesses.

Do outro lado, os próprios cientistas sociais – alguns deles - questionam hoje o caminho da política partidária, afirmando que quem decide é a economia globalizada que controla os vários governos e impõe seu poder. Com isso, partidos, Congresso, Governo perdem sua importância e são valorizados outros caminhos políticos como os vários movimentos sociais e outras iniciativas da sociedade civil.

São opiniões e afirmações questionáveis, evidentemente, mas que têm seu valor e refletem uma situação concreta em contínua mudança. Simplificando, podemos dizer que, em princípio, será necessário não excluir nenhum caminho político, mas procurar mudar e fortalecer tudo que possa favorecer a organização popular e seu poder.

Nesta conjuntura torna-se fundamental a discussão da relação entre a Sociedade Civil, com suas diferentes instituições e movimentos, e o Estado, sem a priori ficar dogmaticamente apegado a ideologia que podem impedir aberturas necessárias. Trata-se de uma relação, às vezes, tranquila, outras vezes, muito tensa; relação em contínua mudança pela mudança do poder institucionalizado e pelas diferentes visões dos movimentos sociais.

Essas páginas querem dar algumas informações sobre essas realidades, sem pretender dar um quadro exaustivo. Seria um trabalho impossível, não somente pelo limite

do artigo, mas sobretudo pela complexidade da situação e pelas diferentes opiniões existentes. Pretendo levantar alguns problemas ou desafios existentes, evidentemente, influenciado pela minha visão política que privilegia a importância do poder da base social da sociedade e a organização popular. Não é fácil falar de sociedade civil, de movimentos sociais e de ONGs por razão que se trata de conceitos e entidades muito diversificados.

Sociedade Civil é um conceito muito antigo, querendo significar o estado ou a sociedade política, o espaço do cidadão politicamente ativo. Mais tarde a sociedade civil se diferenciou do estado, adquirindo princípios e formas próprias.

Com a industrialização ficou um conceito ligado ao desenvolvimento capitalista, considerado como sinônimo de sociedade burguesa. Era a expressão da soma dos interesses particulares ou privados dos indivíduos enquanto portadores ou proprietários de bens econômicos. Em síntese, tinha um conteúdo eminentemente econômico.

Somente com Antônio Gramsci a sociedade civil é considerada pertencente à superestrutura política e cultural e não mais à estrutura econômica. Se num primeiro momento a sociedade civil indicava mais os instrumentos político-culturais com os quais a classe dominante exercia sua hegemonia (através da igreja, das escolas, dos sindicatos), mais tarde, pelas pressões dos trabalhadores e dos setores populares que abriram brechas nos limites políticos e sociais existentes, começou a significar as organizações independentes do estado, que se opunham às estruturas dominantes da sociedade.

Hoje a sociedade civil aparece como campo onde se expressam e se organizam interesses diferentes. Daí sua ambiguidade e complexidade. Trata-se de uma rede de aparelhos privados de hegemonia, isto é, de organismos sociais relativamente autônomos frente à sociedade política. No entendimento dos setores progressistas da sociedade, habitualmente, é um espaço onde as classes subalternas podem obter a hegemonia no interior do poder, uma arma contra as pretensões globalizantes de um estado totalizante. Aqui no Brasil, diria que no fim da década de 1980 tornou-se um conceito mais ligado a organizações de setores populares, indicando um caminho para uma nova sociedade.

Por Movimento Social entende-se, em sentido mais amplo, qualquer iniciativa popular para melhorar sua situação de vida e reivindicar seus direitos. É o povo que se mexe para poder sobreviver, inventando várias iniciativas, individuais ou mais coletivas, para encontrar um espaço próprio nesta sociedade. Em sentido mais restrito e habitual, são todos os movimentos e as organizações populares para reivindicar direitos fundamentais de uma

vida digna. Podem ser iniciativas de caráter mais econômico, como, por exemplo, o vasto campo da economia solidária, ou de caráter social ou político.

Há uma grande variedade de movimentos sociais, o que significa, de um lado, a possibilidade de reconhecer a riqueza das iniciativas populares para reivindicar suas demandas e seus direitos; do outro, a necessidade de definir melhor cada movimento, com sua especificidade de objetivos e organização, tarefa não fácil diante da grande diversidade.

Os Movimentos Sociais são grupos que se movimentam na defesa de interesses comuns, apresentando algumas características próprias: nascem de uma necessidade sentida pelo grupo todo; produzem uma união entre os membros que dispensa uma grande organização; desfazem-se quando atingem o objetivo; caracterizam-se pela espontaneidade (no sentido de “fonte germinal”, não em oposição à consciência e à organização); possuem uma consciência clara quanto ao objetivo visado, menos quanto às implicações políticas mais gerais; olham com suspeita toda vanguarda; favorecem: uma democracia de base; a busca de transformações que sejam fruto da vivência quotidiana; o questionamento da política; a crítica de uma direção centralizada; a abertura política de espaço para problemas da vida pessoal; a busca de uma maior integração entre vida privada e pública.

São diferentes das instituições (associações, sindicatos, partidos), organizações mais estáveis e imprescindíveis, mas com maior risco de burocratização. Nem se identificam com as Organizações Não-Governamentais – ONGs, que são, habitualmente, equipes de assessoria com bandeira própria, mas sem uma base mais ampla popular.

Querendo uma definição mais restrita, também no Brasil se recorre à definição de Alberto Melucci que afirma que se trata de uma ação coletiva, cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica uma ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual se refere. Solidariedade é a capacidade dos atores de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte da mesma unidade social; conflito exprime a relação de oposição entre dois ou mais atores que se confrontam para o controle dos recursos; ruptura dos limites significa romper as regras do jogo, propor objetivos não negociáveis, colocar em questão a legitimidade do poder.

A questão fundamental, segundo Melucci, é a existência ou não de um conflito sistêmico: significa que o movimento social está em posição antagônica com o atual sistema econômico-político, isto é, com o capitalismo em sua forma atual de neoliberalismo. Os

conflitos, evidentemente, não existem somente nas questões de classe e de raça, mas entram também no campo das questões culturais.

Noutras palavras, a ação coletiva deve levar a romper os limites dos comportamentos admitidos, indo além das leis reconhecidas e forçando uma nova estrutura que o atual sistema não pode tolerar.

Segundo o autor, não podemos falar de movimento social quando as ações coletivas se situam no interior dos limites de variabilidade estrutural de certo sistema de relações sociais, sendo simplesmente fenômenos de manutenção da ordem estabelecida.

Para dar alguns nomes, podemos lembrar os movimentos mais estáveis com representatividade nacional: Movimentos dos Sem Terra, um dos mais conhecidos também internacionalmente; Movimento do Atingidos pelas Barragens; Movimento dos Sem Teto; Movimento Nacional dos Seringueiros; Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas; os vários Movimentos Negros; os muitos Movimentos Indígenas; Movimentos de Mulheres etc. Deveríamos acrescentar as mobilizações mais amplas com manifestações periódicas, como o Grito dos Excluídos, as Assembleias Populares, as Semanas Sociais, os diferentes Fóruns Sociais etc.

Esse limitado quadro fenomenológico permite de constatar, seja a diversidade e novidade de organização, seja a grande variedade de bandeiras. A estrutura dos movimentos sociais, em geral, é menos rígida, sem liderança autoritária, mais flexível para adaptar-se às novas exigências, sem normas e compromissos fixos, sem um plano estratégico bem traçado. Isso pode explicar a maior facilidade para mobilizações, mas também pode constituir a fraqueza dos movimentos.

A variedade das reivindicações dos movimentos representa a grande novidade no panorama das lutas para uma nova sociedade. Não se fala unicamente de trabalho, de leis trabalhistas e de desemprego. Aparecem vários direitos: da terra, da moradia, da água, do transporte, do lazer, da educação, da participação política; entram questões de gênero, de etnia, de sexualidade, da terceira idade, assim como questões de identidade, de raízes culturais, de consciência ambiental. Tudo isso amplia o leque das lutas políticas e favorece o crescimento de uma consciência mais autônoma e mais lúcida.

Não podemos deixar de mencionar as iniciativas de economia solidária, essas também bem diversificadas, tendo, porém uma boa porcentagem que pode ser considerada como economia não capitalista, mesmo que realizada numa sociedade capitalista. Trata-se de

empreendimentos, habitualmente, familiares, tipo cooperativa que surgem, sobretudo na zona rural. Não visam o lucro, mas satisfazer as necessidades básicas de seus membros, e têm uma gestão autônoma e participativa, eliminando as relações dependentes de trabalho. Representam um sinal bem interessante, pois demonstram a possibilidade de realizar uma economia não capitalista antes de conquistar o poder do estado. É difícil poder dizer, no estágio atual de desenvolvimento, até que ponto essa economia poderá crescer e vingar e transformar-se numa alternativa ao atual modelo de desenvolvimento.

As Organizações Não-Governamentais – ONGs. Se no âmbito dos movimentos sociais encontramos uma grande variedade, essa existe muito mais no vasto campo das Organizações Governamentais. Num universo de cerca de 300.000 fundações sem fins lucrativos, no Brasil, as ONGs são mais de 7.000.

E entre elas há grande diversidade de objetivos. Podemos encontrar ONGs unicamente interessadas em procurar dinheiro para fins particulares, ligadas a políticos ou a pessoas interesseiras. Há um vasto setor de ONGs que recebem dinheiro do governo e que dificilmente poderiam ser chamadas de “não governamentais”, e ONGs que prestam um serviço de assessoria muito importante e válido.

A preocupação com a corrupção que atingiu também o setor das ONGs foi tamanha que o Congresso sentiu a necessidade de instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI para ter maior clareza sobre estas entidades pouco fiscalizadas. Atrás desta decisão há motivos políticos não bem declarados, mas certamente a CPI está servindo para revelar caminhos espúrios. Para sua averiguação, ela escolheu 250 ONGs que receberam por ano mais de R\$ 200.000,00 reais pelo governo federal, sem contar eventuais recursos estaduais e municipais. Trata-se de uma quantia que, por si só, pode levantar dúvidas sobre os verdadeiros objetivos destas entidades.

Um exemplo típico de dependência do governo é o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, que reúne 602 organizações ambientais. Sem negar sua contribuição positiva em várias ocasiões, sabemos que recebe financiamento do governo e de bancos estrangeiros. Isso significa a necessidade de defender a política governamental, como no caso da Lei das concessões florestais, muito criticada por cientistas sociais e pela Comissão Pastoral da Terra da Amazônia e, ao contrário, defendida pelo GTA.

Mais interessante é conhecer os objetivos das ONGs preocupadas em buscar e defender alternativas de desenvolvimento humano e sustentável que considere a justiça

social como compromisso fundamental de sua atuação. Para isso podemos recorrer à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, que nasceu em 1991, reunindo as ONGs mais sérias e atuantes na perspectiva de uma sociedade nova.

A ABONG tem por objetivos: promover o intercâmbio entre entidades que buscam a ampliação da cidadania, a constituição e expansão de direitos, a justiça social e a consolidação de uma democracia participativa. Sua constituição é fruto de uma trajetória de um segmento pioneiro de organizações não governamentais que têm seu perfil político caracterizado por uma tradição de resistência ao autoritarismo, pela contribuição à consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais, pela promoção de direitos, pela construção da cidadania e pela defesa da ética política.

Devemos lembrar que muitos dos fundadores dessa ONGs mais politizadas foram pessoas militantes de partidos de esquerdas que tiveram uma dolorosa experiência durante a época da ditadura, foram torturados e exilados, e que – depois da volta ao Brasil – tentaram caminhos novos.

As ONGs associadas são mais de 250. Podemos somente citar uma das mais famosas e atuantes, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Políticas – IBASE, que tomou a iniciativa da fundação da ABONG.

A Política do Estado

O Estado Brasileiro sempre reconheceu e apoiou organizações sem fins lucrativos de perfil mais assistencialista, voltadas à prestação de serviços públicos nas áreas de assistência social, saúde e educação. A partir do momento em que o Estado reconhece um segmento de organizações da sociedade civil como de utilidade ou interesse público, consequentemente cria uma relação privilegiada com essas organizações, que se concretiza em uma maior facilidade de acesso a recursos públicos de forma direta ou indireta.

O caso das ONGs é muito diferente. Não existe uma identidade comum entre hospitais e centro de educação privados, centros assistenciais, clubes recreativos e esportivos, creches, abrigos, de um lado, e do outro, as organizações não-governamentais com objetivos mais políticos de mudança que podem se opor à política do governo.

A perspectiva do Estado foi sempre aquela de instrumentalizar as entidades sem fins lucrativos atribuindo a elas papeis paraestatais. O mesmo devia acontecer com as ONGs. Na década de 1990, com os novos atores nos processos sócio-políticos em curso e no clima da política de privatizações, o governo ampliou o conceito legal de público, tendo ocorrido um avanço no reconhecimento, por parte do Estado, de novas áreas de atuação consideradas de interesse público e estabelecendo políticas de financiamento para as OS (Organizações Sociais na saúde), as OSCIPs (Organizações Sociais de Interesse Público) e as ONGs. Contudo, a nova lei no que se refere a repasse de verbas apresenta falhas e lacunas. No mesmo tempo, o governo terceirizou vários setores da área social.

A ABONG, desde o seu surgimento, pleiteando o direito a recursos públicos, preocupa-se com a necessidade de uma melhor definição jurídica, que reflita os avanços e complexidades da maturação política das organizações da sociedade civil no processo democrático brasileiro. Não deixa de existir certo equívoco, pois uma ONG na hora em que recebe recursos do governo com dificuldade vai poder manter sua autonomia.

Com o início do governo Lula, em 2003, a relação entre o estado e os movimentos sociais mudou bastante. Do ponto de vista jurídico, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS inova ao reconhecer que entidades defensoras de direito integram o campo da assistência social.

Mais interessante é constatar como evoluiu a relação prática dos movimentos sociais com o governo Lula. Num primeiro momento, houve certa desmobilização dos movimentos, sobretudo a nível nacional, sendo que a eleição de Lula significava para eles a conquista do poder e, certamente, uma mudança de política em favor dos setores populares. As mobilizações tradicionais não teriam mais sentido. Num segundo momento, Lula não foi mais unanimidade entre os movimentos sociais. Uma reduzida parcela tem duras críticas ao governo Lula por manter elementos de uma política econômica neoliberal. Outros setores, apesar das críticas, reconheceram a mudança no sentido de dar mais espaço aos movimentos sociais, mas no mesmo tempo perceberam a necessidade do papel próprio desses movimentos, mesmo com um governo mais favorável, e voltaram a se organizar. Somente o setor sindical apóia Lula de forma mais decidida por razão dos benefícios que recebe.

Alguns desafios atuais

Relação Movimentos Sociais – Partidos

Talvez, seja uma das questões fundamentais na construção de uma nova democracia. Há posições extremistas que criam um dualismo entre os dois âmbitos da luta, os movimentos e os partidos. Anos atrás o único e fundamental caminho para uma mudança era o do partido revolucionário. Depois, ao constatar a insuficiência dos partidos e o surgimento dos movimentos populares, estes foram considerados como principal caminho, se não único. É claro que não se deve opor movimentos a partidos, excluindo um dos dois. Os movimentos precisam dos sindicatos e dos partidos; esses últimos necessitam dos movimentos. O partido continua como espaço importante para uma mudança, mas não como única forma de enfrentamento.

Os movimentos sociais conseguem mobilizar mais as pessoas a partir de bandeiras específicas e flexibilizando a organização.

Contudo, existe o perigo da fragmentação, pois as novas bandeiras podem ser defendidas sem relacioná-las com as “condições materiais” da luta, quer dizer, com a questão do trabalho, parcializando assim a visão da realidade. Há necessidade de algo que unifique e este é propriamente o papel do partido.

De outro lado, o partido desligado da relação constante com os movimentos sociais, corre o risco de burocratizar-se e de afastar-se das verdadeiras demandas populares. Os movimentos sociais são sempre necessários também quando o governo se diz ou é, de fato, de esquerda.

Sem dúvida, na medida em que desejarmos uma democracia não somente representativa, mas também sempre mais participativa, valorizando o poder popular, os movimentos sociais devem ser considerados e se apresentam como caminhos políticos novos e fundamentais.

Lideranças e Militância

Também os Movimentos Sociais, como toda e qualquer instituição, estão sujeitos a tensões internas que podem enfraquecer sua atuação. Uma dessas tensões depende da

maneira com a qual aqueles que são chamados de “lideranças” ou “militantes” atuam e se situam no movimento. No Brasil temos exemplos claros de lideranças oportunistas e interesseiras, chegando com isso a esvaziar o movimento.

Essas duas palavras – líder e militante - vêm de contextos muito diretivos, o contexto da psicologia social comportamentista e o contexto militar, e revelam uma orientação bem autoritária. O líder é aquele que sabe e consegue cooptar os outros, motivando-os para cumprir a tarefa da organização; o militante é aquele que observa uma disciplina rígida e imposta para a vitória da causa. São termos que diminuem o sentido da autonomia e da subjetividade em benefício de uma bandeira que deve ser defendida.

Ora, habitualmente, uma das afirmações freqüentes dos movimentos sociais, hoje, é considerar todo membro como protagonista: trata-se de romper com a dependência e o autoritarismo, querendo que os “pobres” sejam sujeitos históricos da mudança e, portanto, de seus movimentos e iniciativas. Trata-se de gerar “autores”, quer dizer, pessoas que no movimento desenvolvem sua criatividade, se realizam e participam continuamente do poder de decisão, criando um novo tipo de relações sociais. Ainda que às custas de uma aparente lentidão inicial. O desafio, no caso, é o de como realizar isso na prática, o que nem sempre é fácil.

A questão da articulação

Devemos considerar o problema da articulação dos movimentos, quer dizer, da capacidade do movimento local crescer e se relacionar num âmbito maior, no nível estadual e nacional, problema fundamental e delicado, sobretudo considerando o pluralismo das organizações e das bandeiras de luta.

É o grande desafio e de difícil encaminhamento. Só para citar um caso. O Movimento dos Sem Terra, as Organizações Indígenas, o Movimento dos Ribeirinhos e dos Quilombolas estão lutando pela mesma reivindicação, o direito à terra. Dificilmente se ouve falar de encontros entre esses movimentos para somar forças.

É evidente que uma excessiva fragmentação pode levar a um enfraquecimento do poder popular e nenhuma dúvida que deva ser colocado o problema da unidade. Este é uma questão complicada: facilmente passa a ser simples redução, ou porque é realizada na mesa, por algumas lideranças, sem a participação de uma base mais ampla; ou porque se eliminam

ou acrescentam bandeiras sem concordância popular. Deve-se encontrar mecanismos concretos e eficazes de unidade. Temos na Amazônia alguns exemplos. A Aliança dos Povos da Floresta procura unir as forças dos seringueiros e dos indígenas. Multiplicam-se, no Brasil inteiro, os fóruns e as redes, mecanismos novos que conseguem o diálogo entre diferentes experiências.

Contudo, volta aqui o problema da relação necessária entre partidos e movimentos sociais. Os primeiros, em tese, são aqueles que procuram realizar a unidade entre os vários caminhos possíveis, tendo, porém, dificuldades de se relacionar com as bases.

Os segundos conseguem captar melhor e defender os interesses populares. Uma relação dialética entre os dois caminhos da democracia parece ser indispensável para a construção de uma nova sociedade.

As parcerias

Há algo de mais difícil e de mais sutil para ser discernido: o problema das parcerias. Nos últimos anos, aproveitando da “abertura” do governo nos vários níveis, municipal, estadual e federal, alguns movimentos, entidades populares, pastorais, entraram em parceria com o próprio governo, quer dizer, aceitaram desenvolver trabalhos em comum. Com a fundação dos Conselhos Paritários, representantes populares ocuparam espaços nesses conselhos. Às vezes, era aceito o apoio de uma ONG disposta a oferecer sua ajuda para potencializar o movimento. Tudo isso, pensando de adquirir mais poder pelo fato de ocupar um espaço de governo ou de ter mais recursos materiais. Consequências: muitos movimentos ficaram somente neste nível e deixaram o nível mobilizador e reivindicatório; a atuação mais operacional e propositiva reduziu-se ao nível dos conselhos.

Em tese poderia ser um caminho bem acertado, na prática muitas vezes contribuiu para enfraquecer a oposição popular.

Colocar o pé num espaço de governo pode ser válido na medida em que se mantém o outro fortemente fincado na mobilização popular, caso contrário a força do movimento não aumenta, mas diminui.

Vários são os exemplos que poderiam ser apontados. Uma recente pesquisa vem confirmar essas afirmações. O MAPAS (Movimento Ativo da Participação da Sociedade), encarregado da pesquisa, focalizou os instrumentos criados ou reformulados pelo atual

governo: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a Conferência para o Meio Ambiente, o Conselho das Cidades e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Eis algumas conclusões: “Os movimentos sociais estão acurralados. Integrados a instâncias criadas pelo governo Lula, viram suas exigências caírem no vazio. Precisam voltar às ruas para exigir o cumprimento delas”.

É importante reconhecer que os movimentos sociais, com sua especificidade e objetivos, sempre serão necessários, qualquer que seja o sistema político. Por isso, devem manter sua autonomia.

Outro conceito de desenvolvimento?

Temos que constatar que o atual tipo de desenvolvimento fracassou. A riqueza aumenta sempre mais e, com ela, também a pobreza de muitos. O conceito de desenvolvimento foi importado do ocidente e sempre orientou a política brasileira, também a atual que se considera de esquerda. É um desenvolvimento que visa a produção e o lucro, criando em todo lugar sociedades de trabalhadores e consumidores. Resultado: as desordens sociais e a destruição ambiental aumentaram.

É um sistema que tem sua lógica e suas regras, incorporadas, muitas vezes, também pelas lideranças dos movimentos sociais e das ONGs, seja brasileiras seja de origem estrangeiras. Essas últimas, habitualmente, fazem um trabalho de conscientização e de denúncia importante, apóiam as lutas de libertação dos setores oprimidos, procuram favorecer a autonomia local e o desenvolvimento endógeno. Mas, apesar da boa vontade, os resultados são contraditórios pela visão de desenvolvimento, consciente ou inconscientemente incorporada.

Só para citar um exemplo. No Amazonas, faz anos, os ribeirinhos, diante da invasão da pesca predatória em seus lagos, desenvolveram uma luta para defender seu peixe, com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra. Escolheram um lago para a reprodução dos peixes, onde ninguém podia pescar; outro para a manutenção própria, onde só a comunidade podia pescar; e ou outros livres.

Organizaram-se para a defesa desse sistema e conseguiram, nalguns municípios, introduzir uma legislação das águas inovadora no Brasil inteiro. Chegou uma ONG estrangeira, conheceu o trabalho, gostou e quis ajudá-lo para fortalecê-lo mais. Assalariou

algumas pessoas, sugeriu a formação de várias associações com seu estatuto tradicional etc. Consequências: depois de certo tempo os ribeirinhos não conseguiram mais sustentar a nova estrutura e a luta pela defesa dos lagos enfraqueceu.

Podemos constatar quanto seja delicada e complexa a ajuda que as ONGs ou outras entidades pretendem dar aos movimentos populares. É o problema da cooperação internacional que é geralmente orientada por valores da cultura ocidental-modernatecnológica e que tem uma visão bastante negativa das outras culturas. Mas é problema também dos movimentos sociais e das ONGs brasileiras que incorporam inconscientemente essa visão de desenvolvimento.

Para concluir, se de um lado constatamos um bom crescimento dos setores populares que, através de seus movimentos e com ajuda de ONGs comprometidas, conseguiram e estão conseguindo muitas vitórias, do outro lado percebemos que o caminho é muito comprido e que deve ser pensado e realizado outro tipo de desenvolvimento que saiba respeitar e integrar melhor as diferentes culturas. Tarefa imensa e complexa.

Referências

MELUCCI, Alberto. **A intervenção do presente**: Os Movimentos Sociais nas Sociedades Contemporâneas, Petrópolis, Vozes, 2001.

Dados do autor

Cláudio Perani

Homenageado desta Edição Especial.

A IGREJA NA AMAZÔNIA: CRIATIVIDADE, DINAMISMO E VITALIDADE*

Cláudio Perani, SJ

Informações do artigo

Recebido em 07/05/2018

Aceito em 01/06/2018

doi> 10.25247/2447-861X.2018.n244.p231-241

Resumo

Neste artigo, publicado originalmente em 2005 num livro sobre os desafios e as perspectivas para a Missão na Amazônia, Cláudio Perani nos apresenta uma visão geral da Igreja Católica amazônica a partir das novas estruturas eclesiais, do papel dos leigos e leigas, das pastorais sociais e do processo de inculturação, salientando sua convicção da Amazônia como uma região capaz de oferecer respostas aos mais graves problemas contemporâneos e enfatizando a criatividade, dinamismo e vitalidade da "Igreja de palha" nela atuante.

Palavras-Chave: Amazônia. Igreja Católica. Missão.

Introdução

O Mutirão pela Amazônia pretende "sensibilizar todos os brasileiros para a questão da Amazônia [...]. Deseja que o Brasil todo volte seu olhar para a Amazônia e conheça suas riquezas e riscos diante da cobiça de muitos". É sabido que o resto do Brasil e do mundo não tem um verdadeiro conhecimento da Amazônia. A região é vista como lugar de grandes riquezas, de tradição folclórica, de paisagens maravilhosas, mas a realidade mais importante – seus habitantes, com sua história, suas culturas e suas iniciativas – é esquecida. Penso que algo semelhante existe em relação à Igreja presente na Amazônia.

Preocupar-se com a Amazônia e com a Igreja que nela vive e opera é, sem dúvida, louvável e necessário para uma efetiva solidariedade. Abrir a perspectiva missionária das dioceses brasileiras é vital para seu próprio dinamismo evangélico e beneficiará as dioceses e as prelaças da Amazônia. Contudo, é necessário e fundamental, em primeiro lugar, conhecer a real situação da Igreja amazônica, suas atividades, suas aspirações, suas necessidades, através de uma presença e de uma escuta demoradas, sem se deixar levar por opiniões

* Texto originalmente publicado em In: TADA, Cecília; MATA, Raimundo Possidônio (Org.). **Amazônia: desafios e perspectivas para a Missão**. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 225-238.

externas nem unicamente por certos pedidos internos que nem sempre reconhecem o efetivo dinamismo local.

Sociólogos mais críticos e lúcidos consideram a Amazônia uma região de onde poderão surgir respostas aos mais graves problemas com que se debate a sociedade mundial. A mesma coisa vale em relação à Igreja. A Igreja da Amazônia poderá contribuir para equacionar melhor os graves problemas e os desafios enfrentados hoje pela evangelização mundial.

Por tais razões, esta apresentação enfocará a Igreja do ponto de vista mais positivo e otimista, salientando sua criatividade, seu dinamismo e sua vitalidade. Naturalmente, como todo organismo humano, ela tem seus limites e suas falhas. Isso não impede a existência de uma Igreja que cresceu muito e que apresenta novidades que podem inspirar outras Igrejas.

Sendo impossível dar uma visão completa da situação atual da Igreja na Amazônia, neste espaço limitado, apresentaremos alguns tópicos que parecem mais significativos. Serão consideradas as novas estruturas eclesiais as comunidades, o papel dos leigos e das leigas, as pastorais sociais, o processo de enculturação e, por último, os dois documentos dos bispos locais que orientam a pastoral atual.

Novas estruturas eclesiais

É conhecido o modo como se deu a implantação da Igreja na Amazônia a partir do século XIX: na época da assim chamada “romanização”, várias congregações religiosas foram enviadas à região para fundar prelazias que, aos poucos, se tornaram dioceses.

Encontraram um povo religioso que manteve e transmitiu sua fé, sobretudo através da iniciativa de leigos e leigas, sendo muito limitado o número de sacerdotes. Mas não havia grandes estruturas que permitissem uma vida social e religiosa mais desenvolvida. Por isso, os missionários daquela época tiveram que fundar e organizar tudo. Não somente construíram igrejas e estruturaram pastorais, mas também construíram aeroportos, colégios, hospitais... Isso foi possível trazendo-se de fora pessoas, materiais e projetos que, evidentemente, se inspiravam em modelos de sociedade e de igreja estrangeiras. Foi certamente uma política necessária e providencial naquela época, mas que teve como consequência a fundação de uma Igreja que não decidia localmente e com estruturas e obras pesadas.

Não se trata de fazer um julgamento a partir de nossos critérios pastorais atuais, mas devemos reconhecer que hoje este modelo pastoral não dá mais conta da complexidade presente e da nova orientação introduzida a partir do Concílio Vaticano II.

Há anos, nas dioceses e prelazias da Amazônia, teve início um processo de renovação estrutural, difícil, mas real e muito promissor. Foram renovadas as pastorais tradicionais e introduzidas outras, na perspectiva de uma maior leveza e mobilidade. Investiu-se na formação de agentes de pastoral, padres, freiras e leigos locais, criando seminários e noviciados, centros de reflexão filosófica e teológica, em território amazônico. Foram criadas estruturas que permitissem decisões internas, que não dependessem em tudo e por tudo de fora da região. Quebrou-se o monopólio exercido por uma congregação em cada prelazia, realizando uma nova presença eclesial mais diversificada. Resumindo, foram fundadas igrejas locais com maior autonomia.

Tudo isso foi possível pela valorização das vocações locais – leigas, religiosas e sacerdotais – e pela chegada de missionários de diferentes origens que deram início a novas presenças eclesiais mais diversificadas. Podemos lembrar o projeto *Igrejas-Irmãs* e, de maneira particular, a contribuição das congregações religiosas femininas que enviaram muitas irmãs que se inseriram nas periferias urbanas e no interior mais abandonado, criando uma Igreja mais perto do povo sofrido.

Outra novidade interessante foi o encontro realizado de 7 a 9 de outubro de 2004, em Manaus, reunindo 31 bispos da região amazônica. Na carta redigida ao final do encontro eles afirmam:

Temos aberto nosso olhar para as imensas possibilidades que estes territórios têm para o fortalecimento de novos modelos de associação entre os estados e outras organizações nacionais. Ao mesmo tempo, temos descoberto novos caminhos para a realização de um modelo pastoral complexo e unitário, em rede, que ao mesmo tempo nos torne participantes de processos de desenvolvimento humano que busquem a dignificação de mais de 21 milhões de homens e mulheres que *aí* habitam.

São novas estruturas que se criam para responder aos novos apelos da realidade.

O novo modelo de pastoral já tem iniciativas concretas. Nos dias 25 e 26 de fevereiro deste ano, realizou-se em Tabatinga o I Encontro da Pastoral da Mobilidade Humana na Tríplice Fronteira Peru, Colômbia e Brasil. Participaram 50 pessoas: 4 bispos, 10 padres, 9

religiosas e 27 leigos/as. Objetivo: conhecer a realidade da mobilidade humana nos três países focalizados e sugerir e concretizar algumas propostas de intervenção conjunta. Dom Alcimar agradeceu por tudo que está acontecendo na realidade amazônica. Ressaltou o trabalho dos bispos, padres, religiosos e do povo, constatando que as coisas estavam indo além da compreensão e das esperanças. Nas palavras de um dos participantes: “As configurações políticas do mundo são realidades históricas que foram mudando e evoluindo. A realidade dos reinos de ontem não responde às nossas necessidades de hoje. Os estados nacionais, em sua versão clássica, estão em crise. A humanidade hoje exige novas configurações e relações entre os países. Nossa responsabilidade como Igreja no processo de humanização das relações nessas regiões de fronteira. Devemos ser propositivos e audazmente proféticos no serviço solidário a nossos irmãos migrantes”. Foi constituída uma Comissão interdiocesana de Pastoral da Mobilidade Humana para concretizar as várias propostas apresentadas no encontro.

Tudo isso mostra a vitalidade da igreja local. Houve não somente uma conversão de pessoas, mas também uma mudança estrutural muito promissora. Existem, evidentemente, limites e contradições, caminhos a serem percorridos, mas a “Igreja que se faz carne e arma sua tenda na Amazônia” já é uma realidade.

Comunidades eclesiais e Movimentos católicos

As comunidades eclesiais são a grande novidade da Igreja na Amazônia. Elas são numerosíssimas espalhadas por todo o território. Estão no interior, ao longo dos rios amazônicos, nos povoados, nas pequenas e médias cidades do interior; estão presentes nas grandes periferias urbanas.

São integradas por grupos de pessoas – mulheres, homens e muitos jovens – que se reúnem para celebrar, comentar a Bíblia, organizar a catequese, desenvolver as diferentes pastorais sociais. Falamos de comunidades eclesiais e não de comunidades eclesiais de base. O próprio documento de Manaus fala de comunidade de fé, não utilizando o termo clássico de CEB. Pode significar uma certa crise das CEBs. Sem entrar nessa discussão, o que se constata é um multiplicar-se bastante rápido de comunidades inseridas nos setores populares, quer dizer, nas bases, preocupadas em alimentar a fé de seus membros. Podem apresentar uma maior abertura social ou um maior fechamento no âmbito do religioso.

Contudo, trata-se sempre de cristãos que saem do seu individualismo, unem-se para aprofundar sua fé, tornando-se cada vez mais sujeitos de sua caminhada.

Com o surgimento destas comunidades, há uma mudança da estrutura paroquial. Talvez ainda tímida e inicial, porém real. Em muitos casos, não se fala mais de paróquia com sua matriz, mas de uma rede de comunidades com autonomia e vida própria. É uma maneira de descentralizar o poder da matriz e, com isso, do pároco, que não tem mais condições para acompanhar com presença constante todas as comunidades. Estamos diante de um modelo de Igreja menos piramidal e mais circular, modelo promissor para reinterpretar o sentido evangélico da autoridade e para favorecer o processo de inculturação.

Evidentemente, este processo de comunidade só foi e está sendo possível pela iniciativa de muitos leigos e leigas que fundaram novas comunidades, as animam e coordenam. Trataremos deles mais adiante. E certamente funcionam pela colaboração de muitos evangelizadores ignorados, pessoas que não entram nas estatísticas, mas que dedicam suas vidas escondidas ao serviço de Deus e dos irmãos.

As comunidades, apesar de serem muitas, representam sempre uma minoria do povo na grande massa. São as festas religiosas que mobilizam as grandes massas. Típico e extraordinário exemplo é o círio de Nazaré, que mobiliza mais de um milhão de pessoas, ricos e pobres, católicos e protestantes. Apesar de ser organizado por autoridades religiosas e civis, não deixa de ser uma expressão da força do povo, que tem uma visão religiosa própria. Representa um cristianismo específico, amazônico, autônomo, ancorado na ética da solidariedade, da resistência, da honestidade e do compadrio. Outras manifestações semelhantes, mesmo com menor participação, existem em outros lugares: o Corpo de Deus, Pentecostes, a Festa de São José...

Não podemos nos esquecer dos movimentos carismáticos católicos, bem desenvolvidos e atuantes, sobretudo nas cidades e no meio da classe média. Eles também são promovidos por leigos, conseguindo mobilizar grande número de pessoas e dando um rosto mais autônomo e local à Igreja.

Leigos e leigas

Em toda a Amazônia, os leigos e leigas têm uma importância fundamental na vida da Igreja. Já dissemos que houve um período no qual a Igreja sobreviveu por causa deles. Hoje,

também, milhares de comunidades, no interior e nas cidades, podem sobreviver pelo compromisso generoso de homens e mulheres batizados que assumem seu papel dentro da comunidade.

São pessoas voluntárias que dedicam parte do seu tempo às diferentes tarefas dentro da comunidade eclesial. Destacam-se as mulheres e os jovens, mas também muitos homens estão comprometidos nesse serviço. Possuem um conhecimento básico pela sabedoria de vida e pela iniciação à fé que receberam na própria família e pela formação catequética nas comunidades. Procuram aprimorar sua formação através de seminários e cursos. Sobretudo, possuem aquela qualidade de “pequenos” que Jesus considerou fundamental para compreender a revelação do Pai. Podemos lembrar as palavras de dom Romero: “Com este povo não custa nada ser um bom pastor”.

É uma nova situação dentro da Igreja. Este fato deve ser reconhecido como sinal concreto da ação do Espírito Santo e não considerado somente consequência de uma falta de sacerdotes, mesmo que isso tenha, necessariamente, condicionado e favorecido tal surgimento. O Espírito Santo sempre nos precede e abre os caminhos, agindo antes de nós.

O Regional da CNBB Norte I quis reconhecer a nova realidade e promulgou um documento interessante na XXXI Assembleia Regional (Manaus, 14 a 17 de setembro de 1998): “Missão e ministério dos leigos e leigas cristãos em resposta às necessidades da Igreja na Amazônia”.

O documento, depois de afirmar que as paróquias e as áreas missionárias são constituídas por uma “rede de comunidades”, admite a possibilidade de elas serem coordenadas por diáconos, religiosas ou leigos/as, enquanto o presbítero chamado “pároco episcopal”, teria uma função de animador e coordenador geral de várias paróquias. De fato, a expressão que mais ficou não foi “pároco episcopal”, mais “presbítero de apoio”.

Os mistérios e serviços dos leigos são divididos em Serviço da Unidade da Fé (da Palavra e das celebrações) e da Caridade. O documento apresenta os critérios para a escolha dos ministros leigos, as exigências de uma boa formação e a questão da remuneração. Termina afirmando a necessidade de bispos e padres reinterpretarem seu sacerdócio a serviço do sacerdócio comum dos fiéis e de reverem a concepção de paróquia, que deve transformar-se, realmente, em uma rede de comunidades, em um centro de coordenação e animação das comunidades, grupos e movimentos.

O documento foi elaborado a partir de uma pesquisa de campo, quer dizer, o que está sendo afirmado nele já é uma realidade na Amazônia. É claro, há ainda muitas resistências diante do novo modelo e estruturas tradicionais que permanecem. Mas o caminho está marcado: trata-se de reconhecê-lo e apoiá-lo.

As Pastorais Sociais

Várias pastorais sociais estão presentes na Amazônia: a Caritas, a pastoral da criança, da saúde, dos menores, dos direitos humanos... Seria demasiado comprido falar de todas. Queremos destacar aqui o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O Conselho Indigenista Missionário está presente em todos os Estados da Amazônia, integrado por várias equipes locais e pelas pastorais indigenistas das dioceses. Visa ao protagonismo dos índios, a defesa de suas terras, a formação de missionários e indígenas, o diálogo intercultural e inter-religioso. Além de denunciar, diante da opinião pública brasileira e da mundial, a situação atual dos povos indígenas, favorecendo encontros e assembleias dos interessados, conseguiu firmar a autoestima deles e incrementar sua organização. Atualmente, existem mais de 180 associações e organizações indígenas, locais, estaduais, regionais, com sua autonomia e suas reivindicações em favor dos povos indígenas.

Um exemplo concreto da vitalidade dessas organizações foi a última Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, que reuniu 186 tuxauas na aldeia Maturuca, Raposa Serra do Sol, nos dias 12 e 15 de fevereiro deste ano. Revelou uma grande maturidade de organização e participação. Com o tema: "Macunaíma: vivo até o último índio", a assembleia resgatou a importância do herói mítico dos povos da região e expressou o desejo de as lideranças coordenadas pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) lutarem pela garantia de direitos amparados pela lei brasileira.

A Comissão Pastoral da Terra está presente em vários lugares da Amazônia nos diferentes níveis regionais, estaduais e locais, com suas equipes de serviço, apoiando a luta dos trabalhadores rurais e dos ribeirinhos. Em vários lugares do Amapá, Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas, mas particularmente no sul do Pará, ela é solidária com os posseiros que defendem suas terras, com os sem-terra que ocupam novos espaços e com os trabalhadores escravos nas grandes fazendas.

A CPT do Amazonas enfrentou prioritariamente o problema da pesca predatória e acompanhou a organização do movimento dos ribeirinhos. Com a orientação da CPT, nasceu em Tefé (AM) a luta pela defesa dos lagos. Diante da invasão de barcos pescando predatoriamente e levando o peixe para fora, os comunitários de vários municípios se organizaram para defender seus lagos e seus peixes. Definiram os lagos de “preservação”, onde ninguém poderia pescar e que era destinado à reprodução dos peixes, e os lagos de “manutenção”, onde somente os membros da comunidade local poderiam pescar para o próprio sustento. Os outros lagos ficaram abertos. Em vários municípios foram exigidas e introduzidas novas leis das águas, para consolidar essa nova estrutura e defender os interesses dos pescadores e ribeirinhos locais. A experiência teve sucesso e se difundiu em outras regiões da Amazônia.

Atualmente o movimento dos ribeirinhos tornou-se autônomo e está crescendo a partir da afirmação de sua própria identidade de suas lutas.

Inculturação

Há uma grande sensibilidade para o tema da inculturação,¹ mesmo não sendo fácil conseguir mudanças significativas. Carlos Mesters costuma afirmar que Deus fala pelas “margens”. É bom que nós também olhemos pelas margens para descobrirmos melhor as novidades e a criatividade da pastoral amazônica. Uma ocasião nos é apresentada pelo Encontro de Agentes de Pastoral em Situações de Interculturação, promovido pelo Instituto Missões Consolata e pelo Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social (Sares), de 8 a 12 de novembro, em Boa Vista (RR). Participaram 43 agentes de pastoral vindos de várias regiões da Amazônia: Altamira, Santarém, Porto Velho, Guajará-Mirim, Fonte Boa (AC), Humaitá, Manaus, Itacoatiara, Tefé, Tabatinga, Boa Vista... Nos relatórios enviados anteriormente e nas partilhas das experiências durante o encontro, descobrimos testemunhos apostólicos edificantes, muito comprometidos, em certos casos, heroicos. São os profetas da Igreja nova, que apontam os caminhos da nova evangelização. “Joguei-me na vida das comunidades

¹ Teol. Adaptação da prática da fé cristã ao contexto cultural em que se quer difundi-la (Dicionário Caudas Aulete Digital. Nota da editoria).

indígenas”, afirma alguém. É um perder-se para renascer, segundo o mais exigente do Evangelho.

Há o esforço para saber escutar, compreender o outro, não dizer muitas coisas, repensar o que está na cabeça... É o caminho fundamental da inculturação.

Para alguns pode ser mais difícil, pois encontram contemporaneamente várias culturas: ribeirinhos, indígenas, migrantes de várias origens. Impressiona a grande diversidade das culturas presentes nas experiências, sinal da riqueza cultural da Amazônia. E sabemos cultura é vida. Fala-se de brasileiros, colombianos, peruanos, bolivianos. E os brasileiros são ribeirinhos, seringueiros, nordestinos, sulistas em geral, migrantes. Está muito presente o mundo indígena, com sua grande variedade de povos e línguas. Cada mundo, é claro, tem suas afinidades, mas não deixa de ser desafiadora a tarefa da inculturação.

O anúncio do Evangelho é feito em diversas modalidades de acordo com a cultura. Há setores populares já evangelizados que pedem o batismo e há povos indígenas que não são cristãos. Com esses últimos, respeita-se o que é sagrado em cada povo. É mais uma evangelização de presença, favorecendo a vida e a cultura do povo e testemunhando o Deus da vida. Prevalece a atitude do diálogo, procurando ir ao encontro da vivência religiosa dos outros, sabendo escutar, sem ruptura, sem perder a própria identidade e respeitando as diferenças. Há um trabalho social no campo da saúde, da educação e da promoção humana.

Com os povos já evangelizados parece haver duas linhas. A primeira procurando viver com os mais pobres e ser como eles, na medida do possível, tendo a mesma habitação, visitando gratuitamente as famílias, partilhando e animando. Aqui também prevalece um longo tempo de escuta “percebendo a sutil presença de Deus no coração de cada um”. A outra linha favorece a religiosidade popular, os encontros, a presença da Bíblia, a organização da comunidade, os sacramentos e o compromisso social.

A questão da inculturação foi o tema do encontro, tentando passar do nível teológico da justificativa para perceber as realizações concretas. Afirmou-se com clareza o respeito às culturas, a necessidade da escuta, o caminho do diálogo. Tudo isso é fundamental. Afirmou-se que o anúncio do Evangelho deve ter diversas modalidades de acordo com a cultura. Trata-se de uma perspectiva que levanta a possibilidade de uma nova evangelização. Contudo, ainda não se avançou muito na realização de estruturas comunitárias mais inculturadas na apresentação da mensagem cristã, na catequese e nas celebrações.

Nas conclusões finais do encontro foram apresentadas algumas metas para uma nova ética missionária, entre as quais podemos lembrar as seguintes: procurar ver o mundo e ler a história a partir do outro – o pobre: procurar viver de igual para igual em nosso estilo de vida pessoal e institucional segundo a causa que defendemos; viver a solidariedade como encarnação e seguimento de Jesus Cristo; aprender a arte da escuta e do diálogo...

Documentos Eclesiais

Não podemos deixar de lembrar dois documentos importantes dos bispos da Amazônia, que atualizam para a região a orientação do Vaticano II e de Medellín: “Linhas prioritárias da pastoral da Amazônia” (Santarém, 1972) e “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia” (Manaus, 1997).

O primeiro destaca duas diretrizes básicas: *encarnação na realidade* e *evangelização libertadora*. Apresenta um modelo de Igreja mais ministerial e abre-se para uma evangelização que quer abranger harmoniosamente o homem todo e todos os homens, o indivíduo e a sociedade, sem dicotomias. É difícil avaliar o impacto do Documento de Santarém. Certamente ele apoiou e deu novo impulso a uma caminhada de libertação já em andamento e favoreceu o crescimento de uma Igreja mais local, com rosto amazônico.

O documento teve de enfrentar grandes resistências, seja em âmbito popular, por toda uma tradição religiosa secular, seja em âmbito hierárquico, pelo peso da estrutura existente. Continuou uma grande dependência de fora, sobretudo do sul do País; a formação e as assessorias seguiam modelos externos; as decisões no âmbito das congregações religiosas continuavam, na maioria dos casos, a ser tomadas fora da Amazônia. Mas o processo de renovação tinha começado e, de alguma forma, era irreversível.

Na conjuntura da década de 1990, quando a luta do povo para sobreviver tornou-se mais difícil, surgiram novas problemáticas socioeconômicas e uma grande variedade de opções religiosas. Os bispos dos Regionais Norte I e Norte II, no VIII Encontro das Igrejas da Amazônia, em 1997, para animar e encorajar as comunidades católicas promulgam o documento “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”.

Nele é interessante notar que os bispos consideram o documento de Santarém uma espécie de “carta de nascimento da Igreja na Amazônia, enquanto tal”. Desde o título (objeto de boas discussões), podemos perceber a ótica central que acompanha todo o documento:

Igreja que se faz “carne” lembra a “encarnação” de Santarém e a fragilidade própria da Igreja; “armar a tenda” significa a perspectiva de leveza e de mobilidade de sua intervenção. Isso foi confirmado ao afirmar o desejo de um “rosto de uma Igreja mais missionária, pobre e pascal, despojada dos meios de poder e que fosse lugar de comunhão aberta a toda a humanidade”.

Ao delinearem o rosto da Igreja desejada, os bispos querem que seja discípula da Palavra, testemunha do diálogo, servidora e defensora da vida e irmã da criação. As novas perspectivas evangelizadoras são: inculturação, cidadania, formação e anúncio central da boa-nova. Com isso, ficam confirmadas as duas diretrizes básicas da encarnação e da evangelização libertadora.

Concluindo a breve apresentação da situação atual da Igreja na Amazônia, podemos constatar, além dos inevitáveis limites, contradições, o crescimento em andamento. É uma Igreja mais autônoma e criativa, com muita participação de seus membros, em que o clero não é o ator principal; uma Igreja popular, com muita pedagogia própria, capaz de criar em cada momento a fé e a vida. Pobres cuidando dos pobres.

José Ribamar Bessa, falando dos indígenas, afirma:

A “civilização de palha” que apareceu na Amazônia como resultado da experiência milenar e coletiva dos povos indígenas faz parte de um passado que a ideologia dominante considera “retardado”, “bárbaro” e “pré-histórico”, apesar de ela ter fornecido soluções inteligentes e criativas para construir e habitar o espaço amazônico (HISTÓRIA EM NOVOS CENÁRIOS, v.2, cad. 2/3, 1994, p. 159).

Podemos aplicar isso à Igreja que está na Amazônia. Ela sempre correu o risco de ser considerada retardada, com pouca fé, devendo depender de ajuda externa. É bom lembrar que esta “Igreja de palha” pode fornecer soluções criativas para todas as igrejas-irmãs.

Dados do autor

Cláudio Perani

Homenageado desta Edição Especial.

CLÁUDIO PERANI E O PAPEL DA EDUCAÇÃO POPULAR NOS PARADIGMAS DE LIBERTAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA

Márcia Maria de Oliveira, UNIR

Informações do artigo

Recebido em 23/04/2018

Aceito em 30/05/2018

doi> 10.25247/2447-861X.2018.n244.p242-261

Resumo

A educação popular tem sido amplamente acionada para a formação de lideranças dos grupos de base e dos movimentos sociais. Representa um grande desafio para as instituições que contribuem nesses processos formativos, de maneira especial por causa da metodologia que requer técnicas que promovem maior participação e envolvimento das lideranças na formação. Este texto representa um breve recorte dos últimos quatro anos de Cláudio Perani (1932 – 2008) vividos à serviço da educação popular na Amazônia. Recolhe memórias de sua breve e intensa trajetória junto à equipe pedagógica do Curso de Formação para Ação Social, uma experiência de educação popular realizada no Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social, que contribuiu para importantes mudanças nos paradigmas de libertação e transformação social na Amazônia. Retoma as etapas de elaboração de um “guia metodológico da educação popular” proposto por Cláudio Perani e desenvolvido de forma interativa com as lideranças populares no decorrer de sua formação. Os resultados dessa experiência comprovam a capacidade transformadora das lideranças em processos simultâneos de formação e intervenção social e celebram o legado de Cláudio Perani ainda muito presente nas trajetórias dos movimentos sociais na Amazônia.

Palavras-Chave: Cláudio Perani. Educação Popular. Metodologia. Participação. Amazônia.

Introdução

Este breve texto recolhe algumas memórias de um tempo de profundo aprendizado vivido com Cláudio Perani, sacerdote jesuíta, nos últimos quatro anos de sua vida na Amazônia. Ao retomar de forma breve as lembranças desse aprendizado, reconheço o privilégio dessa oportunidade e vejo neste texto uma forma singela de prestar-lhe a minha imensa gratidão por compartilhar comigo e com os povos da Amazônia, seus sonhos, teimosias, esperanças e ousadias na educação popular, tendo em vista os processos de libertação das classes populares.

Os últimos anos de Cláudio Perani foram dedicados intensamente ao Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social - SARES, que nasceu numa perspectiva interinstitucional em uma

parceria firmada no final de 2003 entre a Companhia de Jesus na Amazônia, o Instituto Missionário da Consolata, o Instituto dos Irmãos Maristas e a Arquidiocese de Manaus.

Cheguei à equipe do SARES, em abril de 2004, a convite do próprio Cláudio Perani¹. A equipe estava em processo de organização da proposta do SARES desde o final de 2003, dando seguimento à decisão da assembleia do Distrito dos Jesuítas da Amazônia - DIA². Quem coordenava os trabalhos era o jesuíta Padre Roberto Jaramillo Bernal³ que estava formando a primeira equipe operacional do SARES. Fiquei alguns meses na equipe atuando como colaboradora voluntária até ser convidada para compor a primeira coordenação em julho de 2004.

Desde o início dos trabalhos, Cláudio Perani coordenava a equipe pedagógica responsável pela elaboração do projeto de Educação Popular do SARES e tinha como compromisso elaborar dois cursos voltados para a formação de lideranças populares, inicialmente em Manaus e depois em outros municípios do Amazonas.

O primeiro curso, Formação para Ação Social - FAS, tinha como objetivo atender as lideranças das bases dos movimentos sociais, grupos e organizações populares. O FAS era voltado para pessoas que não possuíam nível de formação acadêmica e atuavam na organização dos movimentos sociais, grupos de reflexão das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, no movimento indígena e tantos outros seguimentos sociais. O segundo curso, Formação para Intervenção Política - FIP, era uma proposta de especialização em Ética e Política, concretizado em 2006, em convênio com a Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Neste texto vamos aprofundar mais detalhadamente a relação de Cláudio Perani com o FAS que foi o curso com o qual mais se dedicou por sua afinidade com a educação popular e pela larga trajetória de atuação na formação de lideranças sociais desde a sua longa experiência no Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, fundada em 1967 em Salvador, no estado da Bahia. Foi membro fundador e atuou na coordenação do CEAS por muitos anos

¹ Pe. Cláudio chegou a mim por indicação de uma amiga em comum, *Lúcia de Fátima de Oliveira Aires* que trabalhava na *Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários* da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que estava participando das reuniões preparatórias para criação do SARES desde o final de 2003.

² O DIA representava uma distribuição institucional da Companhia de Jesus na Amazônia.

³ Em 2005 o padre Roberto foi eleito coordenador do DIA e deixou a coordenação do SARES sob a responsabilidade do padre Cláudio Perani.

desenvolvendo “trabalhos de base” com setores populares. Em outras palavras, tratava-se da educação popular que buscava “favorecer e incentivar a tomada de iniciativas próprias e autônomas por parte dos grupos populares, contribuindo para superar a longa história de exclusão social e autoritarismo decorrente da dominação das elites sobre o povo brasileiro”. Ele mesmo dizia que a experiência vivida no CEAS se constitui num elemento importante para fundamentar a organização do SARES e, de maneira especial, para orientar os rumos do FAS.

O papel da Educação Popular nos processos de libertação e transformação social de acordo com a visão de Cláudio Perani

À frente dos trabalhos de organização do FAS, Cláudio se ocupou com a formação da Equipe Pedagógica, grupo que iria desenvolver a proposta do curso. A Equipe Pedagógica era formada em sua maioria por mulheres oriundas das várias áreas do conhecimento vinculadas à Universidade Federal do Amazonas - UFAM, ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, aos movimentos sociais e políticos. Era uma equipe multidisciplinar que assumira o compromisso de elaborar uma proposta de metodologia da educação popular para orientar os caminhos teóricos e metodológicos do curso.

A cada encontro de formação da Equipe Pedagógica, o grupo diminuía porque muitas pessoas não se identificavam com a proposta. Aos poucos, o grupo foi tomando forma e iniciaram-se os trabalhos de organização do FAS que incluía a estruturação da proposta metodológica e o processo de matrículas e seleção dos participantes. Naquela ocasião, Cláudio não estava preocupado com a quantidade, mas, acima de tudo, com a qualidade da primeira turma do FAS que se tornaria um referencial naquele tipo de formação baseada na educação popular.

A primeira turma do FAS começou em agosto de 2004. A abertura foi uma grande celebração de encontros e reencontros de antigas lideranças populares que há tempos não se esbarravam nas bases dos movimentos sociais e comunidades. Foi um encontro alegre e dinâmico. Cláudio Perani já foi se revelando, desde este primeiro encontro na perspectiva da educação popular proposta por Freire (1997), numa atitude de releitura e aprofundamento da metodologia. Sugeriu para reflexão, tanto da Equipe Pedagógica, como dos participantes no primeiro encontro da turma, a poesia “canção óbvia” de Paulo Freire (2000):

Escolhi a sombra desta árvore para repousar do muito que farei,
Enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera, vive um tempo de espera vã.
Por isto, enquanto te espero trabalharei os campos
E conversarei com os homens e mulheres.
Suarei meu corpo, que o sol queimará.
Minhas mãos ficarão calejadas.
Meus pés aprenderão o mistério dos caminhos.
Meus ouvidos ouvirão mais.
Meus olhos verão o que antes não viam, enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera porque o meu tempo de espera é um tempo de quefazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me, em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir,
É perigoso falar,
É perigoso andar,
É perigoso, esperar, na forma em que esperas.
Porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também daqueles
Que virão dizer-me, com palavras fáceis, que já chegaste.
Porque esses, ao anunciar-te ingenuamente, antes te denunciavam.
Estarei preparando a tua chegada
Como o jardineiro prepara o jardim
Para a rosa que se abrirá na primavera
Genève, Março 1971 (FREIRE, 2000, p. 6)⁴.

Na reflexão deste texto, Cláudio Perani convocava, primeiramente a Equipe Pedagógica e, mais tarde os participantes do FAS, a uma observância permanente daquilo que ele chamava “tempo do povo”. E desafiava a uma atitude permanente de escuta. “Para saber o que se deve falar ao povo, é preciso, antes de tudo, ouvir o que nos tem a dizer”, dizia repetidas vezes. No decorrer daqueles intensos quatro anos em que esteve à frente da Equipe Pedagógica, Cláudio Perani insistiu muito no “tempo da espera” proposto por Freire (1971) como tempo de transformação, conduzindo o grupo a pensar a “eficácia da mudança”⁵ que vem das bases, das quais o povo participa de forma ativa e efetiva e não é apenas mero espectador ou receptor. “A história recente dos movimentos sociais no Brasil nos revela que muitos espaços e categorias vieram a ocupar o palco dos atores históricos a partir de presenças mais gratuitas” (PERANI, 1994:53).

⁴ No que se refere às citações da poesia “canção óbvia”, mantemos a data da sua escrita em 1971. Freire (2000) refere-se à data da publicação das cartas escritas por ele muito antes de sua morte. A poesia “canção óbvia” faz parte desta coletânea.

⁵ Com muita humildade, compartilhou um texto antigo, publicado no Caderno SEAS no qual aprofundava o tema das eficácias intitulado “Sobre as eficácias”. Cadernos do CEAS, 1994.

A respeito dessa “eficácia da mudança”, afirmava que ela deveria começar de dentro para fora, do pessoal para o coletivo, e não ser fruto de uma imposição ou paixão. Para ele, a eficácia era mais do que a realização de atividades. “É através desta presença menos orientada para determinadas ações eficazes que podemos favorecer novos tipos de sociabilidade que integram melhor o econômico-político com o cultural, tradições com novidades, espaços e tempos” (PERANI, 1994:53).

No texto de dez anos antes, Perani apontava para a eficácia da mudança como resultado da sabedoria do “tempo da espera” que se faz em profundo movimento de participação. Combinando com Freire (2000, p. 26), a respeito “do direito e do dever de mudar o mundo”, Cláudio Perani apontava para uma mudança profunda capaz de transformar a sociedade a partir de mulheres e homens novos portadores de sonhos, utopias e projetos, parafraseando Freire (2000, p. 26).

O projeto de mudança, primeiramente sonhado e desejado nas subjetividades pessoais, precisa avançar para o coletivo, a comunidade, o grupo do qual se participa, enfim, a sociedade. Para isso se realizar “é preciso estratégia, planejamento, projeto”, dizia ele. O projeto de sociedade é a base para se pensar em mudar o mundo (FREIRE, 2000). As ferramentas pedagógicas para se pensar esse projeto de sociedade seria então, a contribuição do SARES aos participantes do FAS. Isso estava muito claro para Cláudio Perani quando assumiu a formação da Equipe Pedagógica. O desafio, no entanto, consistia em conduzir processos simultâneos de mudança tanto da equipe de trabalho quanto dos participantes do FAS.

No alto dos seus 73 anos⁶, Cláudio vinha de uma longa e profunda experiência com movimentos e organizações sociais, em diversas partes do Brasil e do mundo, o que o tornou um importante intelectual dessa área⁷. Por causa disso, era muito respeitado pela Equipe

⁶ Sua idade no início do FAS.

⁷ Entre as décadas de 1970 e 1980, publicou diversos textos sobre a temática dos movimentos e organizações sociais no Brasil. Dentre os quais, podemos citar: PERANI, Cláudio. *Religiosidade popular e mudança social*. Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 30, p. 65-73, mar./abr. 1974^a; *A ação da igreja nas bases: da integração à libertação*. Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 31, p. 61-67, mai./jun. 1974; *Bispos da Amazônia: a conversão ao posseiro (reflexões teológico-pastorais sobre o Encontro das Igrejas da Amazônia Legal em Goiânia)*. Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 39, p. 23-29, set./out. 1975; *Comunidades Eclesiais de Base: alguns questionamentos*. Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 56, p. 36-48, jul./ago. 1978; *A Pastoral Popular é um lugar jesuítico?* Rio de Janeiro: Boletim Pastoral Popular - Comissão Nacional do Apostolado Social, n. 15, p. 2, mai.

Pedagógica. Entretanto, isso não o fazia se colocar acima de ninguém da equipe, muito pelo contrário. Sempre repetia que “estava aprendendo tudo de novo”, justamente por se tratar de um povo diferente e em processos distintos de tudo o que ele já havia experimentado antes. Essa abertura e disposição ao aprendizado nessa altura da vida tornava-o um exemplo vivo da sabedoria do “tempo da espera”.

Guia metodológico da Educação Popular

Por volta da metade do segundo ano de trabalho, sob a orientação e formação permanente de Cláudio Perani, a Equipe Pedagógica conseguiu traçar uma proposta metodológica para o FAS denominada “guia metodológico da educação popular”. Foi resultado de um intenso exercício de experimentação e elaboração de novas metodologias para o trabalho popular das diversas lideranças sociais que fizeram o curso que tinha duração de um ano e funcionava em sistema modular com aulas ou “encontros”, nas noites de terça e quinta-feira das 18:30h às 22h.

O primeiro módulo do FAS era denominado Metodologias da Educação Popular e era coordenado pelo Cláudio Perani junto com a Equipe Pedagógica. Na primeira sessão de estudos o exercício propunha um breve levantamento das expectativas do grupo a respeito de cada uma das disciplinas ou módulos sugeridos para o curso. A metodologia consistia em intensos debates nos pequenos grupos de estudos e, em seguida, a apresentação das sugestões em plenário para ampliar o debate. Essa metodologia se repetiu em todas as seis turmas do FAS⁸ as quais acompanhamos. Cada vez que essa dinâmica se repetia, em cada turma, a cada novo ano, os resultados sempre surpreendiam porque realmente o povo sabia o que queria estudar e o que não lhe convinha ou não chamava sua atenção. Houve situações em que mais da metade da proposta de curso foi reformulada a partir do levantamento das

1982; *Pastoral popular: poder ou serviço?* Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 82, p. 7-19, nov./dez. 1982b; *O Papa na América Central*. Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 86, p. 54-65, jul./ago. 1983; *Notas sobre educação popular*. Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 106, p. 74-81, nov./dez. 1986. Novos rumos da pastoral popular. Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 107, p. 37-46, jan./fev. 1987; *Pastoral popular e movimentos sociais*. Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 119, p. 13-22, jan./fev. 1989; *Sobre as eficácias*. Cadernos do CEAS, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 150, p. 48-54, mar./abr. 1994.

⁸ Mantemos a metodologia até a turma de 2010 em que estivemos integrando a equipe do SARES.

propostas do grupo em questão. Isso confirmava a tese de Perani que dizia que o “povo sabe o que quer” e mais ainda, “como quer” que os processos sociais ocorram.

Num primeiro momento, a Equipe Pedagógica ficou impactada com tamanha intervenção dos participantes na proposta do curso. Depois de algum tempo, isso se tornou tão espontâneo que ninguém mais fazia nenhuma proposta fechada para o FAS sabendo que tudo poderia ser desconstruído e reformulado a qualquer momento ou à cada turma que ingressava com diferentes interesses de aprofundamento e níveis de formação.

A proposta geral da formação incluía a leitura e aprofundamento de áreas específicas como história, sociologia, antropologia, ética, ciência política, economia, geopolítica, demografia, estudos de gênero, comunicação. Também foram trabalhadas áreas específicas da Amazônia tais como biodiversidade, desenvolvimento sustentável ou alternativas ao desenvolvimento, povos, culturas, religião, economia, movimentos sociais e desafios contextuais. Em torno dessa proposta geral é que as turmas interagiam, reformulavam ou ajustavam aos seus interesses podendo acrescentar diversas outras áreas de acordo com a imersão dos grupos na proposta do curso.

A análise do perfil dos participantes era fundamental para se pensar tanto a metodologia quando a proposta de curso a ser apresentada para reformulação dos participantes. Criou-se uma metodologia própria para elaboração do perfil dos participantes que incluía desde a sua vinculação institucional ao grupo a que pertencia e que o enviava para a formação⁹, até seu vínculo familiar. Cláudio Perani fazia questão de indicar num mapa da cidade, que ficava exposto em seu escritório, a localização de cada participante do FAS para facilitar as visitas ao seu grupo de base, comunidade e família. Ele conseguia visitar cada um/uma dos/as participantes de cada turma. Conhecia suas comunidades e, não raramente, celebrava a eucaristia com o grupo ou participava das suas reuniões. Tudo era minuciosamente anotado no seu caderno de relatórios e essas sínteses também eram incluídas na elaboração do perfil dos/as cursistas.

⁹ O SARES oferecia o FAS prioritariamente às pessoas indicadas pelas instituições, grupos ou movimentos sociais, comunidades ou partidos políticos. Cada participante deveria ser previamente selecionado pelo seu grupo de origem que enviava uma carta de apresentação do candidato ao curso para ser selecionado, uma segunda vez, pela Equipe Pedagógica ou outras equipes do SARES.

No início do curso era apresentado um perfil em processo de elaboração no qual apareciam dados primários referentes às informações constantes nas cartas de apresentação das instituições e no formulário de inscrição dos/as candidatos/as ao curso. No decorrer do curso, o perfil dos participantes ia sendo elaborado com mais detalhamento a ponto de se identificar até mesmo o grau de incidência social e política de cada liderança que ia percebendo as contribuições do curso na sua formação e a sua contribuição para a formação dos colegas e do próprio curso numa relação dialética. Nessa perspectiva, Freire afirma que,

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em ternos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas. E o fará melhor, toda vez que, integrando-se ao espírito delas, se aproprie de seus temas fundamentais, reconheça suas tarefas concretas (FREIRE, 1997, p. 43).

Essa contextualização da realidade e o aprofundamento das questões centrais da vida em comunidade ou do grupo social a que pertenciam era entendido por Cláudio Perani como a condição fundamental para a formação. E ele fazia questão de visitar os/as cursistas, acompanhar os seus processos de inserção e incidência social e caminhar junto com eles/as numa profunda atitude de reciprocidade.

Essa metodologia proporcionava inúmeros avanços no decorrer da formação, mas, era impressionante como conferia aos participantes um empoderamento social confirmado e reconhecido por Cláudio Perani no contato permanente com suas bases. Na perspectiva da práxis transformadora da realidade (MARX, 1996), resultado da interação entre o vivido e o aprendido, as lideranças iam assumindo cada vez mais o seu protagonismo na relação com seus grupos de base¹⁰.

O Guia Metodológico Participativo, como foi denominado pela Equipe Pedagógica, era resultado de três anos de experimento aplicado inúmeras vezes, de maneira especial nos

¹⁰ Esse compromisso ficou tão evidente que muitos cursistas chegaram a fazer parte da Equipe Pedagógica do FAS e outros integraram outras equipes de trabalho do SARES.

módulos dinamizados pelo Cláudio Perani e pela Equipe Pedagógica. A proposta metodológica era voltada para os encontros de formação e, concretamente, dividia-se em três momentos específicos dinamizados com a participação ativa e efetiva do grupo subdividido em equipes de trabalhos. A distribuição dos trabalhos em equipes era resultado da auto-organização que envolvia todo o grupo que se revezava nas mais diversas atividades do curso no decorrer do ano. A respeito da auto-organização, Molina e Sá, tendo por referência a experiência da educação do campo, afirmam que:

A participação e gestão por meio de coletivos é mecanismo importante na criação de espaços que cultivem a auto-organização dos educandos para o aprendizado do convívio, da análise, da tomada de decisões e do encaminhamento de deliberações coletivas. Com base nessas experiências, torna-se possível acumular aprendizados e valores para a construção de novas relações sociais fora da escola, com maior protagonismo e autonomia destes sujeitos (MOLINA; SÁ, 2012, p. 331).

O processo de auto-organização era apresentado ao grupo como proposta metodológica e, cada turma definia quando e como deveria se auto organizar para promover maior interação no processo formativo e exercitar a liderança e a tomada de decisões dentro do grupo. Algumas turmas se revezavam nas diversas equipes de trabalho. Outras turmas optavam por manter as mesmas equipes de trabalho durante todo o curso, sempre avaliando o processo participativo.

De acordo com a proposta metodológica, o primeiro momento do encontro formativo enfatizava a dinâmica de acolhida, sempre relacionada com a temática a ser estudada, promovendo um ambiente alegre, celebrativo e acolhedor que deixava o grupo mais disposto para participar de forma mais interativa e com maior capacidade interventiva. A essa primeira parte dos encontros a equipe pedagógica definiu no guia metodológico de “momento da mística”. De acordo com Bogo (2012, p. 475),

Mística é termo compreendido no estudo das religiões como adjetivo de mistério, assimilado por meio da experiência da própria vivência espiritual. Contudo, nos estudos das ciências da religião e na filosofia da linguagem, pode-se compreender que a mística, em suas manifestações subjetivas, ultrapassa o espectro do sagrado e introduz-se na vida social e na luta política, numa clara aproximação da consciência do fazer presente com a utopia do futuro. Na atualidade, há pelo menos três possibilidades de explicações das manifestações das experiências místicas:

- a) Pelas religiões – as experiências religiosas, desde a Antiguidade, tratam a mística como “espiritualidade”[...]
- b) Pelas ciências políticas – as revelações subjetivas no entendimento das ciências políticas são compreendidas como expressões do “carisma” que há em cada ser social. As qualidades particulares ou habilidades próprias de cada indivíduo são

colocadas a serviço da coletividade e tornam-se contribuições identificadas com cada tipo de sujeito [...].

c) Pelos movimentos populares – pela fundamentação filosófica, os movimentos populares compreendem a mística como expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção ao *topos*, a parte realizável da utopia [...].

Os momentos de mística eram curtinhos de no máximo 20 minutos. As equipes eram objetivas na subjetividade, naquela perspectiva dialética, histórico e materialista da projeção de si mesmo (MARX, 1996) através da arte, do canto, dos gestos, da simbologia. Desta forma, conseguiam trazer para cada encontro parte da vida cotidiana, a comunhão com os sofrimentos universais, as preocupações, dores e esperanças, e, acima de tudo, o sentido da militância.

A mística na militância é como a força de germinação que existe dentro das sementes. Assim como saem da dormência as gêmulas das sementes, despertam os militantes para a história como sujeitos conscientes de suas funções sociais. Descobrem as potencialidades das mudanças adormecidas nos contextos sociopolíticos e desvendam, na penumbra dos processos, possibilidades de agregar elementos diferenciadores que impulsionam as mudanças sociais (BOGO, 2012, p. 475).

Ainda fazia parte da mística a memória do encontro anterior. A equipe responsável apresentava uma síntese das principais questões aprofundadas na temática de estudos. Esse simples exercício que durava cerca de 10 minutos também carregava um conteúdo pedagógico. Fazer memória do encontro anterior implicava em recordar o encontro como um acontecimento, naquela perspectiva de Quijano (2006) que entende a memória como uma fermenta importante nos processos de desconstrução da colonialidade do poder e do saber. Não se tratava apenas do conteúdo passado, mas, acima de tudo, do exercício de não esquecer o conteúdo como parte de acontecimentos interligados com a militância nas bases e elaboração da práxis transformadora. Fazer memória, no entendimento de Cláudio Perani, era um exercício que os(as) cursistas tinham a responsabilidade de praticar permanentemente para ser aplicado na vida, na história social como ferramenta de libertação.

Somente depois desse processo interativo e preparatório se fazia a introdução à temática a ser desenvolvida apresentando-se a proposta de aprofundamento. A introdução era feita em no máximo 30 ou 40 minutos sempre de forma criativa e dinâmica, com uso de recursos didáticos como projetor de imagens ou conteúdo em PowerPoint com uso de

Datashow, cartazes ou outros materiais, a depender das escolhas dos(as) assessores(as) ou convidados(as) para contribuir em cada sessão.

Também no segundo momento era apresentada a proposta de aprofundamento teórico da temática, com sugestão de leitura de pequenos textos e debate em grupos de trabalhos, priorizando o uso de uma linguagem mais simples e acessível sem perder, no entanto, a dimensão do aprofundamento no campo teórico.

O aprofundamento teórico entendido na práxis das lideranças dos movimentos sociais encontra-se estreitamente relacionado com a vida e a história de cada pessoa no contexto social, político, econômico, cultural e religioso no qual está inserida (MARX, 1996). Esse processo de formação, definido por Arroyo (2012) como “tempos humanos de formação” insere-se na perspectiva da formação continuada que Perani entendia como “processos libertadores”.

Se a matriz pedagógica é o trabalho, o fazer a história, as ações coletivas, os movimentos nos quais os seres humanos se fazem e se formam como humanos, a questão nuclear para a pedagogia passa a ser como vivem e participam da história, do trabalho, das ações coletivas, dos movimentos os seres humanos em *cada tempo humano*, na especificidade do ser criança, adolescente, jovem ou adulto. Os movimentos sociais agem nessa concepção pedagógica, inserindo cada tempo humano, na sua especificidade, nas lutas e ações coletivas e nos movimentos sociais (ARROYO, 2012, 737-738).

Com ênfase nesses pressupostos, o aprofundamento teórico da temática consistia sempre numa “provocação” para novas leituras com algumas “chaves” para aprofundamento no entendimento da elaboração da práxis transformadora que relaciona o conteúdo estudado com as diversas formas de participação nos espaços do trabalho, das ações coletivas, dos movimentos sociais, na família e nas comunidades.

O terceiro momento abria o espaço para debate no plenário com espaço para aprofundamentos, avaliação do encontro, compromissos e encaminhamentos para o encontro seguinte. Esta etapa exigia maior participação dos grupos de estudos e de auto-organização, especialmente se optassem por algum compromisso que exigisse planejamento posterior. A função dos(as) assessores(as) temáticos nessa fase era fundamental para conferir a autonomia de estudos dos grupos e sua responsabilidade para com os processos de transformação social.

A base teórica dessa metodologia encontra-se estreitamente relacionada com o método dialético materialista de Marx¹¹ e coincide também com a proposta da *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* de Freire ao afirmar que “ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando, mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito *cognoscente*, se torne capaz de *inteligir* e comunicar o *inteligido*” (FREIRE, 1998, p. 134).

O terceiro momento abria espaço para a criação de situações existenciais dos grupos de base das lideranças populares. “Estas situações funcionam como desafios aos grupos. São situações-problemas, codificadas, guardando em si elementos que serão decodificados pelos grupos, com a colaboração do coordenador” (FREIRE, 1997, p. 113). Com esta proposta de roteiro dos encontros, Cláudio Perani desafiava constantemente a Equipe Pedagógica a observar os sinais de mudança, identificando-os nos mínimos detalhes.

Por ocasião de uma reunião com a equipe pedagógica, em maio de 2006 Cláudio apresentou o relatório de uma das visitas, dentre tantas que realizava às lideranças do FAS. Desta vez, havia visitado os cursistas que moravam no Parque São Pedro, zona noroeste de Manaus. Ali, encontrara quatro lideranças, mas, a história de um deles lhe chamou profundamente a atenção. Era uma liderança antiga daquele bairro que começou com uma grande ocupação urbana com aproximadamente quatro mil famílias no carnaval de 2003. Tratava-se de um senhor de aproximadamente 40 anos. Tinha cinco filhos e morava logo após a entrada do bairro. Ele havia contado ao Cláudio que estava numa crise familiar muito séria porque se dedicava muito à comunidade, à organização da associação de moradores da qual era coordenador e sobrava muito pouco tempo para a família. O pouco tempo que tinha para ficar em casa era conflituoso e não sabia lidar com os desafios que não eram poucos. Contou ainda que estava prestes a se separar quando iniciou o curso no FAS e que isso tinha transformado sua vida. Narrou que começou a aplicar em casa os ensinamentos do curso e, de maneira especial o roteiro metodológico dos encontros observando a orientação de Cláudio Perani, que sempre os desafiava a aplicar e replicar as metodologias que exercitavam no curso.

¹¹ Baseado, de maneira especial, na obra de Caio Prado Junior: Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. São Paulo: Revista Discurso, v. 4, n. 4 (1973), na qual estabelece o método de análise como um processo contínuo de debate, aprofundamento e comprometimento com a transformação social.

Domingos¹² contou que a primeira coisa que começou a fazer com a família foi criar uma rotina de reunião semanal para planejar e avaliar o andamento familiar. Começava os encontros da família com a mesma mística que haviam realizado no curso naquela semana e dava espaço para cada um falar o que sentia criando um ambiente de acolhida fraterna entre o casal e os filhos que tinham entre nove a dezessete anos. No segundo momento, conversavam sobre possibilidades de intervir para melhorar cada situação. Avaliavam os compromissos assumidos na semana anterior e planejavam novos desafios a cada encontro, sempre atentos a melhorar coletivamente e numa atitude de entreajuda, perdão e compromisso. Domingos contou que depois que iniciaram as reuniões tudo mudou, a começar pelo seu casamento e que toda a vida familiar estava passando por um processo de transformação muito intenso com aquela tomada de atitude.

Ao visitar a família de Domingos, Cláudio ouviu da esposa e dos filhos a confirmação da experiência e o agradecimento da esposa que já se animava para fazer o FAS no ano seguinte. Naquele mesmo dia, Cláudio participou da reunião da associação de moradores e ouviu muita gente dizendo que o Domingos estava com mais paciência e conduzindo melhor os trabalhos da associação de moradores. A diretoria percebeu que o líder estava mais seguro na condução dos trabalhos e conseguia distribuir melhor as tarefas, valorizar e respeitar a contribuição de cada liderança. E, o mais importante, estavam planejando junto com os demais as atividades e avaliando mensalmente os trabalhos, o que antes não acontecia.

Para Cláudio Perani experiências como aquela de Domingos fazia parte da “eficácia da mudança” que se iniciava no âmbito pessoal, familiar e ia se estendendo para outras dimensões da sociedade. Para ele as pequenas mudanças possuíam valor social imensurável porque não ficavam somente na dimensão subjetiva ou privada. Aquela família que passava por aquele processo de transformação não era um caso isolado e significava caminho aberto para processos mais amplos de transformação social.

¹² Nome fictício para preservar a identidade do cursista porque não consegui contatar para pedir permissão para exposição da sua experiência.

Avanços e extensão do FAS para outras localidades da Amazônia e a publicação dos Cadernos Populares

Em meados de 2006, atendendo as diversas demandas de movimentos sociais e instituições fora de Manaus, criou-se o curso de Formação para Ação Social no Interior do Amazonas - FASIM. Desta forma, o curso foi sendo replicado para outras realidades assumindo parcerias como a Associação Dom Jorge Marskell em Itacoatiara, com a Diocese do Alto Solimões em Tabatinga, com a Paróquia dos Santos Mártires do Município de Presidente Figueiredo e, assim por diante. Sempre no intuito de fornecer elementos do campo teórico-crítico para aprofundar e fortalecer a práxis do trabalho popular nas diversas realidades e contextos da Amazônia.

Com o objetivo de desenvolver um programa de formação voltado para o aprofundamento da práxis social e política de lideranças das várias organizações populares e movimentos sociais que atuam na Amazônia, a fim de estabelecer a interação entre o conhecimento acadêmico e a práxis social, aprofundando os conhecimentos populares e a produção de novos conhecimentos que conjugam teoria e a práxis política e social, o FAS e o FASIM vinham reforçando a intervenção social e política das lideranças populares.

A saída para outras realidades e municípios contribuiu para promover ou intensificar o intercâmbio das várias experiências e realidades dos movimentos sociais, das comunidades e grupos populares que se fortaleciam nesses processos recíprocos de formação continuada.

Nascia, nessa fase do SARES, outra contribuição importante de Cláudio Perani que foi a proposta de formulação e embasamento teórico do curso com o objetivo de subsidiar a ação prática e pedagógica de atores sociais, fortalecendo a sua práxis efetiva nos seus respectivos movimentos, grupos, instituições, organizações sociais. A partir da prática concreta dos participantes em diferentes movimentos e trabalhos populares, os grupos de estudos se encarregaram de levantar os problemas pedagógicos que se encontravam no dia a dia para enriquecer as possibilidades educativas da prática social e da elaboração de uma metodologia popular mais democrática e participativa.

Trabalhando conjuntamente com as turmas, a Equipe Pedagógica confirmava e ampliava a proposta do "guia metodológico da educação popular", que Cláudio acreditava ser útil para orientar a formação nos grupos de base também nos outros municípios mantendo uma orientação participativa sem descuidar do aprofundamento. Desta forma, o

FAS/FASIM avançavam numa constante prática pedagógica participativa na qual as lideranças participavam diretamente da organização e desenvolvimento da formação, assumindo funções de auto-organização no decorrer do curso. A relação estabelecida na estrutura do curso continuou sendo de parceria entre assessores/as, participantes e instituições parceiras definindo assim, um processo eminentemente participativo.

No final de 2006, essas experiências começaram a ser publicadas em fascículos simultâneos denominados “Cadernos Populares” com publicação bimestral. A primeira publicação foi justamente o “guia metodológico da educação popular”, em dezembro de 2006 com tiragem de mil exemplares distribuídos às lideranças sociais que realizavam os diversos cursos vinculados ao FAS e ao FASIM e, para coordenadores(as) e animadores(as) das comunidades eclesiais de base que manifestavam interesse em aprofundar e melhorar sua metodologia de trabalho popular.

Os Cadernos Populares do SARES publicaram diversas reflexões que, em linguagem simples e popular, como o nome indica, mas, sem perder a dimensão do aprofundamento, subsidiaram a atuação de diversos grupos e movimentos sociais na Amazônia. Com distribuição gratuita, chegou às comunidades mais longínquas nos “beiradões” dos rios e lagos da Amazônia, bem como às centenas, talvez milhares de comunidades espalhadas pelas periferias das cidades dessa imensa região.

De forma didática e objetiva, os “Cadernos Populares” representavam o reconhecimento da capacidade interpretativa das lideranças sociais e comprovava ser possível desenvolver importantes tratados teóricos com as classes populares com a única exigência de um cuidado metodológico que priorizasse uma linguagem mais simples e direta, respeitando seus interlocutores.

Os fascículos foram bem aceitos pelas lideranças populares nas suas rodas de conversas e na formação permanente no interior das comunidades, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos. Cláudio usou esse meio para se comunicar com lideranças de toda Amazônia compartilhando um pouco do seu saber de forma clara e direta aprofundando a proposta da metodologia do trabalho popular.

Em meados de 2007 respondendo à demanda dos movimentos sociais que pediam uma reflexão sobre as desigualdades sociais na Amazônia, Cláudio escreveu duas resenhas complementares. A primeira resenha do texto “Bóia-fria”: acumulação e miséria, de autoria de Maria Conceição D’Incao (1979), ofereceu elementos para atualizar as análises sobre as

desigualdades sociais produzidas como fenômenos históricos e complexos. Na segunda resenha do mesmo fascículo sintetizou texto "Formas de resistência e de combate à pobreza", de Luiz Gaiger (1996) que completava as análises e apresentava novas pistas para aprofundar a temática das desigualdades sociais tendo como referência o acesso aos programas sociais do Governo Lula.

Em outra publicação igualmente importante, recolheu informações atualizadas acerca das experiências de economia solidária dos grupos populares e da Pastoral Operária, todas coordenadas por mulheres, e fez uma relação com o texto "A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego" de Paul Singer e André R. de Souza (2000). Esse caderno subsidiou o trabalho de muitos grupos de economia solidária nas periferias de Manaus e animou o surgimento de novos grupos nos municípios de Presidente Figueiredo, Tabatinga e Itacoatiara.

A última publicação desse subsídio de formação, foi um Caderno Especial em homenagem a seu fundador em agosto de 2008¹³, mais precisamente na missa de sétimo dia de seu falecimento. A primeira parte da apresentação da referida edição especial resumia um pouco qual foi o objeto e objetivo dos "Cadernos Populares" enquanto pedagogia popular fazendo uma homenagem ao seu idealizador com a seguinte declaração:

Compartilhamos com vocês, este breve Cadernos Populares Especial, que fizemos para celebrar a passagem do Pe. Cláudio Perani, na celebração de sua ressurreição. Os Cadernos Populares do SARES, como tantas outras coisas boas, foram idealizados por Pe. Cláudio que os tinha como instrumentos na formação popular. Este "Cadernos" é o resultado de um grande mutirão para o qual convocamos muitas pessoas, que tiveram a graça de conhecê-lo e fazer parte de um pouquinho de sua vida. Pedimos que nos enviassem mensagens, pequenos textos, resumos, fotos e tudo o que acreditassem que fosse importante compartilhar, como numa ciranda de amigos queridos. Chegou tanta coisa que tivemos que recortar e reduzir várias contribuições. O resultado é este pequeno fragmento da vida e luta de Pe. Cláudio. É simples e modesto como seu testemunho de vida entre nós¹⁴.

Essa síntese deixa clara a orientação metodológica proposta por Cláudio Perani como ferramenta da educação popular nos paradigmas de libertação e transformação social na

¹³ "Cadernos Populares" - publicação do Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social (SARES) Edição Especial 2. Manaus: agosto de 2008. Diretor Pe. Ricardo Gonçalves Castro; Revisão e Organização Márcia Maria de Oliveira, Delmo Roncarati Vilela e Luiz Antônio Nascimento de Souza. Edição, Editoração Eletrônica e Fotos Delmo Roncarati Vilela. Publicação independente.

¹⁴ Apresentação do "Cadernos Populares" Edição Especial 2. Manaus: SARES, agosto de 2008.

Amazônia. Essa publicação contou ainda com o último texto escrito por Cláudio Perani para subsidiar os encontros do FAS. Com o título “sociedade civil, movimentos sociais e ONGs no Brasil”, apresentou uma análise profunda da conturbada conjuntura sócio-política e econômica daquele contexto. A esse respeito, a equipe de organização do “Cadernos Populares” afirmava:

Decidimos também compartilhar um fragmento maior de um breve texto que ele escreveu nos últimos dias, que resume um pouco de toda a sua grandiosa contribuição teórica que tanto ajudou na formação de tantas pessoas comprometidas com uma sociedade mais justa e com a luta contra as desigualdades sociais. É um texto belíssimo deste italiano que falava e vivia as realidades deste imenso Brasil com tanta propriedade que mais parecia um de nós¹⁵.

O referido texto foi uma mensagem aos movimentos sociais escrito em meados de maio de 2008, para ser utilizado como texto base nos encontros do FAS. Perani inicia o texto afirmando que,

O tema Sociedade civil, movimentos sociais e ONGs no Brasil é extremamente interessante, atual e muito debatido hoje na conjuntura política brasileira. Penso que a razão principal seja, de um lado, a desconfiança em relação à política partidária. Está presente no meio popular um grande pessimismo ao considerar os políticos e suas instituições. Afirma-se facilmente que a política não muda nada, que os políticos são corruptos e visam somente seus interesses. Do outro lado, os próprios cientistas sociais – alguns deles – questionam hoje o caminho da política partidária, afirmando que quem decide é a economia globalizada que controla os vários governos e impõe seu poder. Com isso, partidos, Congresso, Governo perdem sua importância e são valorizados outros caminhos políticos como os vários movimentos sociais e outras iniciativas da sociedade civil. São opiniões e afirmações questionáveis, evidentemente, mas que têm seu valor e refletem uma situação concreta em contínua mudança. Simplificando, podemos dizer que, em princípio, será necessário não excluir nenhum caminho político, mas procurar mudar e fortalecer tudo que possa favorecer a organização popular e seu poder (PERANI, 2008).

A lucidez com que tratou as questões sociais neste último texto revela a profundidade teórica que cultivou ao longo de sua vida mantendo uma rotina de leituras sempre atualizadas e com enorme disciplina. Compartilhar conhecimento foi uma marca importante na trajetória de Cláudio Perani que fez dessa prática uma importante ferramenta da metodologia da

¹⁵ Idem.

educação popular que tanto contribuiu e continua contribuindo para os processos de transformação social.

Considerações finais

Retomar a trajetória dos últimos anos de Cláudio Perani na condução das propostas metodológicas na educação popular nos faz reconhecer que, de fato, dedicou boa parte de sua vida ao estudo e aprofundamento das possibilidades de elaboração de metodologias capazes de promover maior participação e comprometimento das classes populares com seus processos de libertação social e política.

O “guia metodológico da educação popular” elaborado sob sua orientação e condução revela a construção de um novo e importante paradigma de libertação e transformação social na Amazônia através da educação popular. Dessa forma, rompia com o paradigma da ignorância das classes populares e devolvendo a elas o protagonismo nos processos de transformação da sociedade reconhecendo sua capacidade de analisar e intervir na sociedade a partir das bases dos grupos e movimentos populares.

Repetidas vezes, tanto em seus discursos, nas reuniões, nos escritos e nas conversas informais, Cláudio Perani dizia que o “povo sabe o que quer” e insistia que o povo precisa apenas de espaço e reconhecimento para expressar suas reflexões e exercer seu protagonismo histórico. Essa confiança no povo, com seus saberes e potencialidades, fez com que apostasse na educação popular como meio para promover maior participação e engajamento social das lideranças populares comprometidas com a transformação da sociedade.

Sua presença constante nas visitas aos grupos de base, nas famílias das lideranças e nas comunidades onde participavam, representa uma mudança nos paradigmas da formação popular rompendo radicalmente com a separação e a distância entre as lideranças e os espaços formativos institucionalizados, de maneira especial as escolas e universidades.

A forma como conduziu os processos de elaboração das propostas metodológicas da educação popular, acompanhando de perto cada etapa, avaliando constantemente os processos e avançando de forma gradativa, sem queimar nem atropelar etapas, com postura firme e decisiva no sentido de garantir processos eminentemente participativos, marcou

profundamente a equipe pedagógica do SARES e foi determinante para o alcance e abrangência da educação popular para além do espaço institucional.

Por fim, Cláudio Perani deixou um legado imensurável para as lideranças dos movimentos populares que representavam para ele a voz do povo esquecido e oprimido nas periferias das cidades. Essa voz, de um povo sofrido e muitas vezes humilhado por sua condição de pobre, humilde, indígena, negro, caboclo, mulher e tantas outras categorias, foi aos poucos sendo despertada e ouvida nas rodas de conversa, nos debates e em tantas outras modalidades de participação nos espaços de educação popular promovidos pelo SARES. Conduzido por Cláudio Perani de forma tão sábia e respeitosa, essas experiências mudaram radicalmente os paradigmas da formação popular e promoveram importantes processos de libertação e transformação social na Amazônia.

Trata-se de um legado imensurável que permanecerá na memória das diversas lideranças populares que trataram de praticar seus ensinamentos e transformaram radicalmente suas realidades contextuais. Legado este, que permanece também muito vivo e presente na vida das pessoas que compuseram, em momentos distintos, a equipe pedagógica da educação popular do SARES, da qual, me orgulho de ter participado e coordenado juntamente com Cláudio Perani, que compartilhou conosco não somente seus saberes, mas, acima de tudo, sua vida e sua convivência alegre, fraterna e intensamente comprometida com as causas populares.

Referências

ARROYO, Miguel G. Tempos Humanos de Formação. In. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BOGO, Ademar. Mística. In. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. In. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

- D'INCAO, Maria Conceição. **O Bóia-fria: acumulação e miséria**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- GAIGER, Luiz (org.). **Formas de resistência e de combate à pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.
- MARX, K. **O capital**. 15. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996. V. 1.
- PERANI, Cláudio. Sobre as eficácias. **Cadernos do CEAS**, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, n. 150, p. 48-54, mar./abr. 1994.
- PERANI, Cláudio. Sociedade civil, movimentos sociais e ONGs no Brasil. **Cadernos Populares**. Manaus, SARES, Edição Especial 2, agosto de 2008.
- PRADO JUNIOR, Caio. Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista. São Paulo: **Revista Discurso**. [S.l.], v. 4, n. 4, 1973.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: etnocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 227-278, 2005.
- SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

Dados da autora

Márcia Maria de Oliveira

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), com Pós-Doutorado em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA / UFAM), Mestre em Gênero, Identidade e Cidadania (Universidad de Huelva - Espanha). Cientista Social; Licenciada em Sociologia (UFAM). Pesquisadora do Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia - GEMA/UFAM; Pesquisadora do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras: Processos Sociais e Simbólicos - GEIFRON/UFRR; Pesquisadora do Grupo de Estudos História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR/UNIR; Pesquisadora do Centro de Estudos Marxistas em Educação e História na Amazônia (CEMEHIA). Professora da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; pesquisadora do Observatório das Migrações em Rondônia – UNIR; voluntária da Cáritas e da REPAM.

CLÁUDIO PERANI SJ, PROFETA DA AMAZÔNIA: DA EQUIPE ITINERANTE (1998) À REDE ITINERANTE DA REPAM (2018)

Equipe Itinerante

Informações do artigo

Recebido em 02/05/2018

Aceito em 04/06/2018

doi> 10.25247/2447-861X.2018.n244.p262-300

Resumo

Equipe Itinerante é um espaço interinstitucional de serviços à Amazônia e seus povos, igrejas, organizações, comunidades, aldeias e periferias urbanas. "*Somando chegamos onde sozinhos não podemos nem devemos*". Nasce em Manaus (1998) da intuição do Pe. Cláudio Perani SJ (Distrito Jesuítas Amazônia): a Equipe é ponte entre campo-cidade, instituições-inserções, acadêmicos-lideranças populares das periferias, comunidades e aldeias. Perani propõe: "Andem pela Amazônia e escutem o que o povo fala, suas demandas e esperanças, seus problemas e soluções, suas utopias e sonhos. Participem da vida cotidiana do povo. Anotem e registrem cuidadosamente tudo, com as mesmas palavras do povo. Não se preocupem com os resultados, o Espírito irá mostrando o caminho. Coragem, comecem por onde possam". A Equipe compreende seu serviço itinerante como complementar aos outros serviços mais institucionais e inseridos do corpo apostólico para a missão. Os serviços institucionais dão continuidade e estabilidade nos processos; os serviços inseridos dão proximidade dos crucificados e das feridas da realidade onde a vida está mais ameaçada, é o princípio encarnatório; o serviço itinerante da conectividade entre instituições-inserções, entre um e outro lado das fronteiras (geográficas ou simbólicas) e também da visibilidade às realidades invisíveis às instituições (porque não chegam) e inserções (porque estão muito localizadas). Quanto mais conectados e articulados estejam estes três serviços, maior será a incidência do corpo apostólico. A Equipe cultiva uma "espiritualidade à intempérie", conectada, que ajude a sair da zona de conforto: "*estar onde, com e como ninguém quer estar*", acreditando na "*eficácia da presença gratuita*". Ela é uma das sementes que germinou a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM); foi parteira e é parte da mesma. Hoje, no novo contexto da REPAM e Sínodo da Amazônia a Equipe Itinerante ajuda a promover, formar e tecer a Rede Itinerante da REPAM.

Palavras-Chave: Distrito dos Jesuítas da Amazônia (DIA). Equipe Itinerante. Povos indígenas. Bioma amazônico. REPAM.

Introdução

No encontro com os povos indígenas da Amazônia, Puerto Maldonado, Peru (19/01/2018), o Papa Francisco, da sua visão da conjuntura atual da Amazônia e dos povos originários que nela habitam, com simplicidade e ousadia profética, denuncia:

Provavelmente os povos originários amazônicos nunca estiveram tão ameaçados nos seus territórios como estão agora. A Amazônia é terra disputada desde várias frentes: por uma parte, o neo-extrativismo e a forte pressão por grandes interesses econômicos que dirigem sua avidez sobre petróleo, gás, madeira, ouro, monoculturas agroindustriais.

Em seguida, apresenta a grave situação dos mais vulneráveis na Amazônia, os Povos Indígenas Isolados:

Desta preocupação surge a opção primordial pela vida dos mais indefensos. Estou pensando nos povos a quem se referem como «Povos Indígenas em Isolamento Voluntário» (PIAV). Sabemos que são os mais vulneráveis entre os vulneráveis. Situações de épocas passadas lhes obrigou a isolar-se até de suas próprias etnias, empreenderam uma história de cativeiro nos lugares mais inacessíveis da floresta para poder viver em liberdade. Sigam defendendo a estes irmãos mais vulneráveis. Sua presença nos lembra que não podemos dispor dos bens comuns no ritmo da avidez do consumo. É necessário que existam limites que nos ajudem a preservar-nos de toda tentativa de destruição massiva do habitat que nos constitui.

Como afirma nosso irmão, poeta e profeta, Pedro Casaldàliga: “É madrugada se insistimos um pouco [...] quanto mais difíceis são os tempos, maior deve ser a Esperança”. Nesta difícil, complexa e violenta conjuntura atual da Amazônia e do planeta, também há muitos sinais de esperança. Há um “alinhamento de estrelas” indicando que “algo novo está nascendo”. Algumas dessas “estrelas alinhadas”, que iluminam e apontam o caminho de novos paradigmas de vida, são:

Os povos tradicionais da Amazônia (indígenas, ribeirinhos, afrodescendentes, rurais e urbanos...) com suas cosmovisões geopolíticas de Bem-Viver e Bem-Conviver: “Eu vivo bem se tu vives bem; eu e tu vivemos bem se ele vive bem; nós vivemos bem se a árvore, o rio, os animais e todos os seres vivem bem”. Também as mulheres vão conquistando espaços de decisão no cuidado da casa comum do planeta e de todos os seres que a habitam, mesmo com o assassinato de suas lideranças.

Na vida eclesial, o Papa Francisco (2013) emergiu como líder religioso e político mundial com talante simples e profético; A Rede Eclesial PanAmazônica (REPAM, 2014),

apoiada pelo Papa; A Encíclica "*Laudato Si – sobre o cuidar da Casa Comum*" (2015), como novo marco teológico-pastoral que define a missão geopolítica comum na qual todos os seres humanos somamos para cuidar de nossa casa comum (missão "geo") e de todos os seres que nela habitam (missão eco-política); e o recentemente lançado Sínodo da Amazônia (2019), que busca discernir uma igreja mais amazônica, com uma missão comum, profética e diferenciada nessa estratégica região do planeta, no acompanhamento e diálogo com a diversidade de seus povos e na defesa da vida.

Neste contexto crítico e esperançoso em que vive a Amazônia e seus povos, celebramos dois acontecimentos muito significativos: O X Aniversário da Páscoa, da Itinerância definitiva e plena rumo à Casa do Pai, do querido Pe. Cláudio Perani SJ (+08-08-2008). Também no contexto do XVII Encontro Interinstitucional da Equipe Itinerante (EI), em Manaus (27-31/08/2018), celebramos o XX Aniversário de travessia da EI (1998-2018), que o próprio Perani fundou como um serviço missionário complementar aos serviços mais institucionais e inseridos do corpo da Igreja na Amazônia.

O Pe. Perani foi o primeiro responsável institucional do Distrito dos Jesuitas da Amazônia (DIA), fundado em 03 de maio de 1995 e o coordenou até 2000. O DIA com Cláudio deu unidade territorial, de missão e governo a cinco estados amazônicos brasileiros: Roraima, Amazonas, Pará, Amapá e Acre. A primeira sede do DIA foi na própria residência onde morava o Cláudio. Ali foi também o primeiro escritório da EI (1998-1999) até ter encontrado um espaço próprio (2000). Uma casa simples, aberta e acolhedora, na rua Castelo Branco, n. 101, junto à favela de palafitas do Igarapé Cachoeira Grande, bairro São Jorge, Manaus (AM), conhecido popularmente como "Jacaré Te Pega". Cláudio visitava periodicamente o Jacaré e, até hoje, os moradores mantêm viva sua memória por ser tão grande e alto, mas, sobretudo, pelo carinho, respeito e sabedoria com que os acompanhava. Cláudio conhecia as pessoas pelo nome...

Na porta do quarto de Cláudio, para acolher os visitantes, havia um cartaz com a imagem de um líder indígena com um belo cocar. O cartaz dizia: "Cacique". E nós que o conhecíamos pela convivência diária, em um dos encontros da EI, carinhosamente o pintamos com urucum e agradecidos a ele completamos a frase: "Cacique uma vez, cacique sempre!". O quarto do "Cacique" era muito simples: rede, cama, armário, estante com alguns livros, uma mesa e duas cadeiras para acolher e escutar as pessoas.

Perani, com sua sensibilidade popular, capacidade intelectual e liderança profética, ajuda a discernir e concretizar intuições e orientações pastorais criativas da missão dos jesuítas, de congregações religiosas e da própria Igreja na desafiante região Amazônica: itinerância e mobilidade na missão como serviços complementares aos serviços mais inseridos e institucionais do corpo missionário; estruturas leves e ágeis; interinstitucionalidade e intercongregacionalidade; colaboração com outros (leigos/as, religiosos/as, crentes e não crentes, etc.); somar com outros na missão para chegar juntos onde sozinhos não podemos nem devemos; justiça e espiritualidade socioambiental; equipe de espiritualidade móbil, que vai ao encontro; fronteiras geográficas e simbólicas; visão geopolítica e territorial da missão na Pan-amazônia; incidência política; também incentivou o trabalho com a juventude e as vocações locais e regionais, abrindo o noviciado “Vicente Cañas SJ” em Manaus, etc.

Cláudio foi um visionário, um profeta ousado e corajoso de visão ampla e territorial da Amazônia, de compromisso radical com os pobres e com os povos mais excluídos da região. Quando Perani partiu para a outra margem do Rio Misterioso da Vida, Dom Moacyr Grechi, Arcebispo emérito de Porto Velho (RO), afirmou: “Quanta falta nos faz o Cláudio! Ele nos convidava sempre a alargar o olhar para mais longe, ‘a remar para as outras margens e para águas mais profundas e lançar as redes para pescar’ (Lc 5,4)”.

Este texto pretende celebrar, fazer memória e renovar as intuições de Perani no atual contexto amazônico. É uma homenagem agradecida e celebrativa a nosso companheiro e irmão mas, também, tenta recuperar suas principais intuições no serviço à missão na Amazônia e junto à diversidade de seus povos. Intuições proféticas, sementes de vida, que deram origem à EI e formam parte da sementeira da Rede Eclesial PanAmazônica (REPAM) e da incipiente Rede Itinerante que em seu seio está tecendo-se. Por último, estas linhas querem renovar a espiritualidade a intempérie e a pedagogia da itinerância no contexto atual complexo, violento e esperançoso, que vive a Amazônia e seus povos, para continuar *“andando pela amazônia, escutando o que o povo fala e participando de sua vida cotidiana...”* (PERANI, 1998), rumo ao Bem-Viver e Bem-Conviver, à *Yvy Marane’y* – Terra Sem-Males,

que todos os povos almejam! Alguns documentos eclesiais apontam este *kairós* e novo nascimento.¹

Neste contexto, depois de 20 anos de fecunda caminhada, com acertos e erros, a Equipe é convidada a nascer de novo porque algo novo está nascendo: A REPAM (2014) e sua incipiente Rede Itinerante em gestação. Nessa Rede Itinerante da REPAM, pouco a pouco, articulam-se muitas equipes itinerantes que estão espalhadas pela Amazônia em distintas regiões, com diversidade de formatos de itinerância, composição de pessoas, áreas de abrangência e matizes de serviços... A Rede Itinerante da REPAM é um serviço complementar aos serviços mais institucionais e mais inseridos da Igreja na Amazônia, especialmente ali, onde as feridas estão mais abertas e a vida de todos os seres que nela habitam, mais ameaçada.

Perani, Superior do Distrito dos Jesuitas da Amazônia (DIA): Unidade Territorial, Unidade de Missão e Unidade de Governo

Cláudio gostava demais da música de Zé Vicente, "Utopia", que expressava o sonho pelo qual lutou e deu a vida: *"Quando o dia da paz renascer; quando o sol da esperança brilhar... Eu vou cantar."*

Quê Visão, Missão e Corpo para a missão na Amazônia tinha e foi semeando o Pe. Perani? Quais desses elementos foram repassados a seus companheiros e companheiras de missão, nos projetos animados e impulsionados por ele (CEAS, CAC, EI, Tabatinga, Educação e Cidadania, SARES, Centro de Espiritualidade), nas assessorias que dava, no discernimento e animação missionária da Igreja presente na Amazônia (CRB, CNBB) e suas pastorais sociais (CIMI, CPT, CDH, Cáritas, Pastoral Operaria, etc.).

Essas perspectivas missionárias Perani não só as *corazonava* (pensava com o coração e sentia com sua mente), como também as vivia cotidianamente e comunicava no seu

¹ O Documento de Aparecida (2007): "devemos formar-nos como discípulos missionários sem fronteiras, dispostos a ir «à outra margem»" (DA, 376). Na celebração dos 40 anos do Documento de Santarém (1972-2012), os bispos da Amazônia Legal propõem a linha de ação: "criar equipes itinerantes de formação" (Memória e compromisso, n. 3.6, Santarém, 2012). A exortação *Evangelii Gaudium* (2014) anima a recuperar a alegria do Evangelho e ser "Igreja em saída", missionária. A encíclica *Laudato Si*, sobre o cuidado da casa comum (2015) convida a uma profunda conversão, educação e espiritualidade ecológica integral. Neste ano do laicato, o Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB) propõe o tema Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5, 13-14), e o lema Cristãos leigos e leigas sujeitos na «Igreja em saída» a serviço do Reino.

compromisso radical e fiel com os pobres, com o movimento social e os setores mais populares que defendem a vida e lutam pela promoção da justiça socioambiental na Amazônia.

Na visão, missão e organização missionária, Perani tinha algumas convicções e conceitos fundamentais: territorialidade, itinerância, visitas gratuitas e periódicas, acompanhamento e escuta, vida cotidiana, espiritualidade encarnada, avaliação local, voluntariado, gratuidade, conectividade, fazer de ponte, os mais vulneráveis e onde o sistema não chega ou falha, registro da experiência, confronto e aprofundamento das experiências etc. Esses conceitos aparecem em seus textos.

Quando Cláudio é nomeado responsável institucional do Distrito dos Jesuitas da Amazônia (DIA, 1995) já se tinha um longo processo de discernimento na Província da Bahia sobre a necessidade de dar uma unidade territorial, de missão e governo à extensa região Amazônica. Cláudio participou ativamente de todo esse processo de construção do DIA, pois formava parte na época do CEAS da Bahia, do qual foi também um dos seus mentores.

“Projeto de uma Região Missionária na Amazônia” (Pe. João Pedro Cornado SJ, 1994)

O Pe. João Pedro Cornado SJ, Provincial da Bahia na época (1990-1996), foi uma pessoa fundamental na construção da unidade territorial de missão e de governo amazônico. Ele faleceu subitamente de um infarto, em 28 de fevereiro de 2014, na cidade de Marabá, Pará, no meio de um doloroso processo de mudança de visão e perspectiva institucional da Companhia, onde a Amazônia voltava a ser discernida e decidida desde fora, desde o “centro”, com uma visão “neocolonial” bem intencionada, porém contrária a todo o processo de construção “desde dentro” da própria Amazônia, a partir de suas lógicas e cosmovisões diferenciadas.

O Pe. Cornado foi outro profeta e visionário que sonhou e impulsionou o “*Projeto de uma Região Missionária na Amazônia*” (SALVADOR-BA, 1994). Este importante documento aponta muitos elementos da Visão, Missão e Corpo para a missão que os jesuítas tinham na época sobre a Amazônia. Ele é a origem do processo de construção da unidade territorial amazônica, do Distrito dos Jesuítas da Amazônia (DIA, 1995). E ele foi quem indicou o Pe. Cláudio Perani como primeiro superior da região. Posteriormente, Cornado, no seu segundo mandato de provincial (2002-2005) impulsionou a consolidação da unidade territorial

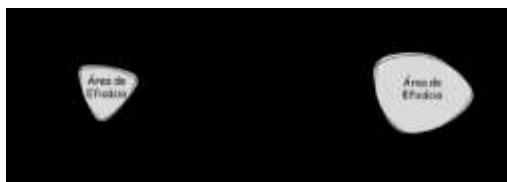
amazônica com a constituição da Região Brasil Amazônia (BAM, 2005). Assim, ao longo de 20 anos (1995-2015) foi-se conseguindo consolidar a unidade territorial amazônica, com uma unidade de governo, que pouco a pouco levou também a uma unidade de missão na região. O documento que dá origem ao DIA apresenta uma visão panorâmica e histórica sobre a questão Amazônica chamando a atenção sobre a gravidade das mudanças em curso no Amazonas e Maranhão por motivo dos grandes projetos existentes na região, propiciados por transnacionais, empresários e governo e que têm como consequência o aniquilamento das nações indígenas. Sugeriu-se “concentrar forças na Amazônia, no interior mais que nas capitais, nas áreas de conflito e em projetos comuns”.

“Sobre as eficácias”² (PERANI, mar., 1994): a importância da “presença gratuita”

Este é um texto fundamental do Cláudio Perani para compreender sua visão, missão e corpo missionário. O ponto de partida é a presença gratuita, ser amigos e amigas, irmãos e irmãs dos índios. É o mistério encantatório da inculturação: descer humildemente, com o coração e a cabeça abertos, ao encontro de Deus, já milenarmente presente no meio dos povos, antes que nós chegássemos. O Pe. Cláudio assim o expressava claramente num texto “Sobre as Eficácias”, de 1994, um ano antes de ele ser nomeado o Primeiro Superior do DIA. Perani apresenta três níveis de eficácia que se complementam e devem ser articuladas: eficácia econômica, eficácia política e eficácia da presença gratuita.

Uma eficácia política sem participação ativa do povo, sem presença próxima e escuta atenta às pessoas converte-se em “ditadura”; uma eficácia econômica que não constrói a partir da base, acolhendo as perspectivas e soluções econômicas dos pobres, é uma pura e dura “ditadura do capital”. Estes dois níveis de ação, político e econômico, são verdadeiramente eficazes se estão profundamente articulados com a eficácia da presença gratuita e amorosa junto aos mais pobres e marginalizados. Quanto maior é a articulação entre estas três eficácias, maior serão a sinergia e área de eficácia, como se observa graficamente na figura abaixo.

² Perani, “Sobre as Eficácias”, Cadernos do CEAS, n. 150, Salvador (BA), Mar/Abr, 1994.



Esta visão da presença gratuita como perspectiva teológico-pastoral, teórico-prático, é uma constante que impregna e perpassa toda a vida, pensamento e coração, práxis e teoria do mestre e profeta Perani. A presença gratuita como princípio encantatório, ponto de partida, caminho e caminhada, é uma convicção profunda que impregna sua vida e pensamento, suas itinerâncias geográficas, simbólicas e espirituais, sua alma inquieta... Cláudio conclui afirmando:

Devem ser reconhecidas e favorecidas eficácias criativas, de sujeitos cara a cara, capazes de refazer credibilidade e motivos de esperar e amar em gratuidade. Quisera recordar, para finalizar, a importância da gratuidade. Por indicar uma atitude não somente de compromisso sem remuneração, porém também sem objetivos e motivos preestabelecidos, pode ser considerada por muitos como uma ação bonita, mas sem nenhuma eficácia. Ao contrário, a gratuidade também inclui uma particular eficácia. Está relacionada ao amor e a liberdade e pode favorecer energias inesperadas, capazes de criar novas esperanças e novas autonomias. (PERANI, Sobre as eficácias, 1994).

“Distrito da Amazônia” (PERANI, jul., 1995)

Pouco depois de escolhido Superior, Perani escreve a seus companheiros o texto DISTRITO DA AMAZÔNIA (jul., 1995), no qual expressa, de modo mais detalhado e autocrítico, sua visão histórica da missão da Companhia de Jesus. Inicia o texto afirmando que a Companhia acompanhou a colonização portuguesa da Amazônia. Destaca a ousadia missionária do Pe. Luiz Figueira SJ, martirizado precocemente em 1643 pelos índios na Ilha do Marajó, apenas 7 anos depois de sua chegada à região em 1636. Cláudio continua ressaltando outro grande missionário na Amazônia, o Pe. Antônio Vieira SJ:

[...] o maior impulso de prática cristã na Amazônia foi dado pelo grande missionário Antônio Vieira (1608-1697), inspirado pela mensagem de Jesus e sensibilizado pelo sofrimento dos índios. Tendo enfrentado a oposição dos colonos e das Câmaras do Maranhão e do Pará, percebeu que *“não podia haver conversão da gentildade, enquanto as missões não estivessem totalmente isentas do poder e interesse dos que governavam.”* Sabemos que esta orientação missionária não sempre foi seguida. Depois do Vieira, os jesuítas entraram numa evangelização menos profética e mais empresarial. Serafim Leite afirma que *“os jesuítas, pelas condições particulares da*

América, não puderam ser o que foram na Ásia, apenas missionários: foram também colonizadores”.

Perani prossegue com a volta contemporânea dos Jesuitas para a Amazônia, Pará, 1912; Capela de Lourdes, Belém, 1917 e Prelazia de Ponta de Pedras, Marajó, 1969; Marabá, 1980. Mostra a perspectiva interprovincial da missão que começa em Manaus, 1979 e, a partir daí *“outros jesuítas do ISI, do IBRADES e do CEAS, passaram pela Amazônia nos últimos anos”*. E frente à crescente importância geopolítica da Amazônia e o grito de seus povos pobres, explorados e excluídos é fundamental a perspectiva “inter”, somar para tentar responder juntos aos grandes desafios da Amazônia e seus povos. Sozinho ninguém pode.

Perani assume uma perspectiva crítica e autocrítica da história da própria missão da Companhia de Jesus na Amazônia: “não podia haver conversão da gentildade, enquanto as missões não estivessem totalmente isentas do poder e interesse dos que governavam”. Porém, essa perspectiva nem sempre se manteve, os jesuítas entraram numa evangelização menos profética e mais empresarial: “foram também colonizadores”. A visão e a prática missionária “colonizadora” continuam até hoje, às vezes de modo inconsciente, seja no nível pessoal e/ou institucional. A análise crítica-autocrítica é fundamental para purificar o serviço missionário.

Hoje, também, como no tempo do Vieira, existe o mesmo desafio fundamental, evidentemente, com expressões e características diferentes. A Amazônia continua sendo considerada, de um lado, como uma grande reserva de riquezas a serem exploradas, e de outro, como algo de maravilhoso e folclórico a ser admirado. Num caso e no outro, não se considera sua população, menos ainda a personalidade cultural muito forte do seu povo. A modernidade do capitalismo, entrando na Amazônia, revela sua cara violenta, talvez, mais que em outros lugares.

Um trabalho de evangelização nesta região, na ótica da justiça e da opção pelos pobres, recentemente reconfirmada pela Congregação Geral 34, deve necessariamente reconhecer o conflito existente entre explorados e exploradores e definir-se claramente do lado dos injustiçados, sem restrições. Não é uma opção facultativa ou de uma determinada pastoral. É uma opção necessária, porque evangélica e deve ser assumida por qualquer atividade e em qualquer meio em que estejamos trabalhando.

O ponto de partida são os povos indígenas e os excluídos. E a atitude fundamental do missionário: solidariedade e partilha, presença e caminhar junto com o povo, trabalho com outros e ao serviço dos projetos dos outros...

Inspirando-me nas afirmações do Pe. Paulo Suess, podemos falar em pastoral de libertação inculturada, o que significa partir dos povos indígenas e do mundo dos dois terços excluídos, tendo uma atitude de solidariedade e de partilha, de presença e de caminhar juntos. Igualmente fundamental é trabalhar com outros e a serviço dos projetos dos outros: setores populares, entidades leigas, agentes de pastoral da região...

Perani termina o texto afirmando, "procurando, com a graça de Deus, sermos apenas missionários e não também colonizadores" e "contar humildemente com a força dos fracos, esperando grandes coisas da bondade do Pai".

Do Projeto de Itinerância (1996) à Equipe Itinerante (1997)

Cláudio elaborou as duas primeiras versões: "Projeto de Itinerância" (1996) e "Equipe Itinerante" (1997). Frente aos desafios e demandas que encontrou na Amazônia, propõe este serviço itinerante a partir de sua experiência com as equipes móveis do CEAS³. Ele consulta e formula a proposta com a ajuda, observações, contribuições, intuições e participação ativa e crítica dos companheiros do DIA, do governo da Companhia, de amigos experientes, da própria Igreja e das organizações da região e do povo.

A EI não nasceu pronta, nem é um projeto acabado. É como uma criança que nasce pequena, frágil e insegura, sem saber caminhar, engatinhando... O Projeto é "itinerante", se vai fazendo e refazendo no caminho e na caminhada. Cláudio apresenta, na primeira versão do "Projeto de Itinerância" (1996), esta perspectiva de reflexão sobre a prática e discernimento da experiência para ir, no caminho e pouco a pouco, amadurecendo, formulando e concretizando cada vez melhor a proposta. "O fundamental será a necessária abertura para concretizar o projeto a partir da experiência em andamento."⁴ Na segunda versão, "Equipe Itinerante" (1997), Perani insistia: "CONCLUINDO. O que está no papel é

³ O Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) tem sua sede em Salvador, Bahia. Cláudio foi um dos fundadores em 1967 e o coordenou e inspirou por muitos anos (1968-1995). Para mais informação: www.ceas.com.br

⁴ Perani, "Projeto de Itinerância", Manaus, 04 de Junho de 1996 (1ª versão).

muito relativo. É importante ter algumas ideias claras, deixando em aberto sua concretização, a depender da experiência do dia-a-dia.”⁵

Avaliação do DIA, agosto de 1996: “Novidades”

Um ano depois de ser nomeado responsável do DIA, Perani avalia as “novidades”:

Projeto Tabatinga. Tabatinga está localizada nas fronteiras com a Colômbia e com o Peru. É uma cidade em desenvolvimento, perpassada por conflitos causados pela droga, pelas migrações, pela exploração econômica. Existe a proposta de fundar uma Comunidade Missionária de 3-4 jesuítas, com tarefas apostólicas a serem melhor definidas a partir da realidade local: visitas às comunidades, trabalhos com os índios, assessorias várias, formação de lideranças, orientação espiritual..., sem assumir paróquia. O bispo Dom Alcimar sugere esse tipo de trabalho. O ideal seria uma comunidade internacional, integrada por jesuítas brasileiros, colombianos e peruanos, para um trabalho em toda a faixa amazônica do Alto Solimões, entrando nos territórios colombianos e peruanos.

Projeto de Itinerância. Inspirado na mobilidade dos primeiros jesuítas, consiste na formação de uma equipe residente em Manaus com o objetivo de visitar periodicamente as comunidades do interior amazonense, para conhecer, passar informações, apoiar, animar, avaliar... o trabalho local, confirmando na fé os irmãos e as irmãs das comunidades. Seria um trabalho mais social ou mais religioso, a depender das necessidades e da preparação dos jesuítas, organizado de acordo com os bispos locais. Trata-se, também, de fazer a ponte com entidades e intelectuais da cidade, para descoberta de novos caminhos em favor do campo e da cidade, do ponto de vista pastoral e sociopolítico. O objetivo é ainda vago, mas só poderá concretizar-se a partir das solicitações recebidas e da criatividade dos jesuítas da equipe.

Projeto Educação e Cidadania. O projeto para a área urbana procura ser uma pequena resposta ao grande e preocupante problema da educação das crianças na Amazônia. Não pretende criar grandes estruturas, mas apoiar-se na rede de ensino público, contando com pessoas de classe média, em sua maioria voluntária, a serviço dos setores populares. Inspira-se na experiência concreta realizada pelo CAC num bairro de Belém. Trata-

⁵ Perani, “Equipe Itinerante – Tentando concretizar para 1998”, Manaus, redigido no final (Out-Dez) de 1997 (2ª versão).

se de realizar aulas de reforço, duas horas cada, para um acompanhamento tutorial, sendo que uma professora ou monitora poderá seguir somente 5 crianças. O projeto deveria estender-se a outros bairros e a outras cidades, envolvendo a colaboração de outras Congregações Religiosas e de leigos.

Perani apresenta vários aspectos fundamentais da sua visão, missão e organização missionária:

Territorialidade amazônica. No Projeto Tabatinga, um ponto fundamental para Perani é a territorialidade, a visão territorial transfronteiriça conectada, “sem-fronteiras”. Destaca também a complexidade dos conflitos nas fronteiras amazônicas onde a ausência do Estado é maior e as máfias são as que reinam nessas regiões. Outro ponto é a perspectiva interprovincial e internacional, somando pessoas (jesuítas) dos três países fronteiriços. Cláudio propõe que a missão, a ser “melhor definida a partir da realidade local”, será na linha das visitas às comunidades e aldeias, assessorias e formação de líderes, espiritualidade, etc. Cláudio deixa claro que o trabalho é “sem assumir paróquia”.

Itinerância: “Fazer a ponte”. No Projeto de Itinerância, Perani se inspira “na mobilidade dos primeiros jesuítas”, que também atravessavam as fronteiras geográficas, culturais e simbólicas da Amazônia nos Séc. XVII e XVIII. O caso do Pe. Samuel Fritz é emblemático. A ele devemos um belíssimo diário de suas expedições e uma das primeiras cartografias da região: “*O Grande Rio Maranhão o Amazonas*” (1707). Na compreensão do Cláudio, um ponto fundamental do serviço missionário itinerante é “fazer de ponte” entre o campo (comunidades e aldeias) e a cidade, entre o povo da base e os intelectuais e acadêmicos “para descoberta de novos caminhos em favor do campo e da cidade”. Cláudio compreende o serviço da itinerância como serviço complementar que conecta os outros serviços mais inseridos na base e no interior com os serviços mais institucionais e intelectuais presentes mais na cidade. A missão pode ser mais pastoral e/ou sociopolítica, depende da demanda e necessidade local. A criatividade dos itinerantes é fundamental.

Priorizar os mais vulneráveis e complementar o sistema, onde ele falha ou não chega! O Projeto Educação e Cidadania aborda a desafiadora situação da educação das crianças, um dos setores mais vulneráveis da realidade amazônica, especialmente no mundo das imensas periferias urbanas. O Projeto não pretende substituir o Estado, mas complementá-lo, onde ele falha ou não chega. Ele tenta “apoiar-se na rede de ensino público,

contando com pessoas de classe média em sua maioria voluntárias a serviço dos setores populares”.

Povos Indígenas: “dívida histórica” da Companhia. Cláudio termina sua “Avaliação” falando brevemente dos indígenas e da “dívida histórica” que a Companhia tem com eles:

Não falamos de indígenas. Estão presentes nas nossas preocupações. Nas propostas quando da formação do DIA afirmava-se que “a Companhia tem uma dívida histórica para com os povos indígenas, pois foi pioneira na missão no Brasil. De suas fileiras saíram projetos de evangelização nocivos ao índio”.

Os projetos de Tabatinga e da Equipe Itinerante querem preocupar-se com isso.

“Projeto de Itinerância” (PERANI, jun., 1996)

O “Projeto de Itinerância” é o sonho de Cláudio, a itinerância. Assim foi sua experiência no CEAS com as “equipes móveis”, que atuavam nas “zonas escravas” da cana e do café no Nordeste. Ele propunha uma ação:

semelhante à antiga desobriga realizada pelos padres que visitavam as comunidades espalhadas pelo interior de um Estado ou Município no Nordeste, com a finalidade de “des-obrigá-las” nas suas funções sacramentais. No nosso caso, haveria uma ida mais gratuita, a serviço das necessidades percebidas em cada situação e comunidade, de caráter social e religioso... Ao voltar para Manaus, as experiências devem ser colocadas em comum e avaliadas. A permanência na cidade, além de proporcionar o necessário descanso, deve servir para entrar em contato com outras entidades (pastorais e não pastorais) para socializar o conhecimento adquirido, aprofundar cada realidade e encontrar possíveis canais concretos de apoio. O fundamental será a necessária abertura para concretizar o projeto a partir da experiência em andamento.

“Equipe Itinerante – tentando concretizar para 1998” (PERANI, 1997)

A segunda versão do Projeto, “Equipe Itinerante – tentando concretizar para 1998”, foi escrito por Perani entre outubro e dezembro de 1997, pensando já na possibilidade de concretizar a proposta para o início do ano 1998, como de fato aconteceu. Esta versão tem uma elaboração muito maior e é muito mais concreta. De “Projeto de Itinerância” passa a “Equipe Itinerante”. A ênfase está na articulação de uma equipe que preste esse serviço itinerante.

O Projeto foi proposto faz tempo (04-06-1996). Nesse período não foi possível realizá-lo, mas a reflexão continuou. Houve a experiência concreta de alguns jesuítas, tomaram-se contato com algumas pessoas e entidades, aprofundou-se a discussão a partir de novos acontecimentos e documentos. As necessidades encontradas parecem confirmar a oportunidade de tal iniciativa. No fim de 1997, temos também a alegria de poder contar com alguns jesuítas dispostos para abrir esta frente missionária. Aqui vão alguns pontos, mais teóricos ou mais concretos, para continuar a discussão.

Apresenta algumas “motivações” eclesiais e da Companhia de Jesus que fundamentam a proposta da EI. Tanto na primeira versão como na segunda, insiste na vivência da gratuidade e a escuta no serviço da EI. Também ressalta a importância do serviço integral e a solidariedade no cotidiano da vida dos pobres. Na última motivação, Perani faz referência ao documento “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”⁶, afirmando que “todo ele é uma importante orientação para a Equipe Itinerante”. Partindo desse documento, registra a preocupação do Papa, ao abrir o Sínodo dos Bispos para a América, onde levantou a questão das diferenças sociais, perguntando sobre as causas dessa situação: “Em que medida elas têm suas raízes na história dos últimos cinco séculos? Até que ponto são um legado da colonização? Que influência teve a primeira evangelização? Penso que estas perguntas nos interpelam diretamente, a nós jesuítas, sendo que temos nossa responsabilidade, desde a primeira evangelização, seja em relação aos acertos, seja em relação às omissões ou conivências com as injustiças, no trabalho da Companhia na Amazônia. E insiste: “Temos que reparar, hoje, com ações, mais que com palavras. Um dos caminhos é o nosso serviço realizado para uma sociedade mais igualitária”.

Buscando passar a ação, concretamente, em síntese propõe:

A Equipe pode começar com o Pe. Albano. Deve-se conversar com os padres Maurício e Paulo Sérgio para ver seus desejos e possibilidades. Devemos intensificar o contato com algumas irmãs. As atividades consistiriam, em primeiro lugar, em visitar trabalhos pastorais ou não, nas periferias e no interior, para tarefas específicas pedidas ou para uma presença mais gratuita a partir de viagens programadas com pessoas locais. As portas de entrada são

⁶ O documento “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia” foi elaborado no 8º Encontro Inter-Regional dos Bispos da Amazônia celebrado em Manaus (9-18/09/1997) para comemorar os 25 anos da “Assembleia de Santarém” (1972). Perani assessora o encontro e o documento final.

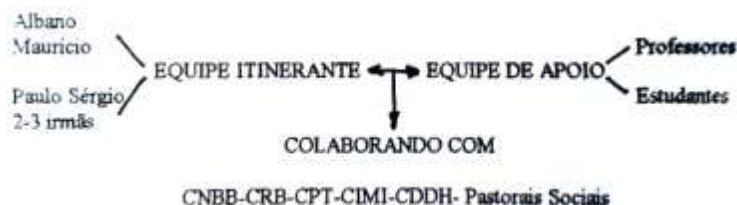
as Dioceses, a CRB, as paróquias, movimentos pastorais, movimentos populares, agentes de pastoral, etc. O encontro seria, em princípio, com as pessoas de qualquer nível de engajamento, não unicamente com agentes ou animadores, mas privilegiando contatos diretos com o povo.

O conteúdo das visitas pode variar muito, a depender das necessidades: simples conversas pessoais, trocas de experiências, oferecimento de informações, cursinhos ou seminários, avaliações, etc.; no âmbito mais religioso ou mais social, sempre, porém, visando a uma integração justiça e fé.

A reflexão em equipe exige que na volta se faça um breve relatório, coloque-se em comum, discutam-se e aprofundem determinados temas. Neste momento, a depender do conteúdo, poderão ser convidadas outras pessoas interessadas em dar sua contribuição, seja para o estudo, seja para encontrar e favorecer contatos que possam ajudar os interessados. Sem querer formalizar muito, neste segundo momento, poderão ajudar membros de outras entidades, professores, estudantes universitários, etc.

Deve ser pensado o problema financeiro. Como base de conversa, não estamos pensando em fazer projetos para pedir ajuda externa. Cria bastante dependência e preocupações. Poderemos receber uma contribuição, quando convidados por algumas entidades. As Congregações Religiosas podem assumir a manutenção das pessoas. A Companhia poderia assumir os gastos para uma estrutura mínima de biblioteca/escritório e os gastos de viagem.

Cláudio conclui esta segunda versão do Projeto Equipe Itinerante dizendo que a experiência do dia a dia irá concretizando o projeto e apresentando um pequeno gráfico de sínteses.



20 anos de Equipe Itinerante: saindo da zona de conforto

Ao longo desses 20 anos de caminhada itinerante (1998-2018), a partir das duas primeiras versões do Projeto elaboradas por Cláudio (1996 e 1997), foram redigidas mais cinco versões a partir das pessoas que integraram a EI. Em janeiro de 1998, foi concretizada a EI, liberando os dois primeiros jesuítas, o Pe. Albano Ternus e o Pe. Paulo Sergio Vaillant. Em outubro do mesmo ano, chegaram o Pe. Fernando López, SJ, da Província de Paraguai e a Ir. Arizete Miranda Dinelly CNS-CSA⁷. No final de 1999, novembro, somou-se o Pe. Paco Almenar, SJ e Tadeu Moraes, leigo vocacionado enviado pelos jesuítas do Pará. Em janeiro de 2000, chegaram a Ir. Odila Gaviraghi FSCJ⁸ e Cláudia Pereira, leiga enviada pelo projeto “Igrejas Irmãs”, Regional da CNBB Sul 3. Elas foram acolhidas os dois primeiros meses na comunidade da Congregação de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho, no bairro da Compensa II de Manaus-AM. Depois, o grupo buscou e abriu sua primeira Comunidade Itinerante no bairro de palafitas Vila da Prata.

Nessas duas décadas de caminhada, mais de cem pessoas somaram, com diferentes tempos e formatos de permanência, na EI. E foi com eles e elas, e a partir do contexto e conjuntura local e regional, que se elaboraram as sete versões do projeto da EI. Na mesma perspectiva que o pensava seu fundador Perani, o projeto da EI sempre está a caminho, vai-se recriando, reformulando e concretizando a partir das distintas realidades locais onde se insere e da mudança da conjuntura da própria Amazônia e do mundo.

A intuição: Andem e escutem...

Perani recupera a espiritualidade e metodologia itinerante do próprio Jesus (Lc 8,1-3): *“Jesus andava por cidades e aldeias, pregando e anunciando a Boa Notícia do Reino de Deus. Os Doze e algumas mulheres iam com Ele”*. E também a tradição das ordens mendicantes (Franciscanos, Dominicanos, etc.) que, saindo dos conventos e mosteiros, iam ao encontro do povo no campo e nas cidades. Recolhe a própria tradição jesuítica da “cavalaria ligeira” e

⁷ Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho (CNS-CSA).

⁸ Filhas do Sagrado Coração de Jesus (FSCJ).

do “Inácio Peregrino”, dos primeiros jesuítas missionários na Amazônia que andavam de aldeia em aldeia...

Nos primeiros anos que Cláudio acompanhou a EI, foi resumindo sua intuição fundamental:

Andem pela Amazônia e escutem o que o povo fala: suas demandas e esperanças, seus problemas e soluções, suas utopias e sonhos. Visitem as comunidades e aldeias, as organizações e igrejas. Participem da vida cotidiana do povo. Observem e registrem tudo cuidadosamente. Anotem as próprias palavras do povo. Não se preocupem com os resultados, o Espírito irá mostrando o caminho! Coragem! Comecem por onde possam...

Os verbos são muito importantes para o Perani: andar, escutar, visitar, participar da vida cotidiana, observar, registrar, anotar, não se preocupar com os resultados, discernir e confiar no Espírito, ter coragem e começar por onde se possa...

O que é a Equipe Itinerante?

A Equipe Itinerante é formada por leigos/as, religiosos/as que vão de comunidade em comunidade, por cidades e aldeias, seguindo o exemplo de Jesus (Lc 8,15), a serviço do Reino e sua justiça socioambiental, defendendo a Vida Abundante (Jo 10,10) da Amazônia e o bem-viver, bem-conviver dos povos que nela habitam e de todos seus seres. A EI soma distintas pessoas e instituições. Os membros são enviados, sustentados e acompanhados por diversas instituições, organizações ou grupos. Nem sempre é a mesma instituição que envia a que sustenta economicamente a pessoa. Muitas pessoas pertencem e são enviadas por uma instituição e uma outra organização é a que dá suporte econômico para a vida pessoal (ajuda de custo), vida de comunidade e missão da EI.

As pessoas da EI que queiram, podem viver em Comunidade Itinerante (CI), que é mista e plural. A comunidade itinerante não só é apoio à missão, ela por si mesma é missão, convívio em unidade na pluralidade e diversidade, que tem como horizonte “*a Trindade, a melhor comunidade*” (Leonardo Boff). A comunidade itinerante é aberta. Acolhe e apoia pessoas que vêm do interior à cidade para distintas gestões em reciprocidade com as comunidades que acolhem a Equipe quando ela vai visitá-las no interior. Há também outros colaboradores que somam na missão da EI.

Onde esteve e onde está hoje a Equipe Itinerante

Nos 20 anos de serviço missionário itinerante, a EI teve bases de apoio em distintas regiões da Amazônia, especialmente nas fronteiras geográficas e simbólicas. A EI sente o chamado a estar e atravessar as fronteiras, geográficas e simbólicas, nos dois sentidos... *"Devemos formar-nos como discípulos missionários sem fronteiras, dispostos a ir «à outra margem»"* (DA 376). Nestas duas décadas a EI teve distintas bases na Amazônia:

- a) **1998:** A EI inicia com base em Manaus (AM) com duas pessoas: os padres jesuítas Paulo Sergio Vaillant e Albano Ternus. No mesmo ano, em outubro, somam-se o Pe. Fernando López sj e a Ir. Arizete Miranda CNS-CSA.
- b) **2000:** Abre-se a Comunidade Itinerante inserida na área de palafitas do bairro Vila da Prata, Manaus (AM). Iniciam a CI seis pessoas: os padres Paulo Sérgio, Fernando e Paco Almenar; as irmãs Arizete e Odila Garivaghi, FSCJ; a leiga Claudia Pereira, enviada pelo Projeto Igrejas Irmãs Sul 3 e o leigo Tadeu, vocacionado dos jesuítas.
- c) **2002:** As companheiras Odila e Arizete insistem: "A Equipe Itinerante também é nossa!". Elas ajudam a criar a consciência interinstitucional da proposta e são convocados os responsáveis institucionais no primeiro Encontro Interinstitucional da EI realizado em outubro, na cidade de Manaus. Atenderam o convite e assumiram a interinstitucionalidade da Equipe: Pe. Bruno SJ; Irs. Valdete e Odete CNS-CSA; Irs. Inelda e Sonia FSCJ.
- d) **2004 a 2014:** A Equipe abre um núcleo na tríplice fronteira amazônica de Brasil-Colômbia-Peru, no alto rio Solimões ou Amazonas. Iniciam quatro pessoas de quatro instituições diferentes: Fernando SJ e Odila FSCJ dos antigos, e somam-se Neori Fonseca, irmão Marista, e Raimunda Paixão, leiga do CIMI. A Comunidade Itinerante é aberta no bairro "La Unión" de Leticia (Colômbia) e o escritório em Tabatinga (AM, Brasil).
- e) **2008 a 2013:** Na celebração dos dez anos da EI foi decidido abrir um novo núcleo em Boa Vista (RR), fronteira com Venezuela e Guiana. Iniciam a proposta a Ir. Idalina Mendes Providencia de Gap, a Ir. Graça Gomes Catequista Franciscana e Gilmara Fernandes, leiga do CIMI.

- f) **2016:** Um novo núcleo da EI e a CI é aberto na tríplice fronteira amazônica de Brasil-Bolívia-Peru, na vila de Iñapari (Madre de Dios, Peru) e Assis Brasil (AC, Brasil). Iniciam com a Ir. Joaquina Honório Madeira CIC, Pe. Paco Almenar SJ. E somam-se ao longo daquele primeiro ano: Scharliman Lôbo (Nov/2016), leiga vinda da Bahía; Pe. Liam Carey (Dez/2016), Instituto São Columbano, para uma experiência de seis meses; Marita Bosch (Dez/2016), leiga enviada por la Paroquia S. Inácio de Loyola de S. Juan de Puerto Rico.
- g) **2018:** A EI e CI continuam em Manaus (Brasil) e Iñapari (Peru). Está formada por nove pessoas, algumas delas chegando, que pertencem a sete instituições diferentes: **Raimunda Paixão Braga**, leiga brasileira amazônica enviada pelo CIMI, desde abril de 2004; **Maria Gorete Barbosa de Oliveira**, leiga brasileira amazônica enviada pelas CNS-CSA, desde 2013; **Joaquina Honório Madeira**, religiosa brasileira da Imaculada Conceição (Irmãs Azuis, IC), desde 2013; **Maria del Mar Bosch**, leiga enviada pelos Jesuítas de Puerto Rico, desde dezembro de 2016; **Ney Valente**, leigo brasileiro amazônico, enviado pela Associação de Capoeira Arte Revelação, desde maio de 2018; **Izaías Flores Lopes**, leigo enviado pela Paroquia de Assis Brasil-AC; desde junho de 2018; **Arizete Miranda Dinelly**, religiosa brasileira amazônica, Cônego de Santo Agostinho (CNS-CSA), desde outubro de 1998; **Fernando López Pérez**, religioso espanhol, Companhia de Jesus, Província do Paraguai; desde outubro de 1998; **Maria Eugenia Loris Aguado**, religiosa espanhola, Verbum Dei, desde agosto de 2018.

Nesses 20 anos, passaram pela EI mais de cem pessoas entre voluntárias que vinham por um tempo curto fazer uma experiência, e outras que vinham para ficar, ainda que por dificuldades de adaptação ou porque não se deram com a proposta não conseguiram ficar muito tempo. E nessas duas décadas, cerca de quarenta instituições foram parceiras dessa iniciativa.

Mapa de localização dos núcleos da Equipe Itinerante ao longo dos 20 anos (1998-2018):



Serviço missionário atual da Equipe Itinerante

Depois de 20 anos de experiência itinerante pela Pan-amazônia, a intuição, objetivos e metodologia fundamental da EI se mantêm: Andar e visitar periodicamente, acompanhar, avaliar e gerar processos de formação no nível local, “fazer de ponte” e tecer redes entre aldeias e comunidades, entre o campo e a cidade, não levar soluções pré-fabricadas, refletir com o povo e com intelectuais, acadêmicos e entidades afins os novos caminhos para o campo e para a cidade... Assim o propõe o próprio Perani nas duas primeiras versões do projeto (1996 e 1997).

Os objetivos foram-se ajustando ao longo dos anos, nos distintos projetos. Na última versão (7ª, ago/2015), quase 20 anos depois, a EI formula os objetivos nos seguintes termos:

Objetivo Geral: Escutar, despertar, incentivar, apoiar pessoas, grupos e projetos de iniciativa d@s Ribeirinh@s, Indígenas e Urban@s, através da itinerância, do apoio e da articulação com grupos e entidades comprometidas com a mesma luta, para que @s empobrecid@s e excluíd@s se tornem sujeitos da sua libertação, reconquistem sua dignidade e se reconheçam como filhos e filhas preferid@s de Deus, a fim de, pelos valores do Evangelho, humanizar os ambientes mais agressivos, injustos e opressores onde a vida humana está sendo ameaçada, as culturas desrespeitadas e os direitos humanos ignorados.

Objetivos Específicos:

- a) Ir ao encontro d@s mais empobrecid@s, sofredores, abandonad@s e culturalmente diferentes.
- b) Conhecer a vida cotidiana das pessoas, com visitas periódicas, escuta gratuita e aprendendo delas a melhor maneira de servi-las, sendo presença solidária e compartilhando de suas lutas, sofrimentos, esperanças e suas iniciativas de organização e resistência popular.
- c) Apoiar e incentivar relações de vida comunitária: partilha, celebração, organização e outras.
- d) Celebrar, a partir da fé e cosmovisão de cada povo, a vida, a luta e as

relações entre irm@s.

e) Sistematizar e compartilhar, devolvendo as experiências vivenciadas e geradas nos diversos espaços de missão, como parte própria da metodologia.

f) Contribuir com assessorias específicas reforçando e potencializando a práxis das comunidades, igrejas, grupos de movimentos populares e organizações sociais.

g) Ampliar redes e parcerias na Panamazônia, entre comunidades, povos, organizações, igrejas e instituições afins.

h) Aprofundar os estudos referentes ao contexto sociocultural e político-econômico da região onde a Equipe desenvolve sua atuação, mantendo uma análise de conjuntura crítica e atualizada.

i) Recriar novas relações de gênero buscando equidade de participação, de decisão e de direitos.

Com esses objetivos, a EI tenta facilitar uma (cosmo) visão territorial conectada, geopolítica, dentro da Amazônia. Vivenciar uma missão com os povos da região, que cuidam da Amazônia e do bem comum (bem-viver) de todos seus seres. Tecer redes transfronteiriças e processos organizativos intercongregacionais e interinstitucionais. Somando, chegamos juntos aonde sozinhos não podemos nem devemos.



De modelo bipolar de serviço, Instituição–Inserção, a tripolar, Instituição–Equipe Itinerante–Inserção

Com essa perspectiva de visão, missão e corpo missionário amazônico em rede, Cláudio recupera esse serviço missionário móvel que faz de “ponte” entre o campo e a cidade, entre as aldeias e as instituições, entre o povo e os intelectuais. Ele introduz uma equipe móvel que tente amenizar o isolamento do povo e dos agentes pastorais do interior e das periferias urbanas amazônicas.

Frente às distâncias enormes e isolamento das comunidades e dos agentes pastorais de base, os bispos da Amazônia confirmam essa perspectiva itinerante proposta por Cláudio

(1996) no Encontro de Santarém (2012): "*criar equipes itinerantes de formação*"⁹, que cheguem às comunidades e aldeias, ao centro e às periferias urbanas e gerem, no nível local, os processos de formação.

Perani parte do modelo utilizado tradicionalmente na ação pastoral da igreja. Um modelo "bipolar" de interação entre o nível de base (comunidade, aldeia, grupo etc.) e o nível institucional (paróquia, diocese, secretaria de educação ou saúde, ONGs etc.). Nesse modelo, as instituições convocam as lideranças para vir ao "centro", no "espaço institucional" onde se têm os "meios" e "é mais cômodo para todos" (especialmente para os que dão o curso), para desenvolver o processo formativo; acabado o encontro, "curso" ou "oficina", as lideranças voltam para suas bases para desenvolver o aprendido, sem ter os meios no nível local que tiveram no espaço onde receberam a formação...

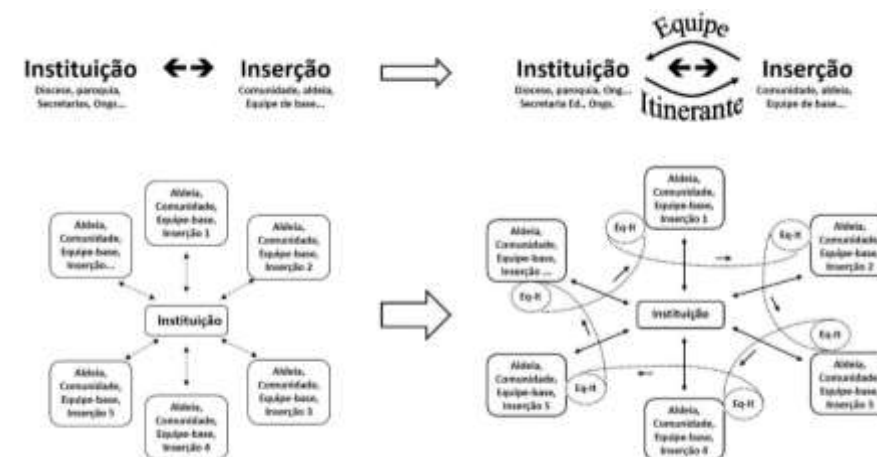
"Sem desmerecer a importância destes encontros, é necessário também inverter o caminho..." Perani propõe um modelo tripolar, no qual se introduz um terceiro elemento dinâmico e móvel, um catalisador social, que faz o movimento contrário, que vai do centro para a periferia, para a base, que vai de comunidade em comunidade desenvolvendo os processos de acompanhamento, de avaliação e formação mais local e localizada. Esse processo, mais lento, é, pelo contrário, muito mais eficaz. Prática e teoria vão juntas, são os dois remos da canoa. O processo de reflexão é sobre a prática e *in situ*, no local onde a vida cotidiana acontece com seus desafios diários, com suas possibilidades e limitações concretas que a realidade local delimita e possibilita...

Modelo bipolar de serviços: Instituição – Inserção	Modelo tripolar de serviços: Instituição – Itinerância – Inserção
• Instituição forte que tenta responder às demandas das comunidades e equipes de bases inseridas na realidade local. • Historicamente, esse modelo bipolar, contribuiu muito no desenvolvimento social. • Com o passar do tempo, as instituições cresceram e ficaram pesadas, a burocracia foi absorvendo grande parte das energias, dos recursos e do tempo institucional...	• Mantém-se o modelo bipolar: Instituição – Inserção (comunidade). Incorpora-se um terceiro elemento dinâmico, com estrutura leve que facilita a mobilidade: Instituição – Equipe Itinerante – Inserção. • A EI tenta: apoiar e dinamizar os processos locais: tecer redes de relações entre comunidades e instituições, entre "fronteiras"; cruzar experiências e "polinizar" umas com as outras...

⁹ X Encontro dos Bispos da Amazônia, Santarém-PA, 2-6/7/2012. Documento: "Memória e Compromisso", n. 3.6, Santarém, 2012.

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Assim, a relação com as comunidades foi ficando cada vez mais institucionalizada, burocratizada, vertical e limitada... • Para a própria instituição ficou cada vez mais difícil acompanhar como desejariam os processos locais e suas novas e crescentes demandas. O distanciamento da instituição cada vez é maior... | <ul style="list-style-type: none"> • O movimento fundamental da EI é: 1º de comunidade em comunidade; 2º da comunidade à instituição. • É fundamental que a EI mantenha o princípio de reciprocidade e de relação horizontal com as comunidades, que dependa delas em algumas coisas; isto exige o “desempoderamento” da Equipe para “empoderar” as comunidades. |
|--|--|

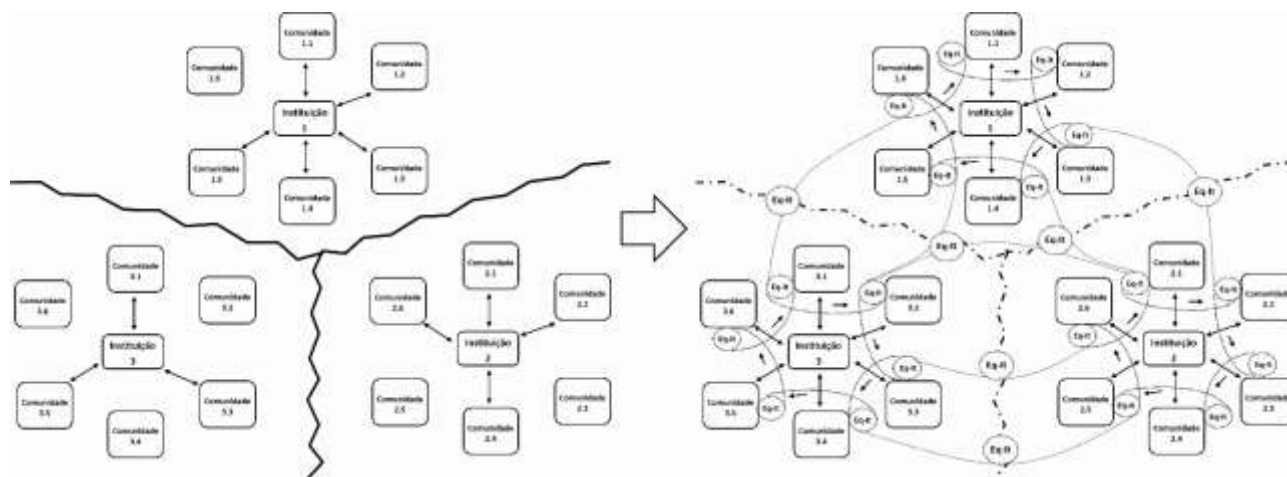
Graficamente, esses modelos são representados abaixo:



Ao introduzir uma célula móvel numa região de fronteira, sejam elas geográficas ou simbólicas, ela ajuda a atravessar e tecer as fronteiras. Transforma de barreiras que dividem e separam a espaços de encontros diversos e plurais. A Equipe sente-se chamada a atravessar as fronteiras nos dois sentidos, para poder captar a novidade que há em ambos os lados e colocá-las em respeitoso e fecundo contato, que permita o florescimento de novas relacionalidades.



Nas tríplexes fronteiras geográficas, o processo gerado por equipes itinerantes transfronteiriças é ainda muito mais complexo, rico e fecundo. As equipes móveis, pouco a pouco, vão transformando as fronteiras, convertendo-as em espaços que engendram novos sujeitos e nova vida.



Equipe Itinerante: Abelhas e beija-flores na floresta

Uma imagem que ajuda a compreender o serviço e a missão da Equipe são as abelhas. As abelhas são essenciais no bioma amazônico. Elas descobrem as plantas e flores que produzem ricos nectares e os coletam, levam o pólen de umas flores para outras fecundando toda a floresta, produzem o rico mel, alertam das ameaças e dão ferroadas aos invasores que perturbam a vida. Mas também elas sofrem a perseguição e a violência dos "inseticidas" que matam a vida. Por sua vez, a EI anda pela Amazônia e descobre as muitas experiências ricas e fecundas que nela existem; dá a conhecer essas ditas experiências, registra-as e sistematiza-as, oferece a outros para que possam aproveitá-las. Também a Equipe conhece a violência e depredação, registra-as e denuncia-as; por último, participa do misterio pascal e martirial que vive a Amazônia e os povos que nela habitam por defender a vida onde ela está mais ferida ou ameaçada.

Como as abelhas, há muitos outros insetos, pássaros e animais que ajudam a polinizar e fecundar a imensa floresta amazônica. Essa enorme diversidade de polinizadores são essenciais para a vida da Amazônia. Sem eles a multiplicação e recriação da vida no bioma Amazônico seriam impossíveis. E todos estes polinizadores da floresta sempre têm a ajuda do "vento" do Espírito, na diversidade de Espíritos – Guardiões da Floresta, que de todos os seres cuidam e a todos fecundam sem saber "de onde vem nem para onde vai" (Jo 3,8).

Outra imagem com a qual foi comparada muitas vezes a EI, e até de modo pejorativo, é a do beija-flor. Perani, pelo contrario, gostava muito da imagem do beija-flor. Dizia que a EI devia especializar-se tanto como o beija-flor que tem um bico que chega aos lugares mais complicados para tirar o néctar e polinizar as flores de mais difícil acesso, que, muitas vezes, eram as mais belas e que tinham os nectares mais valiosos. Cláudio dizia que o bico longo e especializado do beija-flor justamente permitia alcançar os lugares onde outros insetos e animais não conseguiam chegar para libar o néctar e polinizar aquelas realidades que os outros não podiam alcançar. De igual modo a EI se especializa em chegar e fazer-se presente onde outros não estão presentes nem podem chegar por diversas razões. Esta perspectiva de chegar aonde outros não chegam, a própria EI tem fundamentada na sua metodologia e espiritualidade: “Estar onde ninguém quer estar, estar com quem ninguém quer estar e estar como ninguém quer estar” (Pe. Hernestrosa, SJ).

Complementariedade e articulação entre os serviços: Instituição – Itinerância – Inserção

Os três serviços são essenciais à própria existência humana. Nós, seres humanos, necessitamos instituições para poder avançar nos processos históricos, porém, ao mesmo tempo, necessitamos ter um forte contato com a realidade crua e nua, onde a vida se debate no seu cotidiano cheio de limites e contradições, e por último, a experiência humana e toda a realidade e continuamente cambiante, itinerante, e, por isso, devemos estar prontos sempre para mudar e partir...

Por isso, é muito importante compreender que o serviço itinerante é um serviço complementar aos outros serviços mais institucionais e inseridos do corpo para a missão. Eles são complementares entre si.

- a) **O serviço institucional da estabilidade e continuidade** à missão (por exemplo: colégios, hospitais, casas de retiro, paróquias, diocese).
- b) **O serviço inserido da proximidade e encarnação**, no meio dos pobres, onde o sistema falha (por exemplo: as comunidades eclesiais de base, comunidades inseridas nas áreas rurais, periferias urbanas e aldeias).
- c) **Os serviços itinerantes da conectividade, visibilidade e inclusão**. Conectividade entre instituições e inserções, em ambos os lados das fronteiras (geográficas, simbólicas); visibilidade e inclusão das realidades invisíveis às instituições, porque

não conseguem chegar a todas as realidades (exemplo: um colégio chega aos alunos que consegue matricular e aos pais dos mesmos); e às inserções, porque são muito localizadas e ficam absorvidas pelas necessidades da realidade local (exemplo: uma comunidade inserida numa aldeia ou bairro da periferia fica absorvida pela demanda local.).

Os três serviços, Instituição-Inserção-Itinerância, são necessários e complementares. Quanto mais equilibrados e articulados estejam os três serviços, maior será a incidência do corpo apostólico na missão.



Para que se dê essa sinergia e incidência, é necessário que os recursos humanos, materiais e econômicos fiquem distribuídos de modo também equilibrado entre esses três serviços missionários.... À medida que se dinamize um corpo apostólico equilibrado nesses três serviços e uma boa relação entre eles, a sinergia e eficácia da missão aumentam.

Unidade e complementaridade dos ecossistemas no bioma amazônico: Várzea (Inserção) – Rio (Itinerância) – Terra Firme (Instituição)

Uma imagem amazônica que pode ajudar a compreender a complementaridade entre os três serviços missionários (Inserção-Itinerância-Instituição) do corpo da missão é a do bioma amazônico formado por três ecossistemas interligados entre si: Várzea – Rio – Terra Firme.

A várzea é o ecossistema formado nas regiões periodicamente inundáveis da Amazônia com uma vegetação característica, com fauna própria e que os ribeirinhos e indígenas utilizam para fazer plantios de ciclo curto. A terra firme é o ecossistema que nunca se alaga; tem também uma fauna e flora própria e nelas as comunidades aproveitam para plantar pomares e cultivos de ciclo longo e que não suportam estar encharcados por longos períodos de tempo. Por último, esses dois ecossistemas, várzea e terra firme, estão

conectados pelos rios e igarapés. Esses três ecossistemas são complementares e estão profundamente interligados no bioma Amazônico.

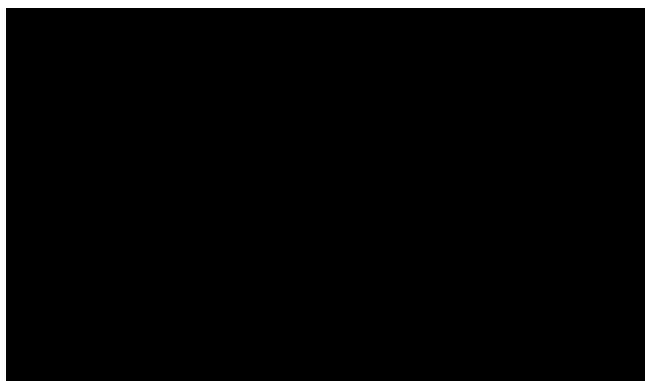
Nessa imagem do bioma amazônico, o ecossistema várzea, periodicamente alagado, simboliza a inserção, as comunidades e aldeias inseridas; a terra firme, mais estável, representa a instituição; e, por último, o rio simboliza o serviço itinerante de conexão entre os outros dois ecossistemas ou serviços mais institucionais e mais inseridos. De igual modo há uma profunda relação complementar entre os três serviços do corpo missionário: Serviços Institucionais – Serviços de Itinerância – Serviços de Inserção.

Da “Equipe Itinerante” (1998) à “Rede Itinerante da REPAM” (2018)

Há que nascer de novo porque algo novo está nascendo... Depois de 20 anos de itinerância pela Amazônia, o Espírito move a EI a “nascer de novo” (Jó 3,7). Em 1998, nasceu e começou atravessar fronteiras, geográficas e simbólicas, nos dois sentidos. A Equipe foi e é semente, parteira e parte, junto com outras instituições e grupos da REPAM (2014). Hoje, o Espírito continua trabalhando e “alinhado às estrelas”: cresce a consciência global da importância geopolítica da Amazônia e seus povos tradicionais para o equilíbrio sistêmico do planeta e futuro da humanidade; é eleito o Papa Francisco (2013), que apoia o nascimento da REPAM (2014), escreve a Encíclica *Laudato Si* e anuncia o Sínodo da Amazônia (2019). Nesse contexto, está nascendo Rede Itinerante da REPAM. Também dessa novidade a EI se sente parte com outras equipes, instituições e serviços missionários. Ela soma no processo de construção, partilhando sua experiência específica e diferenciada de itinerância Pan-Amazônica, e aprendendo com as experiências das outras equipes itinerantes.

Equipe Itinerante: “Juntos tecendo Redes e Missão na Amazônia”

Já nos primeiros “logos” aparece como missão da EI a ideia de “tecer redes”. Na versão atual do logo, com motivo da celebração dos 20 anos de itinerância, a ideia se mantém:



A EI ao longo destes anos foi compreendendo o tecer redes, como parte de sua missão. A Equipe descobre a necessidade de “tecer redes” a partir da escuta atenta à realidade que interpela e formula entre seus objetivos na direção das comunidades, povos, organizações, igrejas, instituições e países.

Também a ideia da “rede itinerante” não é nova na reflexão da Equipe. Em 2003, no II Encontro Interinstitucional da Equipe Itinerante (XARE-CIMI, Manaus, 2003) já apareceu de modo muito simples essa ideia, possibilidade. Depois de alguns anos de itinerância pela região da tríplice fronteira de Brasil-Colômbia-Peru (Alto Rio Solimões), discerniu-se e decidiu-se somar interinstitucionalmente para abrir um novo núcleo da Equipe naquela fronteira. Em abril de 2004, somam quatro pessoas de quatro instituições diferentes para iniciar o núcleo. Com a abertura do núcleo de Tabatinga (2004) e, posteriormente, de outro núcleo em Boa Vista, Roraima (2008), a Equipe passou a ter três núcleos com Manaus e a pergunta que surgiu cada vez com mais força foi como organizar-se, com uma rede de equipes itinerantes ou uma estrutura mais orgânica? Essa reflexão levou vários anos.... Como multiplicar as equipes itinerantes na Amazônia e como organizar a articulação entre eles? Uma possibilidade que sempre aparecia no horizonte de reflexão foi a Rede itinerante...

Com a novidade do nascimento da REPAM em 2014, abriu-se a possibilidade concreta de tecer essa rede itinerante amazônica... A Rede Itinerante da REPAM é esse novo que está nascendo e é nela onde a EI quer nascer de novo e nela inserir-se somando com outras equipes itinerantes com diferentes formatos e composição, diversos serviços complementares e metodologias, áreas de presença e abrangência, etc.

A REPAM é como o rio Amazonas...

O Papa Francisco desafia e anima a Igreja na Amazônia a “nascer de novo”: *“A obra da Igreja tem que ser incentivada e relançada na Amazônia”* (Papa Francisco, Rio de Janeiro,

Brasil, 2013). A Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) é o esforço da Igreja Amazônica para encorajar e relançar a sua missão nesta estratégica região do planeta.

Jesus sempre falava em parábolas para explicar a sua missão: *"Com que podemos comparar o reino de Deus?"* (Mc 4,30). Também algumas imagens amazônicas ajudam a compreender a REPAM, esta novidade eclesial em construção. O que é a REPAM? Com que podemos compará-la?

O Amazonas é o maior e mais caudaloso rio do mundo. Banha e alimenta com suas águas o maior bioma do planeta, que é um gigante "berço da vida". Esse majestoso rio é o resultado de uma multidão infinita de pequenas gotas de água que decidiram juntar-se para formar o grande "fluxo da vida". Das cabeceiras e nascentes localizadas nos nove países que formam a Amazônia, as pequenas gotas de água de chuva e neve derretida, nascentes e mananciais, sereno, geada e nevoeiro, eles estão se unindo e formando pequenos riachos que serpenteiam sinuosamente ao longo das montanhas e florestas, formando lagos e rios que estão unindo-se para gerar o rio-mar majestoso, o Amazonas.

A REPAM é como o grande rio Amazonas. Foi formando-se com a contribuição de muitos rios e lagos e igarapés da solidariedade e do compromisso com os oprimidos. A REPAM quer facilitar essa dinâmica de juntar nossas "gotas de água". Ela quer reunir toda a multidão dos serviços de muitos missionários, comunidades, instituições, organizações, Igrejas locais e outros atores solidários inseridos ao longo dos rios e das selvas amazônicas. Unindo todas essas fontes de "água viva" (Jó 4,10). A REPAM procura unir nossas gotas de água para fazer uma "fonte de vida" que enfrente os projetos de morte impostos à Amazônia e a seus povos pelo modelo de desenvolvimento capitalista predatório atual. Porque todas essas formas de água se doaram e somaram generosamente, foi possível o milagre desse gigantesco Rio da Vida que alimenta um dos maiores e mais ricos biomas do Planeta. A EI é um desses córregos, formado por pequenas gotas de água, que ajudou a gerar a REPAM.

Atravessando fronteiras, geográficas e simbólicas, nos dois sentidos...

Vários encontros e contatos entre entidades e pessoas dos países que compõem a Amazônia foram fundamentais para a criação da REPAN. Em 2011, a EI foi convidada pela Família Franciscana para participar no *"III Encontro Continental Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC) das Américas"* na cidade de Quito, Equador (01-07/11). Foi pedido a Equipe

apresentar sua experiência concreta e uma visão territorial de conjunto da região, com pistas para discernir a missão comum e o corpo organizacional que melhor pudesse responder a essa missão com essa visão pan-amazônica.

Nesse contexto de discernimento da missão pan-amazônica de JPIC, a Equipe fez seu primeiro contato com o Mauricio López, secretário da Cáritas Equador. A Cáritas fazia uns meses que tinha iniciado uma articulação regional com suas seis jurisdições eclesiais inseridas na Amazônia equatoriana. Essa iniciativa tinha como inspiração a proposta eclesial do Concílio Vaticano II, o Magistério da Igreja Latino-americana e diversas intuições apontadas décadas atrás por parte de bispos e missionários religiosos e leigos que vinham construindo uma proposta e resposta regional aos desafios da Amazônia. Foi o Espírito quem facilitou e iluminou aquele encontro de Mauricio e a EI. Um sonho e uma pergunta foram compartilhados: como organizar um corpo missionário articulado na Pan-amazônia que responda a essa missão comum com essa visão territorial conectada?

Na viagem pelos rios amazônicos até os Andes, a Equipe testemunhou que, no rio Napo, não havia peixe e os que havia não podiam ser consumidos. Ao atravessar a fronteira e entrar no Equador entendemos a razão: ao longo de todo o rio Napo são contínuos os portos petroleiros; as pessoas partilhavam os contínuos derrames de petróleo e os “mecheros” (“queimadores”) de gás residual dos poços... Todo o rio e o ecossistema foram contaminados.

Esta jornada com a Caritas foi fundamental para que a EI se articulasse a um processo que estava nascendo no território amazônico do Equador e também para a compreensão de conjunto da territorialidade e conexão amazônica, da importância de construir, juntos, uma visão, missão e corpo missionário articulado e em rede para a defesa da vida na região, porque tudo está conectado e “uma selva sem a outra não tem solução!” Esses momentos marcaram o início de toda uma etapa nova na missão da EI...

Em agosto de 2012, a convite da EI, Mauricio López participou, em Boa Vista, Roraima, do XI Encontro Interinstitucional e do retiro da EI orientado por Egydio Schwade, um dos fundadores do CIMI. Este encontro foi fundamental para continuar tecendo uma visão, missão e corpo missionário amazônico transfronteiriço e em rede.

Em abril de 2013, a EI, a convite da Cáritas, participou do Encontro da Rede Amazônica – Zona Oriente, em Puyo, Equador. Pela Equipe participaram Arizete Miranda CNS-CSA, Paco Almenar SJ e Graça Gomes CF. O tema foi: “A Igreja em defesa da vida: Realidade e vulneração de identidades e direitos na Amazônia Equatoriana.

Outro importante encontro no processo de gestação da REPAM foi realizado em julho de 2013, em Lima, “Encontro Pan-Amazônico: Cuidados com a Criação, Atividades Extrativistas e Desafios pastorais”. Foi convocado pelo SELAC em conjunto com o Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM). O objetivo do evento foi “Animar o processo de transformação da realidade da Amazônia com o protagonismo dos povos que a habitam em favor do cuidado da criação na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidaria.”

Ainda em 2013, Mauricio López participou do XII Encontro Interinstitucional da EI, assessorado pelo Pe. Alfredo Ferro. Também se celebraram os 15 anos da Equipe de vida itinerante pelos rios e florestas amazônicas. O encontro foi realizado em Tabatinga-AM, tríplice fronteira amazônica de Brasil com Peru e Colômbia. Na ocasião, participaram, também, a Ir. Irene Azevedo da Comissão da Amazônia da CNBB.

Novamente o Espírito fez acontecer o milagre do “encontro das águas”. A EI facilita o diálogo entre Mauricio da Cáritas Equador e a Ir. Irene da Comissão da Amazônia para ver a possibilidade da participação de Caritas Equador e do Departamento de Justiça e Solidariedade do Conselho Episcopal Latino-americano – DESEJOU, da CELAM, no encontro das Igrejas da Amazônia Brasileira a ser realizado em Outubro de 2013 em Manaus-AM. No encontro participam Mauricio López pela Caritas-Ecuador, o Pe. Peter Hughes pelo DESEJOU-CELAM e o Pe. Alfredo Ferro pelo Serviço Amazônico dos Jesuitas (CPAL). Este encontro foi fundamental para continuar avançando no sonho de tecer uma missão comum em rede como Igreja na Pan-amazônia.

REPAM: Fonte de vida no coração da Igreja

A REPAM é fundada no encontro de Brasília (DF), realizado nos dias 9-12 de setembro de 2014. É escolhido como lema da REPAM “*Pan-amazônia: Fonte de vida no coração da Igreja*”. Ficam como membros fundadores o CELAM, CLAR, SELAC e Comissão para a Amazônia da CNBB.

Durante o encontro fundacional, foi lida a mensagem do Papa Francisco (10/09/2014). Ele convida a

sair de si mesmo para se unir aos outros”. Anima a “alargar os espaços de compreensão e da solidariedade entre os homens e os povos, refletindo aquela «Luz das Nações» - Cristo que resplandece no rosto da Igreja Universal e das Igrejas locais”. Por último, o Papa afirma: “o testemunho cristão pode, graças a rede, alcançar as periferias existenciais humanas,

permitindo que o fermento cristão fecunde e faça progredir as culturas vivas da Amazônia e seus valores.

No documento de Declaração Fundacional da REPAM, afirma-se:

“A Igreja não está na Amazônia como quem tem feito as malas para ir-se depois de explorá-la. Desde o princípio está presente nela com missionários, congregações religiosas, sacerdotes, leigos e bispos, e sua presença é determinante para o futuro da zona” (Papa Francisco aos bispos do Brasil, Rio de Janeiro, 27-07-2013).

Com a REPAM ratificamos nosso compromisso de responder, de maneira eficaz e orgânica, aos clamores do tempo presente. Assumimos como missão:

Criar consciência nas Américas sobre a importância da Amazônia para toda a humanidade. Estabelecer, entre as igrejas locais de diversos países euramericanos, que estão na bacia amazônica, uma pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva ao bem comum (DA 475).

No encontro fundacional o Cardeal Cláudio Hummes afirmou:

Agora precisamos atuar. A REPAM quer ser uma força de atuação de todas as Igrejas na Amazônia. Essa Rede é para somar, criar comunhão e termos vozes na sociedade e diante das organizações nacionais e internacionais, que têm poder de decisão sobre a Amazônia. E precisamos ter essa consciência da capilaridade de nossa Igreja, somos presença. Para isso precisamos somar para que aquilo que falamos e propomos tenha peso. E aquilo que criticamos e denunciemos seja evidenciado. A REPAM tem de guardar e cultivar essa força profética. Desejamos ser a força de Jesus Cristo nessa região, que, por vezes, é tão agredida e devastada por interesses econômicos e exploratórios.

E o Cardeal Pedro Barreto, Arcebispo de Huancayo, Peru, Presidente do (DEJUSOL-CELAM) na época, lançou o desafio: criar as bases de uma Rede Eclesial Pan-amazônica (REPAM) por meio do diálogo, coordenação e formação de consenso sobre a visão e a missão da igreja na Amazônia. De fato, a REPAM está, pouco a pouco, construindo uma visão compartilhada, territorial e geopolítica da Amazônia, na qual propõe uma Missão comum de cuidado da “Casa Comum” (missão “geo”) e do bem comum, “bem-viver”, de todos os seres que nela habitam (missão “eco-política”). Para isso, está tecendo um Corpo em Rede que articule as forças vivas eclesiais e não-eclesiais, sociopolíticas tanto da região Amazônica no nível local, como nos níveis regional e internacional.

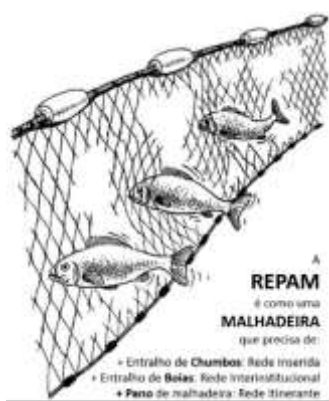


A REPAM é como uma malhadeira esticada no rio Amazonas...

"O Reino dos Céus é como uma rede lançada ao mar..." (Mt 13,47). Jesus apresenta o Reino com a imagem da malhadeira lançada no mar. Para explicar a Rede Eclesial Pan-amazônica (REPAM), utilizamos a mesma imagem da malhadeira que os pescadores ribeirinhos esticam no rio Amazonas.



Para que uma malhadeira pegue peixe tem que ter três elementos fundamentais: a) **Boias**, que sustentam, fazem flutuar e indicam onde e como está a malhadeira; b) **Chumbos**, que fazem com que a malhadeira vá ao fundo, lá onde passam os peixes; c) **Pano da malhadeira**, que tece e conecta as boias e os chumbos. Por sua vez, as boias e os chumbos mantêm as malhas esticadas evitando que fiquem enroladas, podendo assim malhar e pegar os peixes.



O Corpo missionário da REPAM continua sendo tecido hoje ao longo da Amazônia, nas suas três redes de serviço fundamentais: Rede Inserida – Rede Interinstitucional – Rede Itinerante.

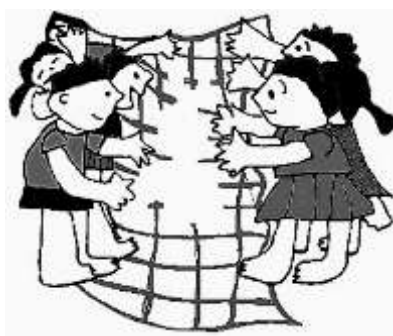
A Rede Inserida da REPAM (“entralho de chumbos”) tem como fortaleza e ponto de partida a encarnação, as presenças inseridas de uma infinidade de paróquias e pastorais sociais, de comunidades de base e equipes missionárias, de comunidades religiosas masculinas e femininas, de leigos e leigas, etc. espalhadas pelos rios e florestas, aldeias e cidades, estradas e caminhos desta imensa Amazônia. Presenças proféticas, muitas vezes heroicas e martiriais, profundamente encarnadas e radicalmente engajadas na região, no compromisso com a justiça e a defesa da vida da Amazônia e dos povos que nela habitam. A Igreja Católica é a instituição com mais tempo histórico e maior número de presenças inseridas em toda a bacia e bioma amazônico. Nenhuma outra instituição governamental ou da sociedade civil têm, nem de longe, a presença junto ao povo que tem a Igreja, sobretudo nas regiões mais difíceis e distantes. A riqueza e alicerce da REPAM são o grande número de missionários e missionárias, agentes pastorais inseridos e encarnados ao largo e ao longo da Pan-amazônia. Porém, eles estão muito isolados e desarticulados entre si devido às distâncias enormes, geográficas e simbólicas, que a própria realidade amazônica apresenta. E esse é um dos grandes desafios da REPAM: Como chegar junto a todos esses agentes pastorais e comunidades espalhadas pela Amazônia? Como ajudar a articulá-los em uma grande rede inserida (“entralho de chumbos”) na defesa e promoção da vida? Como acompanhá-los e facilitar seus processos de formação? Como fortalecer e tecer a Rede Inserida da REPAM?

Por sua vez, a **Rede Interinstitucional da REPAM** (“entralho de boias”) é fundamental para dar estabilidade e continuidade à missão. Elas são as boias na malhadeira que ajudam a que ela não afunde e se mantenha boiando e esticada. Nesses quatro anos de existência da REPAM (2014-2018), muito se avançou na articulação da sua rede interinstitucional. É admirável a ação do Espírito e o esforço concreto de pessoas e instituições, da própria secretaria da REPAM, que, em tão curto tempo, tenham conseguido articular e tecer tantas instituições importantes na construção da Rede, começando pelas quatro grandes instituições fundadoras: CELAM, CLAR, SELAC e Comissão para a Amazônia da CNBB. E um número crescente de outras instituições eclesiais, ou afins com a missão da Igreja na Pan-amazônia, que continua somando e tecendo a REPAM: universidades católicas e religiosas,

congregações religiosas, agências de cooperação católicas, órgãos civis e governamentais, nacionais e internacionais, etc. Com o apoio firme e decidido do Papa Francisco, muitas instituições eclesiais e não eclesiais se vão somando à REPAM e fortalecendo sua rede a favor da vida.

Por fim, a **Rede Itinerante da REPAM**, o seu “pano da malhadeira”, por entre o “entralho de boias” (Rede Interinstitucional) e o “entralho de chumbos” (Rede Inserida), está formada por muitos fios e pequenos nós tecidos entre si de uma forma muito fina e delicada. O pano da malhadeira é fundamental para poder pegar peixes, para que eles fiquem malhados e não fujam da malhadeira. Porém, se o pano da malhadeira tem só um entralho, o de chumbos ou de boias, não funciona. Ou vai toda ao fundo (só com chumbo) ou é arrastada pela correnteza (só com boias). O pano da malhadeira precisa dos dois entralhos, de boias e de chumbos, para poder prestar bem seu serviço de pescaria. De igual modo, a Rede Itinerante (pano da malhadeira) precisa da Rede Inserida (entralho de chumbos) e da Rede Interinstitucional (entralho de boias) para que a REPAM possa avançar para águas mais profundas e jogar a rede para fazer pescaria abundante na Amazônia.

Por outro lado, se a malhadeira tem muito buraco, ou a malha está rasgada, a pescaria fica muito mais difícil e muito peixe acaba escapando. Um dos serviços da Rede Itinerante da REPAM é inserir-se onde há buracos ou onde a malhadeira está rasgada, onde a vida está mais ferida ou ameaçada, para tentar tecer um novo pano entre as boias e os chumbos, conectar as comunidades e aldeias, as equipes e associações locais, as lideranças de base, a Rede Inserida com a Rede Interinstitucional para fortalecer e defender a vida.



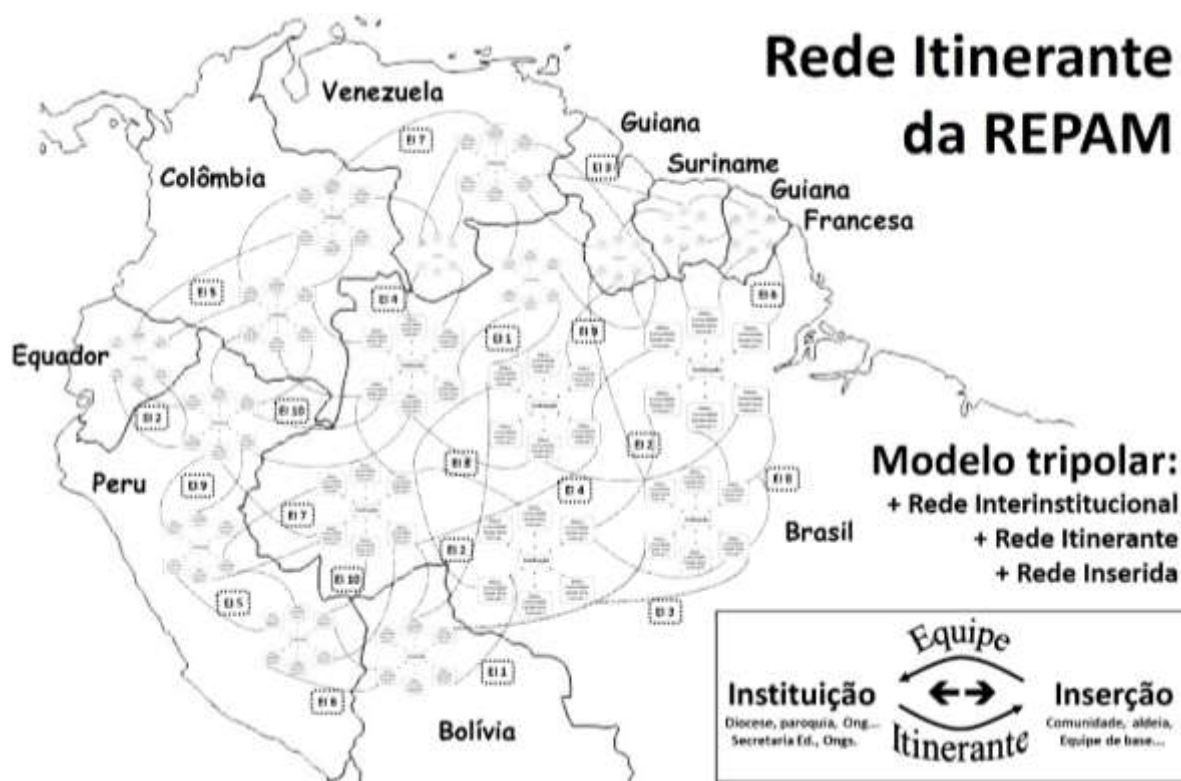
Tudo está interligado: Três redes entretecidas

Assim, o corpo em rede que desenvolve a missão na REPAM está constituído por essas três redes fundamentais, articuladas e entretecidas entre si, com serviços complementares. A Rede Interinstitucional dá estabilidade e continuidade à missão. A Rede Inserida da

proximidade, é o mistério encantatório das equipes missionárias presentes nas comunidades e aldeias, nos rios e estradas, no campo e na cidade, no centro urbano e nas periferias, que acompanham com carinho, ousadia e profecia os processos locais no cuidado e defesa da vida. A Rede Itinerante dá conectividade entre comunidades e aldeias, entre o campo e a cidade, entre instituições e inserções; dá visibilidade às realidades invisíveis (porque não chegam) e às inserções (porque estão muito localizadas); dá conexão, unidade e inclusão às realidades mais isoladas da região, aproximando-as das instituições e inserções.

Quando essas três redes complementares da REPAM estão bem equilibradas e articuladas, o corpo apostólico missionário consegue ter uma forte incidência na defesa e promoção da vida da Amazônia, de seus povos e de todos os seres que nela habitam. A intuição do Cláudio de passar de um sistema bipolar, Instituição – Inserção, a um tripolar que incorpore um terceiro componente dinâmico, Instituição – Itinerância – Inserção, é válido também para a REPAM.

No corpo apostólico da REPAM, é fundamental tecer e articular sua Rede Interinstitucional, sua Rede de Inserção e sua Rede Itinerante para provocar sinergia num projeto missionário comum, que defenda a vida e enfrente os projetos de morte presentes que se impõem na Amazônia. Neste corpo apostólico articulado, a Rede Itinerante da REPAM também é fundamental: multiplicar os polinizadores por regiões e calhas de rios, por tríplices fronteiras, por regiões culturais e pelos distintos ecossistemas etc. Uma rede itinerante que conecte e acompanhe, que articule e teça de comunidade em comunidade, de aldeia em aldeia, conectando instituições e inserções, tecendo as fronteiras geográficas e simbólicas, relacionando rios e florestas, fazendo ponte entre o campo e a cidade, entre a base e as instituições, entre agentes de pastoral e intelectuais acadêmicos etc.



Outra imagem amazônica para compreender a Rede Itinerante da REPAM é a **rede fluvial amazônica**... “Igarapé” é o nome em tupi dos pequenos afluentes dos rios amazônicos. Na etimologia da palavra “igarapé”, estão os conceitos de “água”, “canoa” e “caminho”. Assim, “igarapé” significa literalmente, “caminho da canoa”. Na Amazônia, os rios são os caminhos que conectam toda a realidade. É com essa imagem da imensa rede fluvial amazônica conectada e geradora de vida que se pode comparar a Rede Itinerante da REPAM. Ela gera vida facilitando a conexão, fazendo de “ponte”, diria Perani (“Projeto de Itinerância”, 1996). Ela conecta rios e paranás, lagos e igarapés, selvas e montanhas, comunidades e aldeias, o campo e a cidade, as instituições e as inserções, o povo e os acadêmicos, cosmovisões e experiências de vida, culturas e rituais, fronteiras geográficas e simbólicas... Essa rede fluvial conecta as várzeas alagadiças periodicamente (que representam as inserções) e a terra firme (que representam as instituições).

Concluindo ou itinerando para outras margens e para águas mais profundas

Já com os anos avançados, pouco antes de iniciar os cinco meses da via sacra da doença, nos momentos de partilha mais íntima, Cláudio rachava o coração e confessava: “Me

sinto sozinho; uma solidão muito grande e profunda inunda meu coração”. É o mistério dos profetas que se debatem entre fortaleza e fragilidade, entre alçar a voz de denúncia e anúncio no meio da multidão e a solidão da incompreensão, muitas vezes interna... É a intensa experiência de sentir-se profundamente confiado e entregue nas mãos de Deus, sustentado só nEle que é quem dá a fortaleza e nos ajuda a morrer para nascer de novo.

A El nesta nova etapa está convidada a morrer para nascer de novo. Depois de 20 anos de caminhada por estradas, rios e selvas amazônicas, necessita continuar confiando só nEle, entregar-se e enterrar-se na Mãe Terra para morrer e nascer de novo. Confiar só em Deus e em seu Espírito que foi quem animou o primeiro nascimento da Equipe e o convida agora, nesta nova conjuntura da REPAM e sua Rede Itinerante, a morrer e nascer de novo. Com a floresta amazônica aprendemos que há de colocar-se a semente na terra para dar novos e muitos frutos... “Em verdade, em verdade vos digo: Se o grão de trigo que cai na terra não morre, ele continua só um grão de trigo; mas se morre, então produz muito fruto” (Jó 12,24). A El continua rezando, ressoando e vivendo as palavras de Cláudio: “Não se preocupem com os resultados, o Espírito irá mostrando o caminho” (Perani, 1998).

Kiki, irmã e confidente de Cláudio, encontrou entre seus papéis as notas pessoais do último retiro espiritual que realizou:

Termino os Exercícios Espirituais na intimidade consoladora de Jesus: “Cláudio, tu me amas?” Claro, permanece um pouco de tristeza, pois meu amor é fraco e limitado. Mas Jesus faz a parte dele”. “Um outro apelo de Jesus agora que sou velho é a disponibilidade de «andar onde não quero». Sem me preocupar. Somente seguindo Jesus. Siga-me!”

Agora Cláudio “ITINERA” plenamente conosco por toda a Amazônia, ele continua convidando a sair da zona de conforto e “itinerar por onde não queremos!” Que Cláudio e seu espírito profético continuem inquietando-nos e animando-nos para sairmos da zona de conforto e avançarmos para “outras margens” e para “águas mais profundas”, para continuar tecendo a REPAM e a Rede Itinerante da REPAM, ali onde as feridas estão mais abertas e a vida mais ameaçada, da Amazônia e da “Casa Comum” do planeta. Que soem bem alto suas palavras: “Coragem, comecem por onde possam!”

Referências

CELAM. **Documento de Aparecida**. Aparecida, 2007.

CNBB – Bispos da Amazônia Legal. A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia. Manaus, 1997.

CNBB. **Documento de Santarém – Celebração dos 40 anos**. Santarém, 2012.

LÓPEZ, Fernando (Org.). **Hacia una red pastoral comunitaria más integral y articulada**. Centro de Espiritualidad Santos Mártires. Asunción, Paraguay: Distribuidora Montoya SJ, 1999.

LÓPEZ, Fernando. **Brasil**: El Equipo Itinerante de la Amazonia. Anuario de la Compañía de Jesus. Roma, 2014, p. 128.

LÓPEZ, Fernando. **Pobres Sacramentos?! Os Sacramentos no dinamismo do seguimento de Jesus presente no pobre**. Fernando López SJ. São Paulo: Paulinas, 1995.

LÓPEZ, Fernando; MIRANDA, Arizete. De Cardoner a la Amazonía: Agua de la misma fuente. Disponível em: <http://www.ecojesuit.com/de-cardoner-a-la-amazonia-agua-de-la-misma-fuente-2/8676/?lang=es>

LÓPEZ, Fernando; MIRANDA, Arizete. Leveza institucional para a missão: Membros do mesmo corpo que tem Cristo por Cabeça (1Cor 12). CRB. **Revista Convergência**. [S. l], v. XLVI, n. 445, out., 2011.

PAGOLA, José Antonio. **Jesus, aproximação histórica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

PERANI, Cláudio. **Espiritualidade Amazônica**. [S. l.], 2007. Disponível em: <https://theo.kuleuven.be/.../perani/2007-claudio-perani-espiritualidade-amazonica.pdf>

PERANI, Cláudio. Projeto “**Equipe Itinerante**”. Manaus, 1997. Disponível em: <https://theo.kuleuven.be/en/...lib/ei.../2007-08-vo2-projeto-equipe-itinerante-por.pdf>

PERANI, Cláudio. **Projeto de Itinerância**. Manaus, junho de 1996. Disponível em: <https://theo.kuleuven.be/...projetos.../1996-06-vo1-projeto-de-itinerancia-claudio-pera...>

PERANI, Cláudio. Sobre as eficácias. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n.º 150, mar./abr. 1994.

REPAM. **Memória do encontro fundacional**. Brasília, 2014.

Dados do autor

Equipe Itinerante

Espaço interinstitucional de serviços à Amazônia e seus povos, igrejas, organizações, comunidades, aldeias e periferias urbanas.

CLÁUDIO PERANI, UM PAULO FREIRE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

José Ricardo Wendling (ALEAM)

Informações do artigo

Recebido em 05/06/2018

Aceito em 06/07/2018

 10.25247/2447-861X.2018.n244.p312-319

Resumo

Agora em 2018 completa 10 anos do falecimento de Padre Cláudio Perani. A sua atuação profética e seu legado não pode ser esquecido. Até por que está presente nas instituições, entidades e pessoas que, por sua inspiração, continuam testemunhando e lutando, assim como ele fez por toda a vida, pelos direitos do povo pobre e explorado no Nordeste e na Amazônia. Tive a oportunidade e conhecer Padre Cláudio Perani, em Manaus/AM. E ele foi muito importante na minha caminhada política. Foi inspiração. Deu incentivo. Cobrou. Esse texto, embora curto, expressa um pouco da importância do trabalho de Padre Cláudio na formação e conscientização política de lideranças no Amazonas.

Palavras-Chave: Paulo Freire. SARES. Formação e consciência política. Movimentos Sociais.

Introdução

Agora em 2018 completa 10 anos do falecimento de Padre Cláudio Perani.

A sua atuação profética e seu legado não pode ser esquecido. Até por que está presente nas instituições, entidades e pessoas que, por sua inspiração, continuam testemunhando e lutando, assim como ele fez por toda a vida, pelos direitos do povo pobre e explorado no Nordeste e na Amazônia.

Tive a oportunidade e conhecer Padre Cláudio Perani, em Manaus/AM. E ele foi muito importante na minha caminhada política. Foi inspiração. Deu incentivo. Cobrou.

Esse texto, embora curto, expressa um pouco da importância do trabalho de Padre Cláudio na formação e conscientização política de lideranças no Amazonas.

Conhecendo a sua história

Padre Cláudio Perani estava enfermo, enfrentando a doença, continuava firme, pedia orações, muita gente rezando, mas Deus já havia decidido que o trabalho dele já tinha sido concluído. Fez a sua parte, combateu o bom combate. E em 08 de agosto de 2008 faleceu, aos 76 anos de idade.

Eu não conhecia a sua história de lutas antes dele chegar à Manaus e se inserir nas lutas do povo do Amazonas.

Na leitura do depoimento de Emiliano José, ex deputado federal da Bahia, pude ter uma ideia do envolvimento, compromisso e dedicação de Padre Cláudio com as causas populares e a luta pelos direitos humanos. Emiliano diz que Padre Perani era o “Paulo Freire dos Movimentos Sociais”.

Fiquei impressionado com relatos que demonstram o trabalho, a firmeza e o entusiasmo na defesa dos mais pobres, nos testemunhos do engajamento de Padre Cláudio no surgimento das Pastorais Sociais, na organização da Comissão Pastoral da Terra – CPT em 1975, na luta contra a ditadura e no apoio aos perseguidos pelo regime militar.

A valorização da política, a participação popular, os direitos do cidadão, a luta contra as opressões e injustiças são marcas desse religioso italiano, da congregação Companhia de Jesus, que veio ao Brasil na década de 60 e por mais de quatro décadas ajudou a lutar pela vida do povo brasileiro.

Posso comparar Padre Cláudio Perani ao Padre Humberto Guidotti, também italiano, que por mais de 30 anos esteve na Amazônia, lutando pelos direitos humanos, coordenando a CPT, o Centro de Direitos Humanos da CNBB-Norte I, o Fórum pela Ética na Política, e com muita coragem apoiou a luta do povo sofrido contra as injustiças e desmandos do Estado e de interesses poderosos. Perani e Guidotti são profetas dos tempos atuais.

Padre Cláudio Perani teve forte atuação na Bahia. Os amigos enfatizam o trabalho realizado através do Centro de Estudos e Ação Social e o engajamento e apoio aos trabalhadores de rua, às lutas de moradores nos bairros, no apoio à candidatos de esquerda, na busca de alternativas para melhorias para o povo nordestino. Depois, ele continuou essas lutas na Amazônia.

Mesmo correndo riscos, enfrentou a ditadura militar. Não mediu esforços e riscos quando colaborou em 1979 na fuga de Theodomiro Romeiro dos Santos, o primeiro militante condenado à morte pelo regime militar. Falou com amigos, buscou refúgio em conventos de freiras, convenceu bispos, mudou de endereços, até conseguir que o Theodomiro saísse do país, salvando a sua vida.

E o SARES surgiu

Fui percebendo a presença do Padre Cláudio no dia a dia da Arquidiocese de Manaus, nos vários eventos sociais e reflexões. Sempre com presença marcante nas formações da Campanha da Fraternidade, nos Gritos dos Excluídos e das Excluídas promovidas pela Arquidiocese de Manaus, na atuação das Pastorais Sociais, inclusive a nível regional. O Apoio ao CIMI na defesa das demarcações de terras indígenas e à CPT na luta pelo direitos dos trabalhadores e agricultores familiares perseguidos pelos latifundiários e contra os invasores dos lagos e das pescas predatórias.

Num belo dia, ele me convidou para participar de uma reunião, junto com Padre Roberto Jaramillo e algumas poucas pessoas, para discutir a criação de uma entidade que pudesse trabalhar a formação política de militantes sociais, não só ligados à Igreja.

Certamente outras reuniões foram realizadas antes, mas desta pude participar, pois Padre Cláudio tinha interesse de ouvir as minhas opiniões, em função da minha participação nas pastorais sociais da Arquidiocese de Manaus, e pela minha militância na entidade que congrega os economistas do Amazonas e pela atuação política pelo Partido dos Trabalhadores.

A reunião ocorreu na casa dos Jesuítas no bairro de São Jorge, em Manaus.

Percebi a o esforço de Padre Cláudio de organizar uma entidade a semelhança que ele coordenava na Bahia. Surgiu então o Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social – SARES, numa parceria entre a Companhia de Jesus, a Arquidiocese de Manaus/Cáritas Arquidiocesana e os Irmãos Maristas.

Foi em fevereiro de 2004, que participei da discussão da proposta da criação da Escola de Formação Política do Sares, onde se dizia que uma das grandes necessidades das sociedades amazônicas se ligava à carência da formação da consciência e da prática política.

Padre Cláudio dizia que vivemos uma realidade de corrupção, de clientelismo, da má utilização dos recursos públicos, dos políticos decidindo tudo sem ouvir o povo e não vendo suas necessidades.

Neste contexto, a Escola de Formação Política era importante para a formação de agentes, que pudessem ter elementos teóricos e instrumentos práticos, para resgatar o interesse popular pelas questões políticas e para intervir na realidade social, local, nacional e internacional.

Considereei importante as estratégias da Escola de Formação Política do SARES, alicerçada em três linhas de ação: Formação de lideranças populares para a ação social; Formação de agentes de intervenção política; e a Formação da consciência cidadã e da opinião pública sobre questões políticas locais, nacionais e internacionais.

Padre Cláudio reuniu uma boa equipe para o curso de Formação para a Ação Social – FAS, iniciado no 2º semestre de 2004. Profissionais de várias áreas do conhecimento, e que faço questão de registrar: Marilene Correia, Edineia Mascarenhas, Ivania Vieira, Raimunda Nonata Correia, Sandra Noda, Hiroshi Noda, Marcio Monteiro, Erika Almeida, Rodrigo Reis, Francy Junior, Márcia Maria de Oliveira José Dirley de Brito, Pedro Seffair Neto, José Seráfico de Assis Carvalho, Lino João de Oliveira, Egon Heck, José Aldemir de Oliveira, Egon Heck, José Aldemir de Oliveira, Irmão Edeney Barroso, Raimundo Nonato Pereira da Silva, Brás Cogo, Paulo Filizola, Francisco Lobens, Hildeberto Correia Dias, Henrique Santos Pereira, José Ricardo Wendling, Adilson Vieira, Arnaldo Santos, Teresinha Weber, Paulo Monte, Cláudio Perani e Roberto Jaramillo. Outros depois também foram convidados.

Em dezembro de 2004, em reunião do SARES, convidado pelo Padre Cláudio, participei de uma reunião com o objetivo de colher ideias sobre modalidade e conteúdo de um eventual curso de política oferecido a um público pluripartidário, a ser iniciado no segundo semestre de 2005. Daí surgiu o curso Formação para a Intervenção Política Local – FIP-L, que teria o reconhecimento da UFAM como especialização em análise política. Participaram políticos, sindicalistas, lideranças comunitárias e de movimentos sociais.

Foi muito importante o surgimento do SARES. Não havia nenhuma outra iniciativa semelhante na linha da formação sócio política. Na Arquidiocese, o Padre Humberto Guidotti havia iniciada a Escola de Formação e Cidadania Ativa em 1991 que durou alguns poucos anos. Depois a própria Arquidiocese de Manaus, em seu planejamento pastoral, estimulou o surgimento de Escolas de Fé e Vida, ou Fé e Política nos setores e paróquias. Em algumas teve cursos de dois anos. Mas em outras comunidades não foi adiante.

O SARES surgiu como uma proposta de formação de lideranças sociais e políticas. E firmou parceria com a Universidade Federal do Amazonas, como curso de extensão, o que qualificou ainda mais os cursos. E Padre Cláudio foi o grande protagonista.

Conscientização política

Padre Cláudio considerava fundamental a participação político do povo. Se envolver nas eleições, conhecer os candidatos, estimular lideranças a participarem da política. Não se omitir. Padre Cláudio acreditava na conscientização política. Para tanto, em cada eleição, se envolvia na produção de subsídios que pudesse orientar os eleitores, e também as lideranças comunitárias.

Para as eleições do ano de 2006, contribuiu na elaboração da cartilha “De novo na luta, desta vez vamos mais fundo”. No texto dizia “Somos novamente convidados a exercer nosso direito de voto. Há em muitos setores populares um certo desânimo, porque as coisas não mudaram como era esperado, depois das últimas eleições. O povo sabe que a caminhada é difícil e deve continuar a luta. Os movimentos populares são muito importante, mas, é necessário fortalecer os partidos e os políticos que defendem o povo”. E acrescentava as palavras ditas por uma Papa “a política é uma forma sublime de exercer a caridade”.

Neste ano, quando já estavam definidas as candidaturas para Presidente da República, Governador de Estado, Senador, Deputados Federais e Estaduais, Padre Cláudio elaborou um subsídio complementar, com informações sobre os partidos políticos e os candidatos, os critérios para escolher os candidatos e orientações para organizar um comitê de debate.

Também fez questão de frisar a importância de conhecer e usar a Lei federal 9.840/99 como instrumento de combate a corrupção eleitoral.

A Lei 9.840/99 é oriunda de um Projeto de Iniciativa Popular, onde mais de um milhão de eleitores assinaram a proposta de lei, que foi protocolado na Câmara dos Deputados, em Brasília, com o objetivo de mudar as regras de fiscalização das eleições. Com a lei, ficou mais claro as regras de combate a compra de votos e o uso da máquina pública para favorecer candidatos.

A lei começou a vigorar no ano de 2000 e até 2015 centenas de políticos corruptos não puderam ser candidatos ou perderam o mandato. Foi um grande vitória do povo e da Democracia.

Padre Cláudio enfatizava o lema “O voto não tem preço, tem consequências”, daí o esforço na organização de grupos e eventos de educação política antes das eleições. E

acrescentava as palavras de Frei Betto: “Governo e políticos é que nem feijão, só funciona na panela de pressão”.

Para as eleições do ano de 2008, Padre Cláudio coordenou a elaboração da cartilha “Eleições 2008: Uma Manaus Melhor é possível”, com orientações e informações, com vistas à escolha do prefeito e vereadores da cidade.

Não desanimar, dizia Padre Cláudio. “Muita gente diz: ‘votar para quê? A gente vota, muda prefeito, muda vereador, mas parece que pouca coisa muda...’ as pessoas desanimam da política quando veem coisas malfeitas. Mas nós não devemos desanimar! Ao contrário: o que estiver ruim pode ser consertado; o que estiver bom pode ficar ainda melhor!”

E dizia mais, “A participação consciente do maior número possível de cidadãos é o caminho mais eficaz para construir no município uma verdadeira Democracia: política, social, cultural, étnica e econômica”.

A cartilha tinha quatro partes. Uma reflexão, um olhar para os bairros e seus problemas; a importância das eleições para escolher pessoas que lutam em favor do povo; a fiscalização das eleições e o combate à corrupção eleitoral com o uso da Lei 9840/99; e o passo a passo para denunciar a compra de votos e os crimes eleitorais.

A cartilha foi lançada em março/2008 pelo SARES, Cáritas e Arquidiocese de Manaus e contou com a colaboração do Padre Alcimar Araújo, Delmo Roncarati Vilela, José Ribamar e de Rosiete Barros.

Acompanhando os mandatos

Fui eleito vereador em 2004, após quatro vezes ser candidato. Em 2006 fui candidato à deputado estadual, ficando como suplente. E depois em 2008 fui reeleito vereador.

Minha caminhada foi na Igreja. Grupos de jovens, coordenação de paróquia, Cáritas e Pastorais sociais da Arquidiocese, equipes de formação sócio política.

Desde que me conheceu em Manaus, Padre Cláudio sempre tinha uma palavra de incentivo, e de apoio para que não desistisse da caminhada política. Entendia a importância do leigo, engajado na Igreja, de participar também da política partidária.

Pedia para não desanimar quando perdia eleições. E quando comecei a exercer o mandato de vereador, constantemente fazia suas críticas e encaminhava sugestões para que o mandato fosse participativo e voltado para as causas populares.

Dizia: “Jose Ricardo, não se afaste do povo, fique com o povo, ao lado do povo, ajude o povo mais pobre, eles precisam ter sua dignidade respeitada, não desista do povo”.

Fazia questão de participar de audiências públicas que realizávamos na Câmara Municipal de Manaus. Numa dessas ocasiões, num debate sobre a maioria penal, em março de 2007, Padre Cláudio foi incisivo na defesa do Estatuto da Criança e Adolescente e seu cumprimento pleno. “É só o poder público cumprir a lei, criar as estruturas necessárias para acolher os adolescentes e dar oportunidades, na educação, na cultura, no lazer, na saúde, no trabalho. Cuidar da família, da moradia, do saneamento, da alimentação”, dizia Padre Cláudio.

Cobrava mais escola e menos punição. Mais acolhida, amor, do que castigos e violência.

Todo ano debato o orçamento público. Defendo o orçamento participativo. Padre Cláudio participou de vários encontros de reflexão sobre a importância do orçamento e da participação do povo na definição das prioridades dos gastos públicos. Ele dizia que “o dinheiro é público, é do povo, e o povo deve ser consultado sobre as suas necessidades e ajudar a definir as prioridades”.

Assim, Padre Cláudio acompanhou de perto o exercício do meu mandato de vereador, inclusive das avaliações anuais. Numa desses encontros de final de ano, no Sindicato dos Trabalhadores de Telefonia – SINTEL, ele cobrava mais garra em algumas questões e estratégias e meios que pudessem superar as barreiras impostas pelos vereadores que apoiavam o prefeito e impediam a aprovação de projetos e pleitos vindo do meio popular.

Poucos padres têm esse interesse de apoiar a eleição de um candidato e depois acompanhar e zelar pelo mandato. Padre Cláudio fazia isso e com entusiasmo e na perspectiva de que a política pode ser bem exercida.

Ele tinha simpatia pelo Partido dos Trabalhadores, partido no qual milito. Exaltava seus ideais de justiça, da ética e da defesa dos trabalhadores. Mas fazia as críticas quanto aos erros do PT e as alianças com grupos e políticos envolvidos na exploração do povo.

Agradecimentos

Padre Cláudio fazia questão de agradecer a todos e todas que juntos estavam nas lutas e nos embates sociais. No Natal de 2005, recebi uma carta de agradecimento de Padre Cláudio pela minha participação no SARES. Acredito que tenha enviado carta semelhante a

todos os amigos e amigas do Sares. Falava de inovações, atuação e novos desafios do SARES e da “presença, apoio e solidariedade na construção do projeto maior da Amazônia que queremos e que sonhamos em mutirão”.

E terminava a carta com as palavras de Dom Helder Camara, que certamente foi sua inspiração, nos tempos de atuação no Nordeste:

“Todas as pessoas
tem o direito de celebrar o Natal,
sentadas à mesa,
comendo, saudáveis, fraternas,
abrigadas do frio,
da chuva e do vento”

Também tenho muito a agradecer. Fica a saudade. Está presente o legado de Padre Cláudio. A luta continua.

Dados do autor

José Ricardo Wendling (ALEAM)

Economista, deputado estadual pelo PT (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM).

PADRE CLÁUDIO PERANI: PROFETA É O POVO

Ivo Poletto (FMCJS)

Informações do artigo

Recebido em 07/06/2018

Aceito em 30/06/2018

doi> 10.25247/2447-861X.2018.n244.p332-341

Resumo

Nesse breve artigo e depoimento, destaca-se a relação de fidelidade de Cláudio Perani à visão e ao método de trabalho que tem como base a sabedoria que cada pessoa, cada comunidade e cada povo possui. Sua reflexão de educador na relação como pastorais e movimentos sociais sempre questionou as tentações de direção centralizadora, colocando como desafios a acolhida à profecia popular e a atitude de caminhar com o povo. Esse é o seu maior testemunho e legado, iluminando as diferentes formas de articulação em que o autor esteve e continua ligado.

Palavras-Chave: Metodologias participativas. Articulação. Profecia.

Introdução

Conheci e partilhei sonhos e iniciativas com Cláudio desde os anos sessenta do século passado. Nasceu ali uma amizade que nem sua morte quase repentina conseguiu pôr fim. Ele anda comigo, continua um dos meus mestres. Sempre que me envolvo em algo novo, suas perguntas críticas e advertências se fazem presentes e me ajudam a perceber se continuo fiel aos compromissos assumidos para ser educador popular. Toda vez que se aprofundam as contradições sociopolíticas e me sinto tentado ao mau humor e ao desânimo, ouço sua voz estridente e seu sorriso quase irônico ainda me desafia: *você está esquecendo que os dominadores não terão a última palavra? Lembre-se que é junto com o povo empobrecido que está a chave da história, a permanente possibilidade de futuro.*

É assim, sem tirar nem pôr, inteiro e jovial, que Cláudio continua meu amigo. Sempre atento à realidade, lida criticamente a partir dos de baixo, da base da pirâmide, e sempre capaz de retomar os valores sobre os quais a esperança se mantém firme. Sempre aberto ao futuro, mas sempre com os pés no chão, como a lembrar que a paixão corajosa e radical de Jesus de Nazaré pela construção do Reino, obra divina e humana, se enraizava no dia a dia, na surpreendente capacidade de perceber a fé presente nas pessoas mais simples e pobres. Sua paixão pelo Reino dava sentido, iluminava a realidade, abria o coração para reconhecer a surpreendente presença de Deus nas pessoas, e abria sua inteligência para perceber onde e

em quem Deus não estava por causa do uso egoísta da liberdade, casada com interesses de riqueza e poder e não com a solidariedade e o amor.

Por outro lado, o amigo Cláudio é capaz de não me deixar enjaulado nos limites do tempo e do espaço. Estimulado pelo espírito sempre curioso do cientista e, ao mesmo tempo, pelo contemplativo teólogo Teilhard de Chardin, ele passou a vida inteira identificando onde e como estava avançando a cristificação da história natural e humana. Portanto, onde e como estava em ato o processo revolucionário de transformação constante de tudo, rumo ao Ômega, ao ponto de máxima humanização com o máximo de amorização, ao novo céu e nova terra.

Como sei e continua real tudo isso? É o que tentarei revelar no pequeno espaço deste artigo.

Parcerias da juventude

Destacarei duas, e os leitores podem imaginar quantos diálogos, inseguranças e criatividade foram necessários para viabilizá-las. Afinal, os anos 60 foram tempos de quase crença no desenvolvimentismo com reformas de base, e tempos em que, dentro desse movimento democratizante, reorganizaram-se as forças conservadoras, e elas, percebendo que não poderiam retomar o mando político via processos da democracia formal, não tiveram dúvida de chamar o Exército para impor uma ordem impopular, mas necessária para eles.

Havia sede, elaboração de propostas e pressões em favor da reforma de toda a educação, e como parte dela, a reforma do ensino universitário. Nada estranho, então, que os estudantes de filosofia e teologia que se preparavam para a missão presbiteral tivessem sede e lutassem por uma profunda reforma dos estudos de filosofia e teologia. Em seu favor, tinham também os movimentos renovadores que influenciavam e eram incentivados pelo Concílio Vaticano II.

Da mesma forma que na sociedade como um todo, também na Igreja Católica houve desconfianças e pouca disposição para as mudanças. Os responsáveis pelos centros de formação em filosofia e teologia viviam o que foi denunciado pelo jovial e saudoso Papa João XIII: estavam com as janelas fechadas, e tinham medo e sentiam necessidade de reprimir quem desejasse abri-las. O Papa insistia: abram as janelas, deixem o sol entrar; é preciso

aggiornare, isto é, colocar-se em dia com a história para nela interferir com a mensagem do Evangelho.

Foi o que procuramos fazer: saímos das casas de formação em que estávamos, buscamos outros grupos de estudantes religiosos que sentissem a mesma necessidade, e, a partir desses contatos e diálogos, foi tomada a decisão de se organizarem para pressionar em favor das mudanças. Nasceu o que foi denominado União dos Seminaristas Maiores do Sul, USMAS, e em seguida, para responder mais eficazmente à resistência institucional, essa União se ampliou, articulando seminaristas de diversos estados do país.

Foi nesse caminho de busca de atualização e renovação que, entre outras pessoas, encontrei com Cláudio Perani. E foi com ele e alguns de seus colegas jesuítas, junto com alguns estudantes capuchinhos e do nosso seminário que amadurecemos a ideia de promover semanas de estudo de temas novos como forma de nos adiantarmos ao que desejávamos como renovação estrutural. Foi assim que nasceram dois grandes encontros, abertos a estudantes de filosofia e teologia de outras congregações religiosas: um sobre o pensamento de Teilhard de Chardin, e outro sobre Teologia do Desenvolvimento.

Teilhard de Chardin ainda era um autor proibido. Mas havia especulações sobre a influência de suas pesquisas e pensamento na visão e até nos documentos publicados por João XXIII. De toda forma, nos debates conciliares, em que os dilemas europeus em relação à fé e ateísmo, fé e ciência, fé e política, eram centrais, é evidente que Teilhard foi trazido para o debate. Nesse contexto, a Semana Teilhard de Chardin só poderia ser realizada no ambiente relativamente autônomo dos jesuítas. Além disso, assim como Cláudio, outros colegas estavam elaborando seus trabalhos de encerramento do curso de teologia sobre Teilhard, e estavam em melhores condições para organizar o evento. Se bem lembro, a temática de Cláudio foi o processo de cristificação, a presença transformadora do Verbo de Deus, da Palavra criadora em todo o longo processo de evolução da Terra e dos seres vivos, infundindo-lhe uma dinâmica de mutação do mais simples ao mais complexo, do infra-humano ao humano, da biosfera para a noosfera. E este “alfa” é também o “ômega”, que atrai a humanidade e toda a criação para ir sendo “novo céu e nova terra”, com formas de vida cada vez mais próximas do Reino de Deus.

A temática Teologia do Desenvolvimento tinha tudo a ver, por um lado, com o que estava acontecendo na sociedade brasileira, mas foi espaço também para debates sobre o caráter estrutural do desenvolvimento, desvelando as contradições de uma sociedade com

uma economia assentada em bases capitalistas. Foi por isso, provavelmente, que as palestras do Padre Hugo Assmann, recém-chegado da Alemanha, onde havia aprofundado seus estudos sobre ética e moral, foram as mais polêmicas. Encarando o capitalismo de forma crítica, e fundamentando a percepção de que ele é estruturalmente explorador do trabalho humano, Ugo levantou a tese da revolução social como caminho de um verdadeiro desenvolvimento, e por isso, para os cristãos, a necessidade de aprofundar a temática do “etos revolucionário”: é legítima a decisão de implementar um processo revolucionário? Se é, como o cristão deve posicionar-se em relação a ela?

Retomando a história da Teologia da Libertação, é praticamente certo que estas palestras foram as primeiras contribuições em relação à dimensão da ética. E não será estranho que Hugo, ao perceber que não mais poderia continuar vivo se permanecesse no Brasil dominado pela ditadura militar, se dirija à América Central e contribua com o avanço da denominada teologia da economia, em que se aprofunda a temática da falsa ética capitalista, da transformação da economia capitalista em religião, em que são adorados ídolos cada vez mais violentos, até chegar aos que só se aplacam com sangue humano, como já havia destacado Karl Marx no “O Capital - a Crítica da Economia Política” ao falar da dominação e da alienação provocada pelo capitalismo dominado pelo capital financeiro.

Como conclusão dessas “parcerias da juventude”, vale destacar três aprendizados: Cláudio, eu e tantos outros que nos arriscamos dar esses passos quando jovens carregamos por toda a vida o gosto pelo estudo, pela reflexão crítica séria, pelo direito de buscar o conhecimento mesmo contra repressões institucionais reacionárias, preconceituosas; junto com isso, carregamos o compromisso de estar atentos ao novo renovador, às iniciativas e movimentos voltados a enfrentar o que produz divisão de classes, marginaliza, gera riqueza junto com mais pobreza; assumimos igualmente o compromisso de sermos críticos em relação às formas concretas de práticas eclesiais, buscando, com liberdade e autonomia, aprofundar as melhores relações históricas entre seguimento de Jesus de Nazaré e práticas pastorais, em que o estar com e caminhar com os pobres fosse o sinal visível de fidelidade.

A terra é de todos

Depois de alguns anos em territórios diferentes, Cláudio em Salvador e eu em Caxias do Sul, abrimos nova parceria em torno de duas necessidades: a articulação das pessoas e

grupos dedicados à educação e à pastoral popular, e a luta pela terra. Na verdade, a temática central será a da terra, já que a articulação se tornará uma estratégia de ação e de defesa através da Comissão Pastoral da Terra.

De toda forma, vale recordar que em 1974 realizamos juntos, em Salvador, o Encontro Nacional de Articulação, nascido da sugestão do “grupo não grupo” de bispos que haviam publicado três documentos marcantes sobre a realidade brasileira e a missão do cristianismo nela em 1973: “eu ouvi os clamores do povo”, de bispos e superiores religiosos do Nordeste; “marginalização de um povo – o grito das Igrejas”, de bispos do Centro Oeste; e “I-juca pirama – o índio, aquele que deve morrer”, de bispos e missionários participantes da pastoral indigenista. De fato, depois de impressionante efeito dos três textos, estes bispos decidiram que o passo a ser dado seria apoiar a realização de um encontro nacional dos ameaçados por atuarem em educação e pastoral popular, como aconteceu com toda a equipe pastoral da Prelazia de São Félix em 1972.

Uma das decisões deste Encontro foi organizar uma equipe encarregada de completar um mapeamento de pessoas e grupos envolvidos nessas práticas populares que desejassem articular-se com as que se haviam reunido em Salvador. Mas, no meio do caminho, dando-se conta que já existia o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, e que havia um movimento interno de redefinição da sua missão e de reorganização, a pergunta que se impôs foi: não seria melhor avançar na articulação por setores: os que atuam na realidade rural, os que atuam na realidade urbana? Como a resposta foi positiva, reconhecendo a diversidade e a complexidade do Brasil, os primeiros passos dados levaram à criação da Pastoral da Terra.

Cláudio e a equipe do CEAS, que já haviam ajudado no encontro de articulação, foram parceiros de primeira hora e qualidade no processo de geração da CPT. Os Cadernos do CEAS já eram ponto de referência para a reflexão crítica, e o CEAS já havia começado a publicar uma pesquisa sobre as relações de Aviação na Amazônia. Por esse motivo, a equipe que assumiu a organização do Seminário sobre Pastoral na Amazônia Legal decidiu convidar o CEAS, especialmente os padres Cláudio e Andrés, como assessoria. E foi aí que voltamos a atuar novamente juntos.

Deixando de lado o tanto que Cláudio nos ajudou a enfrentar conflitos, é indiscutível que se deve a essa assessoria o rumo que o processo tomou: propor a criação da pastoral da terra como iniciativa ao mesmo tempo ligada pastoralmente à CNBB e autônoma; ser articulação dos que trabalham pastoralmente com camponeses e um serviço para que as

dioceses assumam essa causa; ser um serviço aos diferentes tipos de camponeses, lutando com eles por seus direitos; ser iniciativa aberta, tanto na dimensão ecumênica, quanto na atuação junto às organizações sindicais; centrar forças na conquista da reforma agrária... E sempre priorizando o apoio a organizações autônomas e ao protagonismo dos empobrecidos.

Uma vez reconhecida pela CNBB com essas características, depois de meses de diálogo, fui convidado e, mesmo consciente dos riscos, aceitei ser, sozinho, o primeiro secretário executivo da CPT a partir do final de 1975. Durante os cinco anos em que exerci essa responsabilidade, e provavelmente mais ainda depois, quando permaneci na CPT como assessor, especialmente dedicado à formação, os diálogos com Cláudio se mantiveram constantes. E eram, muitas vezes, aparentemente tensos, já que havia diferentes pontos de vista. Digo aparentemente porque nunca resultaram em afastamento. Pelo contrário, como a paixão pelo povo era comum, e sempre inspirada em Jesus de Nazaré, as divergências nos levavam a aprofundar nossa compreensão da realidade e buscar luzes para definir com mais acertos as formas concretas de ação.

Cláudio nunca gostou muito das relações institucionais, fossem com a Igreja ou com o Estado. Como seguidamente os diálogos eram partilhados com o Pe. Andrés, e às vezes com outros membros da equipe, com certeza a forma de vida de andarilho e a compreensão da missão cristã de Andrés influenciou muito a visão de Cláudio. Não discordava deles em relação ao trabalho local, e em relação à metodologia de contato e apoio a organizações mais autônomas, mas colocava sobre a mesa a questão: como nos apoiaremos, se todos ficarmos imersos nas comunidades? Será importante, ou até necessário, termos ferramentas fundamentalmente a serviço da articulação e, a partir daí, da troca de práticas e busca de melhor metodologia? Mais ainda, não será importante haver quem cuide da entrada de novas pessoas, garantindo processos de formação para a ação com metodologias participativas?

Mesmo fiel a práticas concretas junto ao povo explorado e excluído de oportunidades, Cláudio nunca se negou assessorar assembleias e encontros de formação da CPT. Ele insistia que a pastoral da terra precisava ter clareza em relação à sua missão: estar ao lado, apoiar as lutas e reforçar as organizações dos camponeses, para que eles fossem os protagonistas na conquista, defesa e promoção dos seus direitos, incluído o direito à terra. Era preciso evitar a tentação de ser apenas um grupo de ação pastoral da igreja católica. Seu lugar permanente de atuação devia ser nas comunidades de peões, posseiros, assalariados rurais, pequenos

proprietários, sem-terra, enfrentando com eles os conflitos e aumentando sua capacidade de luta.

Ao pedirmos que nos ajudasse a aprofundar uma visão teológica em relação à forma de ser pastoral a terra, campo em que contribuiu imensamente o biblista beneditino Marcelo Barros, Cláudio nos provocava: já temos teologias suficientes; o que precisamos, agora, é ir ao encontro das pessoas em sua situação concreta e caminhar com elas. Ele estava, de certa forma, retomando a introdução dos documentos da Conferência Episcopal Latino-americana de Bispos realizada em Medellín, Colômbia, em que se insistia que, sem deixar de ser um tempo de reflexão, este é primordialmente um tempo de ação.

Fechando esse novo tempo de convivência, parceria e busca de caminhos, vale destacar a profunda e segura fé que Cláudio tenha de que a melhor forma de relacionar-nos com Deus, de ouvir a sua voz, de renovarmos a missão e de caminhar na direção do Reino de Deus era estar com, escutar, buscar caminhos através do diálogo com os empobrecidos, em seu caso e no meu, com os explorados e deserdados do campo. Sua contribuição à reflexão sobre a missão da igreja, de excelente qualidade teológica, teve sempre como *lugar teológico* a vida e as iniciativas dos setores populares marginalizados. E seu mestre nesse caminho foi sempre Jesus de Nazaré.

Pela vida da Amazônia e seus povos

A mais recente mediação de nossos diálogos tem sido a Amazônia. Quando Pe. Cláudio foi trabalhar na Amazônia e assumiu responsabilidade em relação aos colegas da região, em 1995, eu havia iniciado minha colaboração com a Cáritas Brasileira, e raramente nos comunicamos. Mesmo assim, ao aceitar o convite para assessorar a organização de um grande encontro da Igreja na Amazônia, com o objetivo de celebrar os 40 anos do Encontro de Santarém e de atualizar os compromissos assumidos logo depois da Conferência dos Bispos da América Latina em Medellín, foi a oportunidade para retomarmos nosso diálogo. Evidentemente, a temática central foi sobre a missão da igreja na Amazônia.

Com o objetivo de conhecer melhor a realidade da região e seus povos, e de possibilitar que a Igreja refletisse sobre sua missão a partir da escuta, para estar a seu serviço, o Encontro foi dividido em duas partes. A primeira, aberta ao público, consistiu num Seminário sobre a realidade social e religiosa, com assessorias qualificadas locais e de âmbito

nacional. A segunda foi especificamente uma assembleia eclesial, com representantes dos regionais da CNBB existentes na região. É claro que o ponto de partida dessa assembleia foram as reflexões elaboradas no seminário que a precedeu.

O título do documento final, “A Igreja arma sua tenda na Amazônia”, indica claramente que as opções eclesiais procuravam ser resposta aos apelos dos povos amazônidas. Não se tratava mais de uma igreja que chega, que vem de fora, e sim uma igreja que deseja ser amazônida com os povos amazônidas, com rosto amazônico.

Mesmo se nos debates e no documento estão explicitadas críticas à forma eclesiástica de presença, Cláudio não estava satisfeito. Para ele, era preciso descobrir formas mais adequadas de presença e de serviço aos povos. Foi com esse objetivo que ele provocou o processo de criação do SARES, um centro de pesquisa e assessoria inspirado no CEAS, que ele havia ajudado a criar no final dos anos 60 em Salvador, Bahia, mas com cara, ritmo e objetivos encarnados na realidade amazônica. Ele desejava que os irmãos jesuítas encontrassem uma forma eficaz de “armar a tenda na Amazônia”.

Apoiei com entusiasmo a criação do SARES. Havia carência de pesquisas e de assessorias qualificadas para os trabalhos das pastorais e movimentos sociais. Isso foi sentido desde a criação das CPTs da região a partir de 1976. Para contar com dados e visão crítica em relação aos processos que levaram a Amazônia brasileira às mudanças operadas a partir dos anos 70 e 80, praticamente só se contava com assessoria do Pe. Hebette, do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, da Universidade Federal de Belém, PA.

Fiel às suas opções, desde sua chegada Cláudio foi ao encontro das pessoas e famílias que viviam nas beiras dos córregos de Manaus, em palafitas. Essa realidade revelava diretamente que não havia lugar para muitas pessoas nesta cidade, e por isso elas mereciam sua atenção especial. E essa atenção não era dada pelas paróquias. Era preciso criar outras formas de presença e serviço.

Com sua inspiração, os primeiros passos das, hoje, Equipes Itinerantes, foram dados em 1997, e será no ano dois mil que a Equipe estabeleceu sua referência numa casa de palafitas. Como Jesus, os e as itinerantes chegam sem carregar missões institucionalizadas, e isso possibilita viver junto com as comunidades visitadas, conhecer sua realidade e iniciativas, escutar seus apelos e, quando possível, estimular novas iniciativas, melhorando as condições de vida.

Quando Cláudio advertia dos riscos das iniciativas sociais, e mesmo eclesiais, centrarem suas práticas ou em perspectivas econômicas ou políticas, era o “mestre povo” que o movia. Para ele, ou povo, diferente em cada realidade e tempo, era e se tornava cada dia mais o protagonista das práticas de sua libertação, ou as organizações sociais não teriam base sólida. E na perspectiva do seguimento de Jesus, mais ainda era indispensável esse protagonismo dos empobrecidos.

Por isso, quando aceitei participar da Equipe de Educação Cidadã, em 2003 e 2004, a quem cabia, numa relação direta com o presidente Lula através de Fr. Betto, mobilizar a sociedade brasileira em favor do Programa Fome Zero, um programa que devia ser a cara do novo governo, Cláudio foi educador ao me questionar: haverá condições para o povo ser protagonista da superação da fome a partir de um programa que vem de cima, com o peso e os recursos do governo federal? Mas ele próprio, angustiado com tantas e absurdas situações de miséria que encontrava em suas itinerâncias, ficava dividido entre como aproveitar a oportunidade aberta com essa eleição de um trabalhador, tentando fazer um trabalho com algo da educação popular, e manter-se firme nos processos de construção do poder libertador do próprio povo submetido à pobreza e à miséria.

Esse questionamento me levou a agir com firmeza, junto aos colegas da equipe, no sentido de elaborar materiais de apoio e desenvolver atividades nas bases do Fome Zero tendo sempre presente as intuições e a prática da educação popular libertadora. Ele certamente me ajudou a tomar a decisão de sair do Programa quando foi modificado em sua inspiração básica, no início de 2004, sendo reduzido a um programa de distribuição de poucos recursos aos miseráveis sem praticamente nenhuma prática de educação e mobilização social. A decisão foi, ao mesmo tempo, uma atitude crítica em relação à prática de alianças com partidos que não passavam de ferramenta de luta em favor da manutenção e ampliação dos privilégios das oligarquias tradicionais, com inimigos dos direitos e das propostas populares de mudança, e o retorno à militância junto às pastorais e movimentos sociais que atuam em favor do protagonismo dos oprimidos por sua libertação.

De toda maneira, desde os diálogos no tempo em que assessorei a CPT e a Cáritas, e mais ainda quando lutei pelo Fome Zero, aprendi de Cláudio a pensar a Amazônia a partir dos povos e comunidades dos Amazônidas. Já nos preocupávamos profundamente com as agressões do projeto ainda colonial, vindo de Brasília, do Sul/Sudeste do país ou de centros econômicos globais, sobre a natureza e os povos d região. Percebíamos juntos as urgências,

e isso nos ajudava a agir, mesmo estando em campos distintos de atuação, em favor da prioridade de que a verdadeira libertação só é conquistada pelo próprio povo, pelos povos, no caso da Amazônia. Foi certamente isso que me levou, e ainda me leva, a centrar a colaboração do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, em que atuo desde 2010, logo depois que Cláudio nos deixou, na promoção da Convivência com a Amazônia.

Conclusão

Ao participar e contribuir na caminhada que levou à criação do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social (FMCJS) já não podia contar com diálogo direto com Cláudio, já que ele partiu quase inesperadamente. Mas, como afirmei no começo desse artigo, ele continuou um dos meus mestres, ajudando-me a dar os passos que a realidade torna possíveis sem esquecer que eles só terão sentido histórico se consolidarem o protagonismo popular. Ao colaborar para que, já em 2005, a Assembleia Popular, nascida da Semana Social Brasileira, avançasse na explicitação do “Brasil que a gente quer” tendo presente os diferentes biomas em que os povos vivem, a preocupação foi que a consciência dos povos e das organizações que estão ao seu serviço tivessem presente que tudo que se faz provoca respostas diferentes por parte da natureza. São respostas que a natureza dá a partir das diferentes características de cada bioma. Isso ajudava a criticar com maior profundidade as agressões das iniciativas dominantes, mas alertava que também nas iniciativas populares precisamos ter com em conta a necessidade de diálogo com os biomas.

Em outras palavras, não existe um “povo” ou uma “comunidade” em abstrato, iguais em todas as realidades do Planeta. Até os povos são diferentes por viverem em diferentes berços de vida, em diferentes biomas. Ter presente essa dimensão da realidade tem tudo a ver com a educação popular. Trata-se de partir dos diferentes povos que vivem em biomas com possibilidades e limites diferentes; com experiências históricas e culturais diferentes; com desafios e com práticas de construção das condições de vida igualmente diferentes.

Ao ir incorporando mais uma dimensão constitutiva da realidade atual, a do processo de aquecimento global e das mudanças climáticas provocados por ele, mais uma vez as consequências desse processo são percebidas e interferem na vida cotidiana e nas iniciativas populares de forma diferente em cada bioma. Apenas para exemplificar, seria superficial e

até irresponsável achar que os efeitos desse processo seriam iguais na Caatinga e na Amazônia, ou no Cerrado.

Por isso, ao assumir a assessoria e apoio à coordenação nacional do Fórum MCJS, procurei contribuir no sentido de trabalhar a temática das Mudanças Climáticas a partir de cada bioma e a partir das percepções populares em relação a elas. Se elas já se dão conta, andam preocupadas, certamente a reflexão crítica pode contribuir para que percebam o que está causando essas mudanças em relação ao que era a natureza, o ambiente de vida em que estavam acostumados a viver e conviver. E ao se darem conta de que são mudanças causadas por causa das agressões da economia e das políticas que promovem o crescimento econômico a qualquer custo, isso vai sendo incorporado como novo desafio a ser enfrentado. Não só. Podem dar-se conta também que novas práticas populares devem ser realizadas, colaborando com a Terra no enfrentamento dos desequilíbrios que alguns seres humanos provocaram e continuam agravando.

Faz parte desse novo tempo de atuação com um diálogo indireto com Cláudio a decisão de provocar um processo de articulação de pastorais e movimentos sociais amazônicos em favor da estratégia de “convivência com a Amazônia”. Inspirados e provocados pelos avanços construídos na Caatinga com as iniciativas de promoção da Convivência com o Semiárido brasileiro, e percebendo que a política econômica dominante continua colonial, foi decidido tentar uma articulação em favor de iniciativas adequadas ao bioma, que devem ser base para a “Amazônia que a gente quer”, e para isso foi criada a ARCA – Articulação pela Convivência com a Amazônia.

Trata-se de um processo em construção. A gestação da Rede Eclesial Panamazônica (REPAM) levou as entidades ligadas à ARCA a decidirem atuar nos espaços daquela rede, evitando duplicidades de trabalho numa região em que há poucas pessoas para muitas iniciativas. De toda forma, será fundamental que a REPAM examine quanto e como está contribuindo com o processo de convivência com a Amazônia, porque sem isso não haverá crescimento do protagonismo popular; e sem esse protagonismo, não será nem a igreja, nem outro tipo de instituição, que garantirá que a Amazônia continue existindo e sendo a fonte de água para ela própria e para os demais biomas do Brasil e da América do Sul.

Dados do autor

Ivo Poletto (FMCJS)

Filósofo, Cientista Social e Teólogo. Atualmente é assessor nacional do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social – FMCJS.

CLÁUDIO PERANI, UM PAULO FREIRE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

José Ricardo Wendling (ALEAM)

Informações do artigo

Recebido em 05/06/2018

Aceito em 06/07/2018

doi> 10.25247/2447-861X.2018.n244.p342-349

Resumo

Agora em 2018 completa 10 anos do falecimento de Padre Cláudio Perani. A sua atuação profética e seu legado não pode ser esquecido. Até por que está presente nas instituições, entidades e pessoas que, por sua inspiração, continuam testemunhando e lutando, assim como ele fez por toda a vida, pelos direitos do povo pobre e explorado no Nordeste e na Amazônia. Tive a oportunidade e conhecer Padre Cláudio Perani, em Manaus/AM. E ele foi muito importante na minha caminhada política. Foi inspiração. Deu incentivo. Cobrou. Esse texto, embora curto, expressa um pouco da importância do trabalho de Padre Cláudio na formação e conscientização política de lideranças no Amazonas.

Palavras-Chave: Paulo Freire. SARES. Formação e consciência política. Movimentos Sociais.

Introdução

Agora em 2018 completa 10 anos do falecimento de Padre Cláudio Perani.

A sua atuação profética e seu legado não pode ser esquecido. Até por que está presente nas instituições, entidades e pessoas que, por sua inspiração, continuam testemunhando e lutando, assim como ele fez por toda a vida, pelos direitos do povo pobre e explorado no Nordeste e na Amazônia.

Tive a oportunidade e conhecer Padre Cláudio Perani, em Manaus/AM. E ele foi muito importante na minha caminhada política. Foi inspiração. Deu incentivo. Cobrou.

Esse texto, embora curto, expressa um pouco da importância do trabalho de Padre Cláudio na formação e conscientização política de lideranças no Amazonas.

Conhecendo a sua história

Padre Cláudio Perani estava enfermo, enfrentando a doença, continuava firme, pedia orações, muita gente rezando, mas Deus já havia decidido que o trabalho dele já tinha sido concluído. Fez a sua parte, combateu o bom combate. E em 08 de agosto de 2008 faleceu, aos 76 anos de idade.

Eu não conhecia a sua história de lutas antes dele chegar à Manaus e se inserir nas lutas do povo do Amazonas.

Na leitura do depoimento de Emiliano José, ex deputado federal da Bahia, pude ter uma ideia do envolvimento, compromisso e dedicação de Padre Cláudio com as causas populares e a luta pelos direitos humanos. Emiliano diz que Padre Perani era o “Paulo Freire dos Movimentos Sociais”.

Fiquei impressionado com relatos que demonstram o trabalho, a firmeza e o entusiasmo na defesa dos mais pobres, nos testemunhos do engajamento de Padre Cláudio no surgimento das Pastorais Sociais, na organização da Comissão Pastoral da Terra – CPT em 1975, na luta contra a ditadura e no apoio aos perseguidos pelo regime militar.

A valorização da política, a participação popular, os direitos do cidadão, a luta contra as opressões e injustiças são marcas desse religioso italiano, da congregação Companhia de Jesus, que veio ao Brasil na década de 60 e por mais de quatro décadas ajudou a lutar pela vida do povo brasileiro.

Posso comparar Padre Cláudio Perani ao Padre Humberto Guidotti, também italiano, que por mais de 30 anos esteve na Amazônia, lutando pelos direitos humanos, coordenando a CPT, o Centro de Direitos Humanos da CNBB-Norte I, o Fórum pela Ética na Política, e com muita coragem apoiou a luta do povo sofrido contra as injustiças e desmandos do Estado e de interesses poderosos. Perani e Guidotti são profetas dos tempos atuais.

Padre Cláudio Perani teve forte atuação na Bahia. Os amigos enfatizam o trabalho realizado através do Centro de Estudos e Ação Social e o engajamento e apoio aos trabalhadores de rua, às lutas de moradores nos bairros, no apoio à candidatos de esquerda, na busca de alternativas para melhorias para o povo nordestino. Depois, ele continuou essas lutas na Amazônia.

Mesmo correndo riscos, enfrentou a ditadura militar. Não mediu esforços e riscos quando colaborou em 1979 na fuga de Theodomiro Romeiro dos Santos, o primeiro militante condenado à morte pelo regime militar. Falou com amigos, buscou refúgio em conventos de freiras, convenceu bispos, mudou de endereços, até conseguir que o Theodomiro saísse do país, salvando a sua vida.

E o SARES surgiu

Fui percebendo a presença do Padre Cláudio no dia a dia da Arquidiocese de Manaus, nos vários eventos sociais e reflexões. Sempre com presença marcante nas formações da Campanha da Fraternidade, nos Gritos dos Excluídos e das Excluídas promovidas pela Arquidiocese de Manaus, na atuação das Pastorais Sociais, inclusive a nível regional. O Apoio ao CIMI na defesa das demarcações de terras indígenas e à CPT na luta pelo direitos dos trabalhadores e agricultores familiares perseguidos pelos latifundiários e contra os invasores dos lagos e das pescas predatórias.

Num belo dia, ele me convidou para participar de uma reunião, junto com Padre Roberto Jaramillo e algumas poucas pessoas, para discutir a criação de uma entidade que pudesse trabalhar a formação política de militantes sociais, não só ligados à Igreja.

Certamente outras reuniões foram realizadas antes, mas desta pude participar, pois Padre Cláudio tinha interesse de ouvir as minhas opiniões, em função da minha participação nas pastorais sociais da Arquidiocese de Manaus, e pela minha militância na entidade que congrega os economistas do Amazonas e pela atuação política pelo Partido dos Trabalhadores.

A reunião ocorreu na casa dos Jesuítas no bairro de São Jorge, em Manaus.

Percebi a o esforço de Padre Cláudio de organizar uma entidade a semelhança que ele coordenava na Bahia. Surgiu então o Serviço de Ação, Reflexão e Educação Social – SARES, numa parceria entre a Companhia de Jesus, a Arquidiocese de Manaus/Cáritas Arquidiocesana e os Irmãos Maristas.

Foi em fevereiro de 2004, que participei da discussão da proposta da criação da Escola de Formação Política do Sares, onde se dizia que uma das grandes necessidades das sociedades amazônicas se ligava à carência da formação da consciência e da prática política.

Padre Cláudio dizia que vivemos uma realidade de corrupção, de clientelismo, da má utilização dos recursos públicos, dos políticos decidindo tudo sem ouvir o povo e não vendo suas necessidades.

Neste contexto, a Escola de Formação Política era importante para a formação de agentes, que pudessem ter elementos teóricos e instrumentos práticos, para resgatar o interesse popular pelas questões políticas e para intervir na realidade social, local, nacional e internacional.

Considereei importante as estratégias da Escola de Formação Política do SARES, alicerçada em três linhas de ação: Formação de lideranças populares para a ação social; Formação de agentes de intervenção política; e a Formação da consciência cidadã e da opinião pública sobre questões políticas locais, nacionais e internacionais.

Padre Cláudio reuniu uma boa equipe para o curso de Formação para a Ação Social – FAS, iniciado no 2º semestre de 2004. Profissionais de várias áreas do conhecimento, e que faço questão de registrar: Marilene Correia, Edineia Mascarenhas, Ivania Vieira, Raimunda Nonata Correia, Sandra Noda, Hiroshi Noda, Marcio Monteiro, Erika Almeida, Rodrigo Reis, Francy Junior, Márcia Maria de Oliveira José Dirley de Brito, Pedro Seffair Neto, José Seráfico de Assis Carvalho, Lino João de Oliveira, Egon Heck, José Aldemir de Oliveira, Egon Heck, José Aldemir de Oliveira, Irmão Edeney Barroso, Raimundo Nonato Pereira da Silva, Brás Cogo, Paulo Filizola, Francisco Lobens, Hildeberto Correia Dias, Henrique Santos Pereira, José Ricardo Wendling, Adilson Vieira, Arnaldo Santos, Teresinha Weber, Paulo Monte, Cláudio Perani e Roberto Jaramillo. Outros depois também foram convidados.

Em dezembro de 2004, em reunião do SARES, convidado pelo Padre Cláudio, participei de uma reunião com o objetivo de colher ideias sobre modalidade e conteúdo de um eventual curso de política oferecido a um público pluripartidário, a ser iniciado no segundo semestre de 2005. Daí surgiu o curso Formação para a Intervenção Política Local – FIP-L, que teria o reconhecimento da UFAM como especialização em análise política. Participaram políticos, sindicalistas, lideranças comunitárias e de movimentos sociais.

Foi muito importante o surgimento do SARES. Não havia nenhuma outra iniciativa semelhante na linha da formação sócio política. Na Arquidiocese, o Padre Humberto Guidotti havia iniciada a Escola de Formação e Cidadania Ativa em 1991 que durou alguns poucos anos. Depois a própria Arquidiocese de Manaus, em seu planejamento pastoral, estimulou o surgimento de Escolas de Fé e Vida, ou Fé e Política nos setores e paróquias. Em algumas teve cursos de dois anos. Mas em outras comunidades não foi adiante.

O SARES surgiu como uma proposta de formação de lideranças sociais e políticas. E firmou parceria com a Universidade Federal do Amazonas, como curso de extensão, o que qualificou ainda mais os cursos. E Padre Cláudio foi o grande protagonista.

Conscientização política

Padre Cláudio considerava fundamental a participação político do povo. Se envolver nas eleições, conhecer os candidatos, estimular lideranças a participarem da política. Não se omitir. Padre Cláudio acreditava na conscientização política. Para tanto, em cada eleição, se envolvia na produção de subsídios que pudesse orientar os eleitores, e também as lideranças comunitárias.

Para as eleições do ano de 2006, contribuiu na elaboração da cartilha “De novo na luta, desta vez vamos mais fundo”. No texto dizia “Somos novamente convidados a exercer nosso direito de voto. Há em muitos setores populares um certo desânimo, porque as coisas não mudaram como era esperado, depois das últimas eleições. O povo sabe que a caminhada é difícil e deve continuar a luta. Os movimentos populares são muito importante, mas, é necessário fortalecer os partidos e os políticos que defendem o povo”. E acrescentava as palavras ditas por uma Papa “a política é uma forma sublime de exercer a caridade”.

Neste ano, quando já estavam definidas as candidaturas para Presidente da República, Governador de Estado, Senador, Deputados Federais e Estaduais, Padre Cláudio elaborou um subsídio complementar, com informações sobre os partidos políticos e os candidatos, os critérios para escolher os candidatos e orientações para organizar um comitê de debate.

Também fez questão de frisar a importância de conhecer e usar a Lei federal 9.840/99 como instrumento de combate a corrupção eleitoral.

A Lei 9.840/99 é oriunda de um Projeto de Iniciativa Popular, onde mais de um milhão de eleitores assinaram a proposta de lei, que foi protocolado na Câmara dos Deputados, em Brasília, com o objetivo de mudar as regras de fiscalização das eleições. Com a lei, ficou mais claro as regras de combate a compra de votos e o uso da máquina pública para favorecer candidatos.

A lei começou a vigorar no ano de 2000 e até 2015 centenas de políticos corruptos não puderam ser candidatos ou perderam o mandato. Foi um grande vitória do povo e da Democracia.

Padre Cláudio enfatizava o lema “O voto não tem preço, tem consequências”, daí o esforço na organização de grupos e eventos de educação política antes das eleições. E

acrescentava as palavras de Frei Betto: “Governo e políticos é que nem feijão, só funciona na panela de pressão”.

Para as eleições do ano de 2008, Padre Cláudio coordenou a elaboração da cartilha “Eleições 2008: Uma Manaus Melhor é possível”, com orientações e informações, com vistas à escolha do prefeito e vereadores da cidade.

Não desanimar, dizia Padre Cláudio. “Muita gente diz: ‘votar para quê? A gente vota, muda prefeito, muda vereador, mas parece que pouca coisa muda...’ as pessoas desanimam da política quando veem coisas malfeitas. Mas nós não devemos desanimar! Ao contrário: o que estiver ruim pode ser consertado; o que estiver bom pode ficar ainda melhor!”

E dizia mais, “A participação consciente do maior número possível de cidadãos é o caminho mais eficaz para construir no município uma verdadeira Democracia: política, social, cultural, étnica e econômica”.

A cartilha tinha quatro partes. Uma reflexão, um olhar para os bairros e seus problemas; a importância das eleições para escolher pessoas que lutam em favor do povo; a fiscalização das eleições e o combate à corrupção eleitoral com o uso da Lei 9840/99; e o passo a passo para denunciar a compra de votos e os crimes eleitorais.

A cartilha foi lançada em março/2008 pelo SARES, Cáritas e Arquidiocese de Manaus e contou com a colaboração do Padre Alcimar Araújo, Delmo Roncarati Vilela, José Ribamar e de Rosiete Barros.

Acompanhando os mandatos

Fui eleito vereador em 2004, após quatro vezes ser candidato. Em 2006 fui candidato à deputado estadual, ficando como suplente. E depois em 2008 fui reeleito vereador.

Minha caminhada foi na Igreja. Grupos de jovens, coordenação de paróquia, Cáritas e Pastorais sociais da Arquidiocese, equipes de formação sócio política.

Desde que me conheceu em Manaus, Padre Cláudio sempre tinha uma palavra de incentivo, e de apoio para que não desistisse da caminhada política. Entendia a importância do leigo, engajado na Igreja, de participar também da política partidária.

Pedia para não desanimar quando perdia eleições. E quando comecei a exercer o mandato de vereador, constantemente fazia suas críticas e encaminhava sugestões para que o mandato fosse participativo e voltado para as causas populares.

Dizia: “Jose Ricardo, não se afaste do povo, fique com o povo, ao lado do povo, ajude o povo mais pobre, eles precisam ter sua dignidade respeitada, não desista do povo”.

Fazia questão de participar de audiências públicas que realizávamos na Câmara Municipal de Manaus. Numa dessas ocasiões, num debate sobre a maioria penal, em março de 2007, Padre Cláudio foi incisivo na defesa do Estatuto da Criança e Adolescente e seu cumprimento pleno. “É só o poder público cumprir a lei, criar as estruturas necessárias para acolher os adolescentes e dar oportunidades, na educação, na cultura, no lazer, na saúde, no trabalho. Cuidar da família, da moradia, do saneamento, da alimentação”, dizia Padre Cláudio.

Cobrava mais escola e menos punição. Mais acolhida, amor, do que castigos e violência.

Todo ano debato o orçamento público. Defendo o orçamento participativo. Padre Cláudio participou de vários encontros de reflexão sobre a importância do orçamento e da participação do povo na definição das prioridades dos gastos públicos. Ele dizia que “o dinheiro é público, é do povo, e o povo deve ser consultado sobre as suas necessidades e ajudar a definir as prioridades”.

Assim, Padre Cláudio acompanhou de perto o exercício do meu mandato de vereador, inclusive das avaliações anuais. Numa desses encontros de final de ano, no Sindicato dos Trabalhadores de Telefonia – SINTEL, ele cobrava mais garra em algumas questões e estratégias e meios que pudessem superar as barreiras impostas pelos vereadores que apoiavam o prefeito e impediam a aprovação de projetos e pleitos vindo do meio popular.

Poucos padres têm esse interesse de apoiar a eleição de um candidato e depois acompanhar e zelar pelo mandato. Padre Cláudio fazia isso e com entusiasmo e na perspectiva de que a política pode ser bem exercida.

Ele tinha simpatia pelo Partido dos Trabalhadores, partido no qual milito. Exaltava seus ideais de justiça, da ética e da defesa dos trabalhadores. Mas fazia as críticas quanto aos erros do PT e as alianças com grupos e políticos envolvidos na exploração do povo.

Agradecimentos

Padre Cláudio fazia questão de agradecer a todos e todas que juntos estavam nas lutas e nos embates sociais. No Natal de 2005, recebi uma carta de agradecimento de Padre Cláudio pela minha participação no SARES. Acredito que tenha enviado carta semelhante a

todos os amigos e amigas do Sares. Falava de inovações, atuação e novos desafios do SARES e da “presença, apoio e solidariedade na construção do projeto maior da Amazônia que queremos e que sonhamos em mutirão”.

E terminava a carta com as palavras de Dom Helder Camara, que certamente foi sua inspiração, nos tempos de atuação no Nordeste:

“Todas as pessoas
tem o direito de celebrar o Natal,
sentadas à mesa,
comendo, saudáveis, fraternas,
abrigadas do frio,
da chuva e do vento”

Também tenho muito a agradecer. Fica a saudade. Está presente o legado de Padre Cláudio. A luta continua.

Dados do autor

José Ricardo Wendling (ALEAM)

Economista, deputado estadual pelo PT (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM).

APORIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NAS ENTRELINHAS DA PRÁXIS EDUCATIVA DE PE. CLAUDIO PERANI

Ricardo G. Castro (ITEPES / FSDB)

Informações do artigo

Recebido em 15/05/2018

Aceito em 14/06/2018

doi> 10.25247/2447-861X.2018.n244.p350-359

Resumo

Fazendo memória da vida de Cláudio Perani, relevância é dada, a sua metodologia de trabalho fundamentada nos princípios da Educação Popular. Esta prática de Perani está presente em toda a organização do SARES como fundamento de sua ação e reflexão. Neste artigo busca-se uma interação da metodologia peraniana com a perspectiva das teorias da Interculturalidade e dos estudos pós-coloniais. Nossas aporias se estendem sobre os processos de elaborações de políticas públicas, valorização da sabedoria popular e história dos movimentos sociais da Amazônia que foram temáticas tão importantes na militância e vida intelectual de Claudio Perani.

Palavras-Chave: Perani. Educação popular. Interculturalidade. Pós-colonial.

Introdução

Nestes tempos de consciência sobre a importância da Amazônia, para os povos da amazônica e para o mundo, vários exemplos de ação e reflexão se apresentam para a dinâmica histórica atual. Um desses exemplos é do saudoso Pe. Claudio Perani. Refletir sobre sua prática de vida nos oferece inspiração e elementos metodológicos para continuar nesta luta histórica por libertação e vida digna para os mais pobres.

Nossa reflexão pretende enfatizar contextos e conteúdos retirados da vivência concreta do projeto de ação e reflexão promovido pelo Sares, principalmente nos anos de 2005-2010. À luz dessas experiências, enfatizaremos quatro aspectos fundamentais que nascem do trabalho de equipe do Sares, coordenado pelo Pe. Claudio. Nosso projeto, além de outros aspectos, deu grande ênfase aos **processos políticos na Amazônia**; o desafio de elaborar **políticas públicas** com o povo, de modo organizado e com ética; a valorização da **sabedoria** popular que resulta da história dos **movimentos sociais na Amazônia**.

Sobre essas trilhas vamos caminhar, rememorando e atualizando as contribuições e orientações que brotam de um missionário jesuíta italiano que aprendeu e nos oferece uma metodologia popular de educação para viver o evangelho de Jesus de Nazaré nessas terras molhadas da Amazônia e sonhar o Reino de Deus na busca de sua justiça.

Processos políticos na Amazônia

Nossas sociedades na Ameríndia são resultado de um intenso processo histórico de convergência de culturas. Enquanto o conceito pluricultural é utilizado para caracterizar o contexto social, a interculturalidade descreve a relação entre as culturas dentro de um determinado contexto. O prefixo “inter” pode significar processo de interação, trocas simbólicas, interdependência; “culturalidade” se refere aos aspectos enriquecedores das culturas: valores, modos de vida, representação simbólica dos grupos e indivíduos. Interculturalidade é parte integrante dos processos históricos do encontro entre culturas que as levam a interagir umas com as outras. O que se pensou foi que este processo teria como resultado uma homogeneização cultural, mas o que ocorreu foi um processo de interação e influência entre culturas, umas com as outras, em que as diferenças permanecem e ao mesmo tempo evoluem. Como a interculturalidade nos ajuda a compreender o contexto histórico amazônico? ¹

Na Amazônia a convergência histórica da cultura indígena com as culturas ibérica, afro e nordestina fez nascer um contexto pluricultural e intercultural particular. Nela ocorreu, ao longo de um processo histórico, influências recíprocas que ainda hoje geram convergências e divergências, porém sempre num dinamismo relacional. Aspectos e elementos culturais e religiosos indígenas estão presentes no cotidiano dos amazônidas. Assim como muitos elementos ocidentais passam a fazer parte da vida dos povos da região, principalmente no aspecto linguístico.

O projeto colonizador procurou elaborar representações de inferiorização e demonização da cultura daqueles que foram colonizados, construindo formas de poder para o domínio colonial. Desse modo, as culturas e as sociedades locais foram dominadas e exploradas.

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios

¹ Cf. PANIKKAR, Raimon. **El imperativo cultural**. In: FORNET-BETANCOURT Raúl (Ed.), *Unterwegs zur interkulturellen Philosophie*. Frankfurt/M. 1998, p. 20-42; FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Transformación intercultural de la filosofía**. Bilbao, 2001.

de expressão exteriorizantes ou objetivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados.”²

Os povos tradicionais da Amazônia, assim como escravos africanos, foram entendidos como não humanos ou semi-humanos, quase animais, sexualmente monstruosos e selvagens. O homem branco burguês ocidental se autoconsiderou o sujeito adequado para governar. Pensou-se um ser civilizado, heterossexual e cristão, capaz de raciocinar e agir adequadamente. A mulher, no contexto colonizador, é caracterizada principalmente como aquela que reproduz o poder de dominação masculina e do capital. Hoje, as culturas se esforçam para se conhecerem a partir de si mesmas, para eliminar preconceitos e estereótipos culturais.

A partir da análise proveniente das teorias pós-coloniais, começamos a compreender que o contexto sociorreligioso da Amazônia é resultado da mestiçagem, sincretismo e do hibridismo histórico, cultural e religioso. A colonização, em suas várias formas, criou sua própria representação desigual tanto da cultura como dos nativos. Pos-colonialismo é, portanto, um termo dado para uma abordagem teórica e crítica em estudos literários e culturais que designa uma política de resistência transformacional para formas injustas e desiguais das práticas coloniais.³

O pós-colonial se articula a partir de alguns pressupostos básicos. Usa de uma abordagem antiessencialista de identidade. Privilegia as diferenças mais que as semelhanças. A sua visão política é pluralista e anti-hegemônica (celebra abertamente a crioulicidade, a diáspora e o hibridismo e, ao mesmo tempo, problematiza todas as formas de subalternidade e subjugação). Relaciona a representação com o poder.⁴ A partir dessa perspectiva, as características históricas dos povos da Amazônia são resultado da confluência, das releituras feitas nas práticas cotidianas, de ritmos, cores, danças, linguagens e experiências do transcendente. A sociedade, a política, assim como a religiosidade na Amazônia são compostas da contribuição de muitos saberes de origens diversas.

² QUIJANO, Anibal. Da Colonialidade à Descolonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do sul**. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.

³ HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 99-100.

⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 179-190.

Frente a essa realidade complexa, alguns princípios fundamentavam a prática educativa do Sares. Nas palavras de Perani, havia sempre a ênfase sobre “fazer o possível”, o que se pode fazer agora neste momento com as pessoas e recursos disponíveis. Valorizar as práticas cotidianas. Priorizando os processos que conduzem à ação. Sonhar a utopia, mas trabalhar com o que se tem na realidade. As transformações social e política da vida do povo que vive numa constante luta com problemas reais de sobrevivência exigem processos educativos libertadores. Os processos educativos do Sares, nos tempos do Claudio, tinham como meta, a longo prazo, libertação e transformação social a partir do povo organizado nas diversidades de iniciativas populares.

A compreensão dos processos políticos na Amazônia, segundo Perani, passaria por “um contato concreto com a realidade da vida das pessoas”. Nesse processo, orientava para a valorização das visitas, a conversa gratuita com os moradores das localidades. A partir dessa prática se elaborariam as análises de conjunturas. Ação e reflexão se elaboram a partir de uma relação estreita, entre a as teorias e as práticas, entre a biblioteca e contato com o povo.

A construção de uma sociedade pós-colonial ocorre através de processos democráticos cotidianos, baseados no melhoramento da comunicação – do diálogo; no aprendizado da escuta e na capacidade de expressar nossas intuições; no aprendizado de fazer uma análise de conjuntura, para diagnosticar necessidades e soluções; saber analisar as causas dos problemas e planejar e agir juntos em equipes, organizações e movimentos sociais.

As propostas educativas de Perani se tornam uma crítica desafiante aos processos educativos coloniais ainda em curso em nossas instituições de ensino. Ainda somos praticantes passivos de um mimetismo pós-colonial, que se sente no dever de imitar padrões europeus e norte-americanos, que vão das estruturas políticas até a reprodução de estratégias de ensino das matrizes do norte do mundo. Os textos que lemos são quase todos os clássicos do velho mundo, com pouca ou nenhuma valorização dos saberes cotidianos e tradicionais de nossos povos.

A educação, na metodologia popular de Perani, é necessariamente transformadora do ser humano e de seu contexto social e político. Educar significa, sim, aprender a fazer e construir o mundo, mas, acima de tudo, é um tornar-se constante, aprender a ser, na convivência e no cuidado.

Perani procurou seguir a intuição dos métodos populares de educação que rejeita o pensamento abissal único. Fundado sobre o mito da produção, consumo e lucros ilimitados, o pensamento colonial espalha sobre o mundo seu estilo de democracia e livre mercado, que gera estruturas de corrupção, guerras e uma hegemonia política imperial em todo o mundo.

A descolonização que ocorre a partir de modelos alternativos de educação popular, procura primeiramente compreender as lógicas da colonialidade do saber-poder, para transitar em direção de um ser-saber, um saber-com. Nessas metodologias educativas pós-coloniais, geradoras de processos transformadores, valorizam-se outras experiências políticas, outros modos de construção do saber e alternativas econômicas. Aqui é importante compreender a complexidade que tece diversidades de experiências e saberes, que foram obscurecidos, desprezados e rejeitados pelo ocidentalismo patriarcal dominante. Valoriza-se a interação entre teoria e prática, lutas sociais e projetos alternativos políticos e econômicos que compõem a re-invenção da Ameríndia, a partir de seus povos e tradições.

Elaboração de políticas públicas com o povo

Segundo Perani, a transformação política da sociedade ocorre a partir da divisão e diversidade de ações populares. Claudio não acreditava no axioma “divide e impera”. Para ele, a diversidade, a contradição é um fato importante para a transformação social. Unidade não é uniformidade, mas valorização da diversidade de ações e opiniões. As divisões e a diversidade de ações políticas mantêm o controle social e político, exigindo uma constante análise de conjuntura por parte dos movimentos de transformação social.

Planejar políticas públicas inclui muitos níveis de participação que não são levados em conta pelas democracias representativas. O povo organizado em movimentos e organizações sociais, conselhos administrativos, precisam estar engajados em diferentes níveis de participação na elaboração das políticas, definindo as necessidades, formulando prioridades e metas, elaborando sugestões e propostas, num processo constante de avaliação.

Contribuir com processos educativos para uma consciência crítica de sua própria situação é vital para a mudança de estruturas sociais e políticas. Se o povo de modo geral possui uma história de submissão, passividade e dominação por gerações, sua habilidade de mudança e mesmo de imaginar uma nova sociedade acontecerá de modo hesitante e demorada. Por isso, a prática é importante. Participação nas discussões de grupo e do

movimento motiva a exercer o poder de ser sujeitos de escolhas e decisões. Capacitar para elaboração de projetos e gerenciamento deles.

Metodologias educativas populares para uma nova política aprendem alternativas ao poder de dominação patriarcal e colonizador. Aprendem a valorizar o “poder comunitário” que contribui para o desenvolvimento de uma noção de justiça que enfatiza mutualidade, responsabilidade e cuidado ecológico. Leonardo Boff define essa realidade de “*poder-mão-entrelaçada*. É o poder participativo e solidário, representado pelas mãos que se entrelaçam para se reforçarem e assumirem juntas a responsabilidade social.”⁵

Um dos maiores obstáculos no processo de elaboração de projetos e políticas públicas é como lidar com os conflitos. Perani afirmava que “o conflito nem sempre significava destruição do projeto. Era necessário, usar do conflito como possibilidade de revitalização, como momento de crise para a renovação. Podemos trabalhar em equipe de mesmo sendo diversos. Contudo, é sempre importante descobrir o que nos une – o que promove a vida – a dimensão ética do trabalho social e político. Nesse aspecto, ética e política devem sempre andar juntas, de mãos dadas.

Para as comunidades tradicionais, na nossa região amazônica chamadas de comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas, viver em comunidade é uma característica fundamental. Isso comprova a tese de que a comunidade original dos humanos não é a família, mas a tribo, a comunidade. A comunidade é constituída de laços familiares e de parentesco e com a natureza. Segundo Arenz, Vive-se o extrativismo florestal como essencial do sistema de adaptação ao meio ambiente para garantir a sua subsistência. Salienta-se a importância da grande família e da comunidade com seus múltiplos laços de solidariedade (compadrio, puxiruns, festas) como sistema associativo.⁶

A natureza, com florestas e rios, pode ser chamada como a sagrada matriz produtora de vida. Para as comunidades tradicionais e religiosas, é através dela que se constrói a ordem social e o contato com as realidades espirituais. A comunidade não foi somente uma etapa da história, ou um aspecto das culturas primeiras, ela é parte integral da vida humana, transcendendo tempo e espaço. Sem ela não podemos dizer que somos, para onde vamos e

⁵ BOFF, Leonardo, **Homem**: satã ou anjo bom? Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 71.

⁶ ARENZ, Karl Heinz. **São e Salvos**. Quito: Abyala, 2004, p. 98.

nem qual é o nosso destino neste mundo. Sua destruição é a destruição da vida e da própria condição humana. É nela que aprendemos a tecer relações com o todo da vida, ou seja, somente através dela podemos alcançar realização humana e felicidade neste mundo.

David Choquehuanca, chanceler boliviano, define um projeto de comunidade e de sociedade a partir das perspectivas dos povos indígenas andinos, apontando para alguns princípios fundamentais: priorizar a vida - buscar a vivência em comunidade em que todos se preocupem com todos, pois o mais importante é a Vida. Pretende-se uma vida mais simples em harmonia com a natureza; chegar a acordos em consensos – dialogar respeitando as diferenças e visando a chegar a um ponto em que não sejam provocados conflitos. Nesse sentido, é aprofundar a democracia; respeitar as diferenças – não se propõe a tolerância (passividade) mas sim o respeito ao outro, sem submissão ou discriminação; viver em complementaridade – priorizar a complementaridade, pois todos os seres do planeta se complementam, ajudando a que sobrevivam; equilíbrio com a natureza – buscar uma vida de equilíbrio com todos os seres de uma comunidade, visando a uma sociedade com equidade e sem exclusão; defender a identidade – valorizar e recuperar a identidade para desfrutar de uma vida baseada em valores que tem resistido por cerca de 500 anos e que foram deixados por comunidades que viveram em harmonia com a natureza e o cosmos; aceitar as diferenças – respeitar as semelhanças e diferenças entre os seres que vivem no planeta; saber comer, beber, dançar - esses são elementos da vida social que se relacionam com o plantio, colheita, festejos, orações, etc. de forma comedida; trabalhar em reciprocidade – o trabalho se faz desde pequeno e é considerado como uma festa, como uma forma de crescimento pessoal. É necessário retomar a reciprocidade do trabalho na comunidade, o qual devolve em trabalho a ajuda prestada por uma família em atividade agrícola; controle social – diferentemente da participação popular, entende-se basicamente o controle social como um controle obrigatório sobre as funções que realizavam as principais autoridades nos tempos ancestrais; exercer a soberania – compreende-se que a soberania do país se constrói a partir da soberania das comunidades.⁷

⁷ CHOQUEHUANCA, David. **El Vivir Bien como respuesta a la crisis global**. Disponível em: http://alainet.org/images/Vivir_Bien.pdf. Acesso em: 23 dez. 2016.

A valorização da sabedoria popular

O processo educativo do Sares privilegiou as narrativas da vida cotidiana, dos movimentos sociais e organizações, dos moradores da periferia das cidades e das localidades ribeirinhas. A capacidade de escuta dos educadores e de interação com os elementos teóricos foi parte importante da metodologia adotada pelo SARES em seus diversos cursos. As narrativas do cotidiano das lutas sociais que expressam não somente sabedorias incutidas nas ações, mas um modo de ver a realidade e de como transformá-la.

Dar voz ao subalterno para dizer sua história torna o narrador um praticante dos relatos que expressa. A arte de contar suas próprias histórias é colher do cotidiano um aprendizado e um modo de ensinar. Aprender e ensinar é uma dinâmica que se dá dentro de um processo participativo de construção do conhecimento entre os membros de um grupo, de um movimento, na sala de aula, à medida que são capazes de tecer experiências narradas. O resultado possível de tal interação educativa é o despertar para a realidade que torna o sujeito narrativo da história um cidadão capaz de interagir e participar na construção de uma nova sociedade.

Nesta experiência, emerge a pluralidade do saber, a diversidade de saberes que estão fora da hegemonia epistemológica do Norte. Um saber que é contextual, local, situado em uma realidade geopolítica e histórica. A descolonização não é alguém de fora do contexto que elabora, mas surge da própria análise e reflexão daqueles que estão inseridos dentro das realidades de colonialismo.

História dos movimentos sociais na Amazônia.

As formas de resistência colonial sempre existiram no contexto histórico da Amazônia, basta lembrar a Cabanagem, as diferentes formas de resistência indígena e dos movimentos diversos de proteção das florestas, lagos e rios. Os movimentos sociais de maior relevância na contemporaneidade surgem na década de 70 com os processos migratórios desencadeados pela construção da Transamazônica e da implantação dos grandes projetos com impactos sobre as terras tradicionais. A implantação do Polo Industrial de Manaus vai trazer uma grande população para as periferias da cidade. Aqui a luta pela terra se torna ocupação, luta pela moradia.

É nesse contexto que florescem e se proliferam, partidos, movimentos sociais e organizações sindicais. A práxis educativa do Sares se insere dentro desta dinâmica, tanto nos cursos oferecido para os agentes e militantes, como nas visitas, nas ocupações e movimentos por moradia. Perani foi um etnógrafo nato, com seu caderno e lápis sempre pronto para anotações e intuições que brotavam das narrativas populares. Ele afirmava que a história do cotidiano das lutas populares deveria ser elaborada, escrita e lida. No processo de aprendizagem, segundo sua metodologia popular, deve-se priorizar o relato de experiências.

Nesse processo, educa e aprende quem tem a atitude de escuta e se capacita a partir da partilha de experiência. É nessa dinâmica que se compreende e se escreve uma história, por quem de fato faz a história acontecer.

Considerações finais

Nosso interesse foi pontuar alguns aspectos da metodologia de ação e reflexão (educação) do SARES idealizada e colocada em prática principalmente por Cláudio Perani. Nestas aporias se percebe que as ações educativas do SARES, já haviam entrado na dinâmica da descolonização que analisa a história a partir das vítimas e releva sua importância na releitura nos tempos atuais. Claudio vivenciou a mística de João Batista e de Jesus Cristo que descobriu que o Reino de Deus da justiça e do amor já está presente no cotidiano da vida e nas lutas constantes do povo nas periferias, nos rios e nas florestas da Amazônia.

Referências

ARENZ, Karl Heinz. **São e Salvos**. Quito: Abyala, 2004, p. 98.

BOFF, Leonardo. **Homem**: satã ou anjo bom? Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 71.

CHOQUEHUANCA, David. **El Vivir Bien como respuesta a la crisis global**. Disponível em: http://alainet.org/images/Vivir_Bien.pdf. Acesso em: 23 dez. 2016.

FORNET-BETANCOURT, Raúl. **Transformación intercultural de la filosofía**. Bilbao, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 99-100.

PANIKKAR, Raimon. **El imperativo cultural**. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (Ed.). *Unterwegs zur interkulturellen Philosophie*, Frankfurt/M. 1998, p. 20-42.

QUIJANO, Anibal. Da Colonialidade à Descolonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Rio de Janeiro: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008, p. 179-190.

Dados do autor

Pe. Ricardo G. Castro (ITEPES / FSDB)

Trabalhou com Pe. Claudio Perani, no SARES, de 2005-2008. Tem doutorado em teologia pela Puc-Rio. É professor de Teologia no ITEPES e de Filosofia na Faculdade Salesiana D. Bosco.

PE. CLÁUDIO PERANI: UM HOMEM QUE ULTRAPASSOU A ACADEMIA...

Eu conheci o Pe Cláudio Perani, SJ, já no final da década de sessenta, quando como estudante jesuíta visitei o CEAS - Centro de Estudos e Ação Social, em Salvador, Bahia. Eu era jovem (quase adolescente ainda) cheio de ganas para estudar sociologia. Tinha recém iniciado o meu Curso de Ciências Sociais. O Pe Cláudio se afigurava para mim como alguém imponente. Eu me sentia bastante tímido junto a ele, mas percebia também um grande carinho da parte dele. Suas palavras foram de encorajamento, mas também de alerta para não sucumbir na Academia.

Mesmo que eu não tivesse a maturidade suficiente, na época, para entender o alcance profundo de muito do que eu ouvia e via no ambiente do CEAS que estava iniciando, aquele contato foi marcante para mim. Voltei diversas vezes ao CEAS ao longo de minha vida depois, sobretudo na função que eu desempenhava na coordenação da Comissão do Apostolado Social. Em diversas reuniões, tive outras oportunidades de sentar com Pe Perani. O seu modo de ser aos poucos foi desfazendo em mim a figura imponente que me intimidava e deu lugar ao verdadeiro Pe Cláudio acolhedor, generoso, sempre atento para provocar o novo e estimular passos proféticos e corajosos. Era alguém que sabia o que queria e passou a aparecer para mim como uma espécie de vigia contra o fácil caminho de acomodação das estruturas institucionais.

Confesso que isto repercutiu muito no meu modo de ser na Academia. Toda a minha trajetória como jesuíta esteve ligada à atividade na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na área da sociologia. Dividi sempre, no entanto, esses quase cinquenta anos de Academia, com as atividades na área do apostolado social de Província. Aliás, continuo até hoje nesta lida dupla, sempre na busca de criar uma maior sinergia entre os dois horizontes.

Coloquei no título deste meu pequeno depoimento uma adjetivação do Pe Cláudio, que pode parecer uma provocação: “um homem que ultrapassou a Academia”. De fato, é provocação, pois o Perani tinha muita reserva às fórmulas que vinham prontas do meio acadêmico ou dos acadêmicos. Ele parecia que não estava nem aí com a Academia. Por vezes, no entanto, se insurgia abertamente contra... O seu coração pulsava verdadeiramente ao ritmo do pensamento popular. Mostrava-se extremamente sensível com as ideias que

brotavam no chão da prática popular. O termo “ação” parece ser o núcleo em torno do qual girava o seu pensar.

Para mim, o Perani, sem ser da Academia, sem querer dela participar, acabou ajudando a derrubar muros e transpor obstáculos para afirmar a verdadeira Academia. Ele foi um intelectual tremendamente transdisciplinar, sem nunca talvez ter efetivamente cultivado este conceito. Hoje, quando lemos depoimentos sobre ele e quando revisitamos os seus textos, isto aparece com toda clareza. Para ele a produção do conhecimento passava por beber na sabedoria popular, beber a seiva da ação concreta do dia a dia nas lutas e movimentos, em suma existem saberes que a Academia normalmente despreza ou cultiva à margem, que precisam ser levados a sério. É o que está no cerne do que vem sendo denominado de transdisciplinaridade. Costumo dizer que a transdisciplinaridade, que é esta prática de levar a sério saberes de fora das disciplinas, é a única tábua de salvação da própria Academia no mundo complexo de hoje. O Perani se coloca neste horizonte, nos inspirando para uma “universidade itinerante”, “universidade em saída”, para utilizar uma analogia do próprio Papa Francisco.

Na mesma linha de raciocínio, pode-se entender que o Perani, também, foi um homem que se adiantou ao que hoje está em vigor e sendo debatido, na Academia, como política da “curricularização da extensão”. Talvez eu esteja sendo demasiadamente “herético” ao misturar o nome do Pe Cláudio Perani tão ousadamente com coisas da Academia. Ele certamente não concordaria. No entanto, eu entendo que se podemos imaginar um mundo acadêmico no qual o Pe Perani acreditaria, seria o de uma Academia comprometida com a busca de soluções concretas para a sociedade. Ou seja, currículos e práticas de ensino e de pesquisa efetivamente imbuídos de preocupação com o presente e o futuro da sociedade e a solução dos problemas concretos da humanidade do planeta terra. Uma Universidade que não mais simplesmente faz Extensões de sua prepotência conhecedora, mas Universidade em Extensão, onde a sua própria razão de ser é a produção do conhecimento e das inovações sociais e tecnológicas em diálogo permanente e fecundo com os atores concretos da sociedade, cultivando as melhores formas de superar as exclusões e as desigualdades.

O CEAS, um Centro Social vigoroso até hoje, no qual o Perani exerceu longamente o papel de líder na grande construção sempre coletiva, foi certamente um grande aprendizado para ele. Mesmo que se deva dizer que nele muitos também aprenderam dele. Com a longo

aprendizado no CEAS, quando o P. Cláudio abraçou sua nova missão em terras amazônicas, não transpôs simplesmente a ideia daquele Centro para Manaus, mas protagonizou a organização do Serviço de Ação, Reflexão e Educação - SARES, que hoje, e seu novo formato, é o Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Ação Socioambiental. É muito expressivo e significativo que Perani tenha rejeitado a ideia de ser um Centro, para propor um Serviço. Não um Centro de Estudos, mas sim um Serviço de Ação. A reflexão (estudo) é decorrência. Faz parte da ação transformadora. Assim como é decorrência e faz parte da ação transformadora a educação.

Temos um Perani que em sua vida deu o salto do “conhecimento que ilumina a prática” para a “prática que gera o conhecimento”. A lógica da própria produção do conhecimento se inverte. A lógica de quem deve protagonizar esta produção se inverte e toma novos rumos. A opção de Cláudio Perani é uma provocação para a inclusão dos sujeitos excluídos, para com a sua bagagem cultural e prática, ajudarem a transformar a Academia e toda a produção do conhecimento. Quando hoje participo das lutas de negros e indígenas no sentido de não verem simplesmente a sua temática incluída na Academia, mas de eles serem os verdadeiros protagonistas de sua temática neste mesmo meio acadêmico, muitas vezes se desenha com muita clareza, no meu horizonte, o perfil do P. Cláudio Perani.

Ele foi alguém que ultrapassou a Academia! Muito obrigado, P. Cláudio Perani! Que o seu nome continue a fortalecer as lutas de todas e todos!

Pe. José Ivo Follmann, SJ¹

¹ Professor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Ciências sociais; Diretor de Assistência Social das Mantenedoras; Secretário da Justiça Socioambiental.

CLÁUDIO PERANI*



Há dez anos, passava por Manaus, quando soube da morte, aos setenta e seis anos, do Pe. Cláudio Perani, jesuíta que eu conhecia das Assembleias do Regional Norte I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Desde a primeira vez que o vi, fiquei impressionado. Homem culto, sóbrio, radical em suas colocações, comprometido com os pobres e com os movimentos de libertação, sonhador e cheio de esperança, tinha um olhar que transmitia paz e ternura. Aos poucos, fui conhecendo sua biografia e suas convicções teológicas. Quando veio para Manaus, para ser o primeiro superior do grupo de jesuítas que aqui se instalara, já tinha um histórico de compromisso com os pobres que o tinha levado a ser perseguido pela ditadura militar.

A notícia de seu falecimento me pegou de surpresa. Tive a sensação de que alguns projetos e sonhos dele entrariam numa nova fase ou não resistiriam. Ao menos três me vieram a mente: o SARES, a CPT e a equipe itinerante. Participei da missa de corpo presente e depois acompanhei o cortejo até o cemitério. Até hoje me lembro da simplicidade da liturgia eucarística e dos ritos finais junto à sepultura. Nunca antes eu participara de um ritual em que as palavras previstas correspondiam tanto à vida e ao mistério que estávamos celebrando.

* Publicado originalmente em O Jornal em Tempo, em 12 de agosto de 2018. Fonte: <https://arquioceseமானාය.org.br/2018/08/13/claudio-perani/>. Manaus, 13 de agosto de 2018.

A Palavra proclamada foi vivida pelo Pe. Cláudio de forma intensa. Quantos retiros fez e orientou na vida. Era um mestre do discernimento. Ele fez parte de uma geração de ouro que ou já partiu para a casa do Pai, como foi o caso do Pe. João Sucarrats, salesiano, ou já se retirou do campo de batalha, devido à idade e à doença, como o Pe. Guidoti.

Eram homens apaixonados pela Igreja e fiéis a ela, não de forma teórica e idealista, mas enraizados na Igreja local. E, na última etapa de sua vida, ele descobriu a Amazônia e seu povo. Celebrar os dez anos de sua partida não pode resumir-se a homenagens, pois tenho certeza de que ele as dispensaria. Mas já é tempo de olhar onde estamos e o que fizemos dos seus sonhos. No fundo, queremos e devemos nos perguntar se somos fiéis a Jesus e se nossa Igreja é um sinal de esperança para os humilhados da terra. No dia das suas exéquias, eu tinha a certeza de que ele entrara no Reino que desejara tanto que acontecesse já aqui na terra. A Igreja existe para que o Reino aconteça no espaço e no tempo. Quando o Reino definitivo acontecer, não teremos mais necessidade de mediações e mediadores. Mas, enquanto caminhamos neste mundo, Deus envia profetas que abrem caminhos. Cláudio Perani foi um desses enviados.

Hoje vivemos outros tempos, mas a pobreza, a miséria e a exclusão de tantos seres humanos continuam a desafiar nossa fé e nossa razão. Não podemos ser ingênuos e é necessário conhecer os mecanismos da morte e da vida. A capacidade de resistência do humano pode nos surpreender. É preciso levar a sério o que vem dos pobres, ouvir suas histórias, conhecer sua cultura, raspar a tinta da opressão que durante muito tempo gerou o silêncio e a dor. Os jesuítas da Amazônia são os guardiães deste legado que também pertence à Igreja de nossa região. Fazer memória é tornar presente. Uma presença que interpela e leva à conversão.

Dom Sergio Eduardo Castriani**

** Arcebispo Metropolitano de Manaus.

PERANI, COMPANHEIRO E MESTRE DO CAMINHO*

Há pessoas – e não são muitas – que marcam decisivamente a vida da gente. Pe. Cláudio Perani é uma dessas pessoas na minha caminhada.

Em 1981, vindo de São Paulo, interrompendo na metade o curso de Teologia e a perspectiva em crise de ser padre redentorista, cheguei à Bahia da Diocese de Juazeiro, das grilagens de terra, da barragem de Sobradinho e dos projetos de irrigação, do bispo-profeta Dom José Rodrigues, de um reduzido mas afinado grupo de agentes de pastoral e da CPT atuante. Um caminho novo e desafiador se abria e precisava de apoio seguro para trilhá-lo. Logo soube do jesuíta italiano Perani, como o chamávamos, referência para o tipo de pastoral popular que desenvolvíamos ali. Era conhecido também pelas suas posições críticas à Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e ao "carlismo"¹ na Bahia, e pela guarida que deu a perseguidos pelo regime.

Os *Cadernos do CEAS*, publicação do Centro de Estudos e Ação Social, dos jesuítas em Salvador, que ele dirigia, forneciam luz e força naqueles tempos bicudos e cheios de esperança na resistência popular, como ele mesmo nos fez enxergar. Sob a censura, não haviam sobrevivido outras publicações nesta linha. Sem os *Cadernos*, estaríamos provavelmente, ainda mais perdidos. Semente bem plantada, árvore generosa, mais de 50 anos depois os *Cadernos* continuam.

Soube que, pelo CEAS, Perani havia procurado o bispo anterior de Juazeiro, antes do início das obras da barragem (1974), para alertar sobre o que sucederia com as 72 mil pessoas atingidas, 2/3 camponeses ribeirinhos e catingueiros desprotegidos, e oferecer assessoria à diocese no que o pessoal do CEAS via como desafio pastoral. Em vão. A barragem, imposta pela Ditadura, a produzir energia para o chamado desenvolvimento do Nordeste, foi o desastre anunciado. Uma resposta pastoral à altura só veio depois, a partir de 1975, com a chegada do novo bispo, d. José Rodrigues de Souza e a CPT, cuja criação na diocese ele

* Versão modificada da "Carta a Cláudio Perani, que não se queria póstuma", publicada pela ADITAL.

¹ "Carlismo" na Bahia designa o esquema de poder e a forma de liderar do governador e senador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), que combinava tecnocracia com mandonismo.

liderou, meses depois da sua fundação no Regional Nordeste III (Bahia e Sergipe) da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em 1976.

Contamos por várias vezes com a assessoria direta de Perani, na diocese e na CPT Regional, e aí éramos iluminados pelo brilho sutil de sua inteligência, a agudeza de sua sensibilidade, a fidelidade do seu compromisso evangélico com os mais pobres, a força - tanto maior quanto mais simples - de suas ideias pastorais e valores de evangélica libertação. Devo sobretudo a ele o convencimento de que nosso papel como agentes de pastoral se limitava e se realizava plenamente no simples serviço ao protagonismo dos pobres na luta pela libertação, que não seria se não fosse assim, por eles mesmos, com a força de Deus - a Causa do Reino, nossa Causa. Esta sua marca perdura até hoje na CPT Bahia, tantos anos e tantos agentes depois.

Numa ocasião, nosso entusiasmo pelas oposições sindicais, pela construção da CUT e do PT, teve que se deparar com o realismo da tranquila ponderação de Perani sobre os limites intrínsecos e históricos destes instrumentos de ação. Não foi uma "ducha fria" - ele não era disso -, mas um alerta que calou fundo. Premonitório? Nada disso, só sabedoria mesmo!

É que para Perani o critério da fé e da ação - unidade indissolúvel - sempre foi o pobre, preferido de Iahweh e de Jesus, e seu projeto histórico e escatológico. O de Perani não era um Deus etéreo, autoridade máxima distante, mas uma realidade amorosa bem concreta, vivido numa relação experiencial de serviço, cotidiana, contextualizada. Pura fé. Por isso, talvez estivesse achando mal colocado, revisionista e muito afeito ao espírito (ou falta de) do tempo atual, o debate sobre qual a centralidade da Teologia da Libertação, se no pobre ou no Cristo... Questão que até poderia ter sentido se fazer, depois de todo o caminhar desta teologia e sua pastoral correspondente, não fosse o clima reacionário e autoreferente que marcou o período de João Paulo II e Bento XVI à frente da Igreja Católica, cujos efeitos ainda sofremos e dão trabalho ao Papa Francisco.

Numa carta de Manaus de 18.04.1996, sobre as crises da CPT, Perani me dizia: "(...) *fundamental o protagonismo dos lavradores. É claro, a palavra serviço não deve ser abusada. No fundo trata-se de uma questão de poder: dos lavradores ou nosso. A tentação do poder nosso é sempre muito grande e pode encontrar mil justificativas, entre outras o pedido dos próprios lavradores. Renunciando ao próprio poder, entramos numa situação de aparente insegurança e indefinição. É aqui que deveria entrar a visão de fé ou a espiritualidade*".

Em comentário a um texto que, em abril de 1997, lhe mandei, de reflexão da CPT Nacional sobre "relações com o Estado", Perani, veemente, questionou uma citação de Habermas sobre o "nenhum potencial de ruptura" das "subclasses", que seria a "população excedente" resultante da globalização dos mercados financeiros e da própria produção cada vez mais sob controle tecnológico: *"Como os excluídos não têm nenhum potencial de ruptura? Só sua existência é uma preocupação grande para o modelo neoliberal. Veja a violência, a política de fertilidade, as migrações..."*. As medidas repressivas tomadas pelo ultraliberalismo, como a multiplicação dos muros de todos os tipos, estão aí para dar-lhe razão. A ruptura é que ainda não aconteceu...

Sobre as tais relações com o Estado, dizia: *"Como é possível, na atual distribuição de forças, o Estado representante dos interesses do capital, pensar em 'parceria cidadã', onde cada um ganhe como igual [conceito de Augusto de Franco]?"* A pergunta, atualíssima, azeda o gosto destas vultuosas relações, que submetem, senão praticamente paralisam movimentos sociais, pelos caminhos tortuosos do acesso e exercício limitados do poder do Estado, no legislativo e no executivo, esvaziando ou enviesando as ruas...

Um artiguinho daqueles despretenciosos e fundamentais de Perani nos *Cadernos do CEAS* - *"Sobre as eficácias"* (n.150, 1994) - ensinava que à eficácia política e à eficácia econômica, justas e necessárias, se sobrepõe para nós, a "eficácia da presença" gratuita no meio dos pobres e aberta aos seus sinais. Até hoje usamos o texto nos encontros de formação de agentes da CPT e como referência nos cursos com lideranças de movimentos sociais, por vezes ferrenha e estruturalisticamente marxista-leninistas. Sua reflexão é uma primorosa e potente atualização metodológica, social e política do episódio de Pedro e João diante do paralítico esmoler "carregado" diariamente à porta do templo: *"ouro e prata eu não tenho, mas o que eu tenho te dou: levanta e anda"* (Atos dos Apóstolos 3,6). E o homem pôs se a evangelizar.

Perani era de uma coerência permanente. Uma vez, a nossa "CPZ - Comissão Pastoral da Zombaria", invenção humorística de agentes da diocese de Juazeiro para atender à necessidade de descontrair e rir de si mesmos, ofereceu-lhe uma camisa com o emblema da "gloriosa" comissão – uma foto dos "anjinhos risonhos", parte de um alto relevo da Catedral de Colônia (Alemanha). Expectativa sobre o que faria o "grande" assessor... Ele não teve dúvida, tirou a própria camisa frente a todos e todas, expôs a brancura da pele e vestiu a camisa da "CPZ", aderindo à proposta de "lutar, sim, mas com humor".

Eu o ouvi dizer que gostava do carnaval, que chegava a ir "atrás do trio elétrico"... E lamentar que fossem poucos dias (em Salvador dura quase uma semana!), pois *"se fossem mais, o povo faria aí a revolução!"*. Só um olhar tão perspicaz e atento veria tão profundamente...

Na verdade, acho que Perani via com o coração o que sua inteligência disciplinada pelo estudo e pela prática lhe descobria. Quer dizer, via com amor, porque, sobretudo, amava, ao povo que o Evangelho lhe mostrou sofrido, às margens de estradas e caminhos, como os trabalhadores, posseiros e burareiros (pequenos produtores) do cacau, onde por quase 20 anos, duas vezes por mês, ia nos fins de semana, apenas ser/fazer "presença eficaz". Foi dele que ouvi por primeiro que o Evangelho da CPT era o do Bom Samaritano, que, fora da estirpe dos "eleitos", foi quem deu apoio incondicional ao pobre assaltado à beira da estrada de Jerusalém a Jericó, ignorado por sacerdotes e levitas... (Lucas 10, 25-37).

Vindo de lá da região do cacau, uma vez, em assembleia da CPT Bahia/Sergipe, nos inquiriu: *"Vocês só têm olhos para os trabalhadores clássicos, não veem os desempregados, os biscateiros, os que vivem de bico, porque não há outra alternativa, de terra ou trabalho? É o que mais se vê hoje, nas beiras das estradas"*. E aquilo muito nos incomodou... Pouco depois, iria influenciar decisivamente a opção da CPT de Juazeiro em priorizar o trabalho com os assalariados da irrigação, que resultou na criação do SINTAGRO, primeiro sindicato regional (intermunicipal) de assalariados rurais "das empresas agrícolas, agropecuárias e agroindustriais". Foi, de novo, uma equipe do CEAS quem fez a pesquisa que levantou os dados fundamentais para iniciar o trabalho.

A criação da CPT deve muito a Perani, sobretudo o caráter "pastoral popular" da comissão que nascia apoiada pela CNBB. O CEAS, com ele e o Pe. Manuel Andrès, teve papel decisivo não só nas andanças e contatos país afora, que resultaram no subsídio e na articulação de agentes que deu na CPT. No Encontro de Goiânia, entre 19 e 21 de junho de 1975, que originou a CPT, talvez tenham sido as falas e os embates que ele mais alguns companheiros travaram nos corredores - mais do que as escutas de arapongas do SNI e o sumiço de papéis -, os responsáveis pela definição da CPT como "pastoral de serviço", "do conflito" e "nas fronteiras" – era como ele dizia. Tal a diferença de pensamento a respeito da linha estratégica e diante da tendência popular majoritária já bem articulada, os dirigentes da Comissão de Justiça e Paz, também convocados pela CNBB para assessorar o encontro, dele se retiraram. Não fosse Perani, em lúcida e oportuna parceria com outros companheiros

- expressão de uma ampla e múltipla e mapeada experiência vivida na base -, a nascente "Comissão de Terras" não seria "pastoral", mas uma mera "comissão de notáveis" que interporia, em gabinetes de generais, o prestígio e o peso da Igreja Católica, em favor dos desvalidos da terra avidamente cobiçada pelo capital avançando por sobre índios, posseiros e peões da Amazônia e do Brasil.

Em dois artigos sobre o encontro que criou a CPT, relatórios críticos sobre ele, sabemos como e o que significou aquele momento histórico, na perspectiva da Igreja institucional² e dos trabalhadores rurais³. Este último baseava-se no dossiê que o CEAS preparou como subsídio para o encontro. São textos preciosos, singulares, que utilizamos em momentos de formação de agentes, sobre a história e o caráter pastoral da CPT.

Essa história da criação da CPT ouvi do próprio Perani num memorável quase um dia inteiro, por volta de 1996, em Porto Velho - RO, onde ele estava em compromisso como superior dos jesuítas na Amazônia e eu em acompanhamento à CPT Rondônia. Ainda hoje me cobram, mais depois de sua morte, por não ter gravado aquela conversa sobre as origens da CPT... No fundo não me arrependo, não cabia ali um gravador intruso. Era amizade e gratuidade demais para ter preocupação com registro e posteridade. Além das informações preciosas, ficou a memória afetiva e o querer seguir sendo discípulo dele, mesmo sabendo que essa coisa de "mestre" lhe incomodaria. Porque, no fundo, Perani "só" quis mesmo ser - e foi completamente - companheiro de caminhada, Companheiro de Jesus.

Mais cedo do que esperávamos o câncer o levou. Já tinha mesmo cumprido, exemplarmente, a Missão, não merecia maiores sofrimentos ao desterrar-se para o Infinito e Absoluto, que perseguira toda a vida. "Lavado no sangue do Cordeiro, passada a grande tribulação (Apocalipse 7,14)", ele lá sabe. E sabemos nós, aqui, corações ardendo, no caminho iluminado pelo vivo testemunho (*martiría*) que nos deixou, ensinou (e aprendeu) conosco.

No dia da notícia de sua passagem, encerrado seu caminho, tinha lido em artigo de João de Barros ("*O Araguaia já está morrendo*"), na revista *Caros Amigos* (agosto 2008), Pedro Casaldáliga dizendo "*A vida não vale nada. O que vale são as causas para as quais vivemos*".

² PERANI, Cláudio. Bispos da Amazônia: a conversão ao posseiro – reflexões teológico-pastorais sobre o encontro das Igrejas da Amazônia Legal em Goiânia. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 39, p. 23-31, set./out. 1975.

³ PERANI, Cláudio. Terra e posseiros na Amazônia legal. *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 39, p.32-49, set./out. 1975.

Cai-lhe bem, pacifica a lembrança e reflete a luz de Perani para seguir em frente meu próprio Caminho.

Ruben Siqueira**

** Agente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), na Bahia e na Coordenação Nacional Executiva atual, graduado em Filosofia e Pedagogia e Mestre em Ciências Sociais.

DE BARRADO NA PORTA A CIDADÃO HONORÁRIO SOTEROPOLITANO

Nos anos da repressão da ditadura militar, a coragem e o discernimento do Pe. Cláudio inspirava a equipe de CEAS e seus simpatizantes nas regiões do Nordeste e do Brasil aí fora a criticar as arbitrariedades do regime militar e a refletir com liberdade singular sobre aquele momento histórico que o país passava.

A repressão criava um ambiente de censura ao mesmo tempo em que mandava mensagens sobre fatos ocorridos que não eram para ser noticiados. Mas Pe. Cláudio e sua equipe sabiam julgar até onde podiam ir na publicação de matéria crítica do desenvolvimento “milagroso” que não era ordenado a uma profunda transformação social e uma justa distribuição da renda. Entre CEAS e o Governo, era um jogo fino. CEAS atuava com uma liberdade discreta. O fechamento da obra pelo governo ficava sempre uma possibilidade; mas a equipe sabia que isso iria embaraçar os governantes, que anunciavam uma abertura gradativa. Certamente pesava nesta avaliação do governo a opinião de que a revista CEAS era obra de um grupo de intelectuais em diálogo com outros intelectuais – além do alcance do povão. Assim, o governo tinha interesse em deixar CEAS funcionar. Com muita coragem, a equipe usava esta equação nos seus cálculos. Prosseguia com uma liberdade que poucos ousavam exercer na época – e que refletia a liberdade interior que era característica de Cláudio. Ou seja, embora muito modesto, o CEAS continuava a ser a voz de uma Igreja que apresentava as exigências da justiça social em defesa do povo mais explorado. Nas décadas da ditadura os Cadernos de CEAS se tornaram um ponto de referência para muitos Bispos e agentes pastorais do Nordeste.

Mas não só isso. Pois, o espírito de acolhimento do Pe. Cláudio fez com que a obra se tornasse um espaço hospitaleiro, tanto nas páginas da Revista, como no salão do CEAS e, quando for necessário, oferecia hospedagem na Comunidade de Jesuítas. Como Diretor do CEAS, Cláudio abriu o salão a um grupo intercolegial de estudantes da rede pública, que se reuniam lá cada Domingo para confraternização e Missa, durante doze anos. Ao mesmo tempo, com as incansáveis viagens dele e de outros membros da equipe, as iniciativas populares eram visitadas e fortalecidas, aonde fosse que se encontravam.

O fato de CEAS estar em diálogo com pensamento esquerdista não foi aceito por muitos setores da sociedade baiana. Típica da reação destas pessoas era a carta publicada no *Tribuna da Bahia*, no 7 de abril de 1974, na qual o autor afirmava que o Pe. Cláudio Perani “se orgulha de não mais saber rezar missa, sendo que seu livro preferido é o *Capita* de Marx e Engels”. Na verdade, o Pe. Cláudio foi o primeiro a sair da casa cedo diariamente, para celebrar Missa no convento das Mercês. Enquanto ao seu livro preferido, suas reflexões nas reuniões de Comunidade mostravam que refletia continuamente sobre os Evangelhos e os documentos da Igreja e da Companhia, dentro da realidade que vivíamos, e numa atitude de compaixão para os pequenos injustiçados.

O CEAS tinha o apoio do Dom Avelar Brandão, mesmo que, às vezes, Cardeal e CEAS tinham de deixar a poeira baixar para resolver problemas entre eles mesmos. Foi o caso quando a revista criticou a visita do Papa João Paulo II a Brasil. Entre Cláudio e o Cardeal, o respeito mútuo e a cordialidade sempre prevaleciam. Dois corações grandes!

O Pe Cláudio nunca deixou de amar Bahia, não obstante os “anos de chumbo” que tinha experimentado lá, inclusive uma tentativa do Governo de barrar sua entrada no Brasil, no retorno de uma visita à Itália. Dois policiais federais abordaram Cláudio enquanto esperava sua bagagem aparecer; anunciaram que ele tinha de ir com eles. Mas Claudio, com seu tamanho, os arrastou ao portão da área e gritou ao Provincial, Pe. Dionísio o que estava acontecendo. Dionisio invadiu o lugar exigindo uma explicação para o Cardeal. Então, com Cláudio se deitando nas costas em algumas cadeiras na sala VIP, os policiais exigiam do piloto do avião que o levasse de volta a Lisboa. Mas este recusava, afirmando que tinha cumprido a sua parte, levando-o de vinda a Salvador. Nestes entretempos, começaram a chegar ao aeroporto grupos de populares ligados ao CEAS. Mas já outros amigos tinham entrado em contato com pessoas conhecidas da alta escala do Governo, e Cláudio foi liberado. A respeito da experiência, Cláudio disse uma vez que a pior parte foi de ter de esperar até que outros resolvessem o seu caso. Quem conhecia a maneira decisiva dele assumir o protagonismo nas crises que surgiam, entenderia muito bem esta afirmação. ‘

Tal logo resumiu o seu trabalho no CEAS e no Sul da Bahia, com os canavieiros. No ano 1994, quando estava para sair de Bahia e assumir a sua nova missão de Superior do Distrito dos Jesuítas da Amazônia, o quase-exiliado Pe. Cláudio Perani, S.J., foi convocado pela Assembleia dos Vereadores de Salvador, que conferiu nele o título do qual sempre tinha muito orgulho: Cidadão Honorário Soteropolitano!”

Pe. Ronaldo Colavecchio, SJ*

* Professor de Teologia e orientador de Exercícios Espirituais.

VISÃO E PAIXÃO: PROFECIA E OUSADIA

Uma Visão impregnada de profecia e uma paixão carregada de ousadia. Assim era Padre Cláudio ...

Quando pensei em uma imagem que expressasse a pessoa de padre Cláudio, veio-me à mente a figura de um tecelão.

A missão do tecelão é aquela de buscar, recolher, juntar, lançar e entrelaçar os fios nas suas diversidades de cores e espessuras.

Essa imagem exprime muito bem minha experiência com padre Claudio.

Uma pessoa de uma visão excepcional, de uma paixão contagiante, por isso era capaz de ousar na missão de unir os fios a serviço do Reino.

No serviço de tecer, corria atrás, convocava, desafiava, inventava, incluía, improvisava.

Um tecelão de sonhos, de projetos, de vidas.

Tecia com os fios do inter.... do intercongregacional, do interreligioso, do intercultural, do interinstitucional e assim por diante...

Ele era, ao mesmo tempo, Tecelão e Fio, porque unia através da sua vida e da sua visão carregada de paixão laços de amizade, de companheirismo, de solidariedade...

Era capaz de entrever, de vislumbrar novos horizontes, novas possibilidades para a missão de uma vida consagrada em saída na Amazônia. Mas uma saída feita em parceria, em aliança com as demais instituições que cuidam da vida.

Visão profética e Paixão ousada são as marcas de uma vida doada sem medida na construção do Reino, para a maior glória de Deus.

Sou grata a Deus pela oportunidade de ter conhecido padre Claudio. De ter partilhado com ele um pedaço de caminho significativo na minha vida no qual pudemos tecer os sonhos de uma maior colaboração na etapa do noviciado e em outros projetos significativos para nossa congregação.

Obrigada, padre Claudio, pela tua vida doada sem medida, pela tua Visão profética, pela tua ousadia em desafiar e contornar obstáculos e pela tua paixão contagiante.

Ir. Sônia Matos, ASC.

PE. CLÁUDIO PERANI: “OBSERVEM E ESCUTEM CUIDADOSAMENTE O QUE AS CRIANÇAS E OS PAIS FALAM”

Ao Pe. Claudio um apelo profundo do Espírito o impulsionava continuamente, fazendo-o sair da sua zona de conforto para descer ao encontro dos pobres e excluídos.

Italiano, torcedor do Palmeiras e amante da Fórmula 1. Vivia e falava das realidades deste imenso Brasil com tanta propriedade que mais parecia um de nós brasileiros.

O Pe. Claudio atravessava as margens para se aproximar, respeitosa e cuidadosamente das pessoas, pois não gostava da ideia de vir a magoar alguém. Fazia isso sem julgamentos. O importante era estender uma mão amiga e sempre com expressão amorosa na face, refletindo a intenção misericordiosa de Deus.

Admirável era sua disposição para escutar o próximo. Após um apertar de mãos, deixava de lado o que estava fazendo, pois nada era mais importante naquele momento do que conversar com alguém que procurasse seu auxílio. Todos esses gestos faziam parte de sua bondosa missão. Missionário que rompia barreiras. Um grande colaborador e um observador constante.

Pe. Claudio era um mestre em caminhada. Dedicou toda sua vida tentando realizar as palavras do Evangelho, colocando-se a serviço dos fracos, dos pobres e marginalizados na luta pela terra, pela justiça social e pela participação democrática no exercício da cidadania.

O Projeto Educação e Cidadania (PEC) era uma de suas prioridades. Em 1996 escreveu o primeiro rascunho do PEC e o enviou ao Pe. Geral Kolvenbach SJ, junto com outros dois projetos também novos: Tabatinga e Equipe Itinerante.

O Pe. Claudio acreditava que através das atividades realizadas nos núcleos do PEC poderiam fazer a diferença, construindo uma nova relação social rumo à cidadania plena e participativa. E isso era só possível com a participação ampla de todas as pessoas envolvidas no processo: com as crianças e os pais, com os monitores(as) e os voluntários(as), com os professores(as), etc.

Nas atividades do PEC, sempre orientava: *"Primeiro observem e escutem cuidadosamente o que as crianças e os pais falam. Suas esperanças, seus problemas e soluções, seus sonhos. Observem e registrem tudo..."*

O Pe. Claudio nos encorajava sempre. E o mais importante ainda: dizia-nos que não estávamos sozinhos, que as dificuldades não nos podiam desanimar!

Ensinava-nos que no PEC tínhamos um modo próprio de organização; e que essa organização dependia dos desafios encontrados na realidade concreta de cada núcleo.

Para encaminhar os objetivos do PEC, tanto na cidade de Manaus (AM) como no município de Iranduba (AM) tínhamos muito em conta suas orientações: ter como referência as motivações das pessoas, o envolvimento das comunidades, dos pais, das escolas e dos professores, das pessoas voluntárias que ajudavam. E um ponto muito importante foi que todos levaram em conta a realidade concreta de cada local onde se desenvolvia o PEC.

O Projeto se tornou uma rede de núcleos nas comunidades de diversos bairros da periferia de Manaus e de Iranduba. O Pe. Claudio sempre ajudava com uma reflexão sobre o processo da educação que o PEC propunha: "O Projeto é como um 'pronto socorro' para as crianças, onde elas podem aprender e se expressar, complementando a escola convencional..."

Procuramos continuar o sonho do Pe. Claudio e sua luta. Guiados por seus ensinamentos e seus valores, que estavam presentes em todos nós. Buscando a construção de uma sociedade mais justa, onde todos possam ser cidadãos de fato e de direito.

Porém, infelizmente, seu sonho chegou ao fim oito anos depois de sua partida. Como não dependia somente dos meus esforços, não me foi possível realizar o que ele mais me pediu: "Não deixes este Projeto acabar, pois ele faz um bem muito grande para as crianças que não têm oportunidades..."

Agradeço a Deus pela oportunidade de ter conhecido o Pe. Claudio. Agradeço também pelo exemplo de vida, pela amizade, pelo companheirismo no trabalho, por seus ensinamentos constantes..., sempre pautados na coerência de suas atitudes.

Deuzarina de Souza dos Santos*

* Educadora Popular, ela foi com o Pe. Claudio Perani SJ fundadora e coordenadora do PEC desde o ano 1997 até 2016, quando lamentavelmente foi fechado o Projeto.